



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

EDITAL

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2024**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA CONECTADA A REDE COM FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO COMPLETA E INTEGRADA PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, INSUMOS E SERVIÇOS NECESSARIOS PARA A SUA MONTAGEM, ATIVAÇÃO, MONITORAMENTO, COM POTÊNCIA DE 1.0 MWP, COM FIXAÇÃO EM TELHADO OU SOLO, FORNECIMENTO E INSTAÇÃO PADRÃO ELÉTRICO E CABINE PRIMÁRIA CONFORME EXIGÊNCIA DA CONCESSIONÁRIA

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08h30min do dia 07/03/2024.ABERTURA

DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h30min do dia 07/03/2024.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h31min do dia 07/03/2024.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

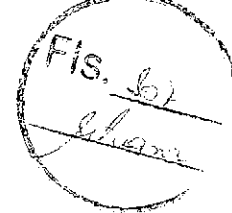
LOCAL: Sala de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'oeste – MT, na Rua Santa Catarina nº 146, Centro, Figueirópolis D'oeste – MT.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 15.893.465,77 [SOMA DA PLANILHA R\$ 18.865.415,50 (Dezoito Milhões Oitocentos e Sessenta e Cinco Mil Quatrocentos e Sessenta e Cinco Reais e Cinqüenta Centavos).

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Administração

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Administração – Unid: 01 Gerencia Administrativa e Gestão (66)04.122.0013.1030.0000 Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Sec de Administração - 4.4.90.52.0 Equipamento e Material Permanente e demais dotações conforme orçamento vigente.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

1 PREÂMBULO

1.1 A Prefeitura Municipal de Figueiropolis D'oeste/MT, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO FLAUSINO VILELA, acha-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2024, tipo de licitação a de "**MENOR PREÇO POR LOTE**", que será processado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e Decreto Municipal nº 01/2024, e pelas demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital e seus anexos.

1.2 OS PROPONENTES DEVERÃO EXAMINAR CUIDADOSAMENTE AS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO DESTE EDITAL, DANDO ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS PENALIDADES ESTABELECIDAS PARA OS CASOS DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, FICANDO CIENTES DE QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE-MT APLICARÁ AS SANÇÕES PREVISTAS.

1.3 Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Mato Grosso.

2 DO OBJETO

2.2 Este edital refere-se à contratação de empresa para serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para instalação de geradores de energia solar fotovoltaica, para atender as necessidades de todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Figueiropolis D'oeste/MT, de acordo com exigências deste edital e nas quantidades e especificações abaixo:

Item	Serviços Técnicos	Unid	Qde	Prec. Unit.	Valor Unit.	V. Total
01	Registro de Preço para Implantação de sistema de geração fotovoltaica conectada á rede, com fornecimento da solução completa e entregada para instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem, ativação, monitoriamento e treinamento, com potencia de 1.0 MWp, com fixação em telhado ou solo a depender do projeto Transformador rebaixador, fornecimento e instalação padrão elétrico e cabine primária, conforme exigência da concessionária.	100 KWP	25,00	R\$ 754.616,62	R\$	R\$ 18.865.415,50



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

2.3 Fica estabelecida a **execução indireta do tipo MENOR PREÇO POR LOTE;**

2.4 Constituem anexos deste edital:

Anexo I – Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Minuta Ata de Registro de Preços

3 DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 DAS CONDIÇÕES:

3.1.1 Esta licitação está **aberta** a todas as pessoas jurídicas que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes ao fornecimento do objeto da presente licitação e atendam as condições exigidas neste edital.

3.1.2 A Licitante vencedora na forma prevista no Termo de Referência e no Contrato, deverá prestar garantia de execução contratual em conformidade com o artigo 96, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

3.2 DAS RESTRIÇÕES:

3.2.1 NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO

3.2.1.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s), ou ainda legislação específica ao objeto ora contratado;

3.2.1.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.1.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.1.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.1.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.1.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

3.2.1.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.1.8 Empresa sob falência, que se encontra sob concurso de credores, em dissolução, em liquidação, ou em recuperação judicial e/ou extrajudicial, que não apresente, durante a fase de habilitação, Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeiros estabelecidos neste edital;

3.2.1.9 Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'oeste - MT;

3.2.1.10 Agente público do Município de Figueirópolis D'oeste - MT.

3.2.2 O impedimento de que trata o subitem 3.2.1.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.2.3 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.1.2 e 3.2.1.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.2.4 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.5 O disposto nos subitens 3.2.1.2 e 3.2.1.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.2.6 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2.7 A vedação de que trata o item 3.2.1.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



Fls. 110
Edição

**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) **Tratando-se de representante legal - Cópia do estatuto social, contrato social e/ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) **Tratando-se de procurador - Instrumento de procuração público e/ou particular, com firma reconhecida**, no qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e/ou desistir de sua interposição e, ainda, para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.1 Em se tratando da alínea anterior, o procurador deverá apresentar cópia autenticada ou original do estatuto social, contrato social e/ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, servindo apenas para efeito de verificação da Equipe de Apoio e do Pregoeiro, sendo, para este ato, devolvida após a conferência.

4.2 O representante legal e/ou procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha sua foto.

4.3 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada proponente credenciada.

4.4 As **microempresas ou empresas de pequeno porte** deverão apresentar **declaração de enquadramento** em um dos dois regimes para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e suas alterações, conforme **Minuta de Declaração de ME/EPP**, a empresa deverá apresentar junto à declaração a **Certidão Expedida pela Junta Comercial**.

4.5 A não entrega da Declaração de Enquadramento de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte e a **Certidão Expedida pela Junta Comercial** implicará na anulação do direito da mesma em usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar 123/06 e suas alterações posteriores. Na licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas sejam iguais ou até **5% cinco por cento**) superiores ao melhor preço, procedendo-se, em seguida, conforme o disposto no art. 44 e incisos da Lei Complementar 123/2006.

5 . DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 A(s) licitante (s) deverão apresentar **em envelopes separados, uma proposta de preços, em uma via**, datilografada ou emitida por computador, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar devidamente rubricadas e a última assinada por pessoa legalmente habilitada com poderes para comprometer-se pela empresa licitante, dela devendo constar:

a) Razão Social, nº do CNPJ, endereço completo, nº da conta - corrente, agência e respectivo banco e, se possuir, o número do telefone e fax;

b) Todos os documentos que integram a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) deverão estar embalados **em envelopes lacrados, não transparentes**, denominados: ENVELOPE Nº 01 -



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE
PROPOSTA DE PREÇOS

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

c) Descrição dos serviços de acordo com as especificações previstas no **Anexo I** deste Edital;

d) A proposta deverá conter **a descrição do serviço, preço unitário, preço total do item e preço global da proposta** expresso em moeda corrente nacional, **devendo também constar o preço final de proposta.**

e) **No preço deverá estar incluído todas as despesas sobre o objeto licitado (impostos, taxas, despesas em gerais, etc), não cabendo ao proponente a adição de nenhum valor após a abertura do envelope proposta.**

f) **Validade mínima da proposta de 12 (doze) meses** a contar da data de entrega dos envelopes de proposta e documentação, estipulada no preâmbulo deste Edital. O referido prazo ficará suspenso caso haja interposição de recursos;

5.2. A licitante só poderá promover oferta para de forma do valor global do processo, não sendo aceito lances individualmente por item.

5.3. Não será aceita oferta do objeto licitado com especificações que não se enquadrem nas indicadas no Termo de Referência deste Edital;

5.2.1. O Proponente está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

5.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

5.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

5.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.2. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1. No dia e horário estabelecido neste Edital, o Pregoeiro/Agente de Contratação fará a abertura da sessão, recebendo primeiramente da empresa interessada, ou de seu representante, o documento para Credenciamento, a Declaração de cumprimento dos requisitos de Habilitação e os envelopes de proposta e habilitação.

6.1.2. Não será admitida a atuação de um representante para duas ou mais empresas.

6.2.1. Na sequência o Pregoeiro/Agente de Contratação passará para a abertura dos envelopes de propostas de preços, com a finalidade de verificar se as propostas estão em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital, desclassificando aquelas que se encontrarem em desconformidade ou incompatíveis;

6.2.2. Após a análise das propostas pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, equipe de apoio, os participantes, através de seus representantes, darão visto em todas as propostas apresentadas;

6.2.3. Em seguida, passar-se-á à oferta de lances verbais, em valores sucessivos e decrescentes para o objeto a ser adquirido, considerando-se o valor total GLOBAL.

6.2.4. Poderão ofertar lances as licitantes detentoras das propostas classificadas com preços até 10 % (dez por cento) superiores ao preço do autor da oferta mais baixa, até a proclamação do vencedor;

6.2.4.1. – O preço a ser considerado, para fins de lance, será aquele relativo ao total GLOBAL de cada item.

6.2.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas anteriormente, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

6.2.6. O Pregoeiro/Agente de Contratação convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor. Dos lances ofertados não caberá retratação;

6.2.7. A desistência da apresentação de lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, importará na perda do direito de apresentar novos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante;

6.2.8. Ofertados os lances verbais, o Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará a todas as licitantes que efetivaram lances a redução a termo dos últimos lances ofertados;

6.2.9. O Pregoeiro/Agente de Contratação poderá fixar em até 03 (três) minutos o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar aos licitantes quando decidir pela última rodada de lances que poderá, inclusive, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado;

6.2.10. Durante a etapa de lances verbais, o pregoeiro/Agente de Contratação monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou com preço excessivo.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 3.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CNIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

7.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

7.3. Verificadas as condições de participação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e aos requisitos estabelecidos neste Edital e em seus anexos.

7.4. Poderá ser desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1. conter vícios insanáveis;

7.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

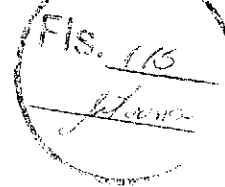
7.5.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligenciado pregoeiro, que comprove:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

- 7.5.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.5.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.6. No caso de serviços de engenharia, é indício de inexequibilidade das propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligenciado pregoeiro, que comprove:
- 7.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.6.2. Poderá ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.8.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.11. Será verificado se o licitante apresentou, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.12. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I - à habilitação jurídica;
- II - à qualificação técnica;
- III - à habilitação fiscal, social e trabalhista; e
- IV - à habilitação econômico-financeira;

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Deverá apresentar o ato constitutivo (Contrato Social / Requerimento de Empresário / Estatuto Social + Ata de Posse dos Diretores / Decreto de autorização de Funcionamento para empresas estrangeiras instaladas no Brasil) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede da licitante, no qual estejam expressos os poderes dos representantes legais da empresa ou;

a.1) Deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI)
- quando tratar-se de MEI (Micro Empreendedor Individual).

a.2) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

8.1.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentar no mínimo um atestado de comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação – **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, com carimbo de identificação do assinante, afirmando e comprovando a licitante já ter fornecido satisfatoriamente serviços em característica similar ao objeto licitado.:

a.1) No atestado deverá constar também o endereço completo, inclusive eletrônico, se houver, do órgão/pessoa emitente, para eventuais esclarecimentos;

a.2) Caso a empresa licitante apresente atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado, solicita-se que, **preferencialmente**, sejam apresentadas notas fiscais, contratos e o que mais entender pertinente, a fim de propiciar análise mais acurada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio;

a.3) Será permitido o somatório de atestados.

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica (licitante) no Conselho de Classe competente (CREA) DO DOMICÍLIO OU SEDE do Licitante, comprovando o registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, com indicação do(s) responsável(is) técnico(s), **sendo no mínimo um engenheiro eletricista e um engenheiro civil**;

b.1) No caso de a empresa licitante não ser registrada em Conselho de Classe de Mato Grosso, deverá ser providenciado o visto deste órgão regional por ocasião da assinatura do Contrato;

c) Certidão de Registro de Pessoa Física do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho de Classe Competente, comprovando o registro ou inscrição do profissional na entidade profissional competente.

8.1.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Apresentar Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;

b) Apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda;



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

- c) Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Apresentar Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.1.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) A comprovação de boa situação financeira da empresa deverá ser através das certidões e dos índices provenientes do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos último exercício social, conforme segue:

a.1) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a.2) Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial;

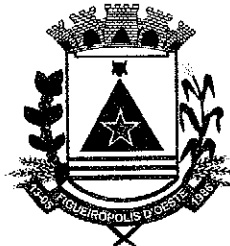
a.3) Caso a licitante encontra-se em recuperação judicial, deverá ser apresentado, junto com a Certidão Positiva, o plano de recuperação judicial, devidamente aprovado e homologado pelo juízo competente, em plena vigência (ou outro documento/certidão, emitido pela instância judicial competente, certificando assim a aptidão econômica e financeira para participar do certame.

a.4) A licitante deve comprovar através do balanço patrimonial, demonstração do resultado de exercício e demais demonstrações contábeis que os índices de liquidez geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1(um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

$$LG = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}$$

$$SG = \frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}$$

$$LC = \frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})}$$



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

a.5) O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

a.6) O patrimônio líquido mínimo e os índices financeiros mínimos serão obtidos através do balanço patrimonial do último exercício financeiro já exigível, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a.7) O Balanço Patrimonial das Sociedades Anônimas ou por Ações deverá ser o aprovado em Assembléia e a respectiva Ata registrada na Junta Comercial, devidamente publicada, sendo que o das de Capital Aberto deverá, ainda, vir acompanhado de Parecer de Auditor Independente.

a.8) O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser transcrito no "Livro Diário", contendo identificação completa da empresa, de seu titular e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Título e Documentos ou no Sistema Público de Escrituração Digital ± SPED, com seu respectivo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

a.9) No Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, a Licitante deverá comprovar Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua PROPOSTA FINAL.

8.2. Não constando no documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

8.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

8.4. **Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em envelope separado contendo todos os dados do processo de licitação.**

8.5. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

8.6. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.7. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

a) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; e

b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.4.

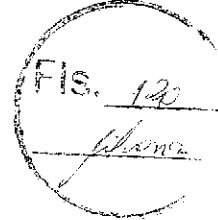
8.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.10. DOCUMENTOS MATRIZ/FILIAL

8.10.1. Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com o nº do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

a) Se, o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o nº do CNPJ da matriz, ou;

b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Conjunta da Receita Federal, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto a Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório para a centralização, ou;

c) Serão dispensados da apresentação de documentos com o nº do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidas somente em nome da matriz.

8.11. CONSÓRCIO

8.11.1. As empresas consorciadas deverão apresentar:

8.11.1.1. Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, subscrito por todas elas, no qual deverá constar:

a) indicação da empresa líder, que será responsável principal perante o MUNICÍPIO, que deverá ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contrato e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução do objeto, até o término do contrato com a contratante. Em se tratando de consórcio com empresa estrangeira a liderança deverá caber à empresa brasileira;

b) compromisso expresso de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados sob consórcio, em relação à licitação, e posteriormente, ao eventual contrato, até seu recebimento definitivo;

c) compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada, ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência da contratante, até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

d) compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros.

e) compromisso e obrigações de cada um dos consorciados, individualmente, em relação ao objeto desta licitação.

f) duração do consórcio, no mínimo, pelo prazo do contrato, se este vier a ser firmado.

g) declaração expressa dos consorciados de que, por ocasião da eventual assinatura do contrato, providenciarão o arquivamento do instrumento de constituição do consórcio, a respectiva publicação da certidão de arquivamento e atenderão ao disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, bem como o registro no CNPJ;



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

8.11.2. DA HABILITAÇÃO DE EMPRESAS CONSORCIADAS

8.11.2.1. Cada membro do consórcio deverá satisfazer individualmente as condições de habilitação jurídica, habilitação fiscal, social e trabalhista e habilitação econômico-financeira (itens 8.1.1, 8.1.3 e 8.1.4).

8.11.2.2. Na Qualificação Técnica (item 8.1.2) será permitido o somatório de atestados das empresas consorciadas.

9. DOS RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido em sessão, de forma imediata após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8. O recurso, que será único, poderá tratar de todos os atos já praticados, inclusive aprovação ou reprovação de amostras ou prova de conceito.

10. DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal Nº14.133/2021.

10.2. A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

11. DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

11.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar digitalmente o termo de contrato ou a ata de registro de preços, no prazo de **03 (três) dias úteis** a contar da data em que for convocado para tal, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em outras legislações aplicáveis e neste Edital.

11.2. A convocação será feita através de correspondência eletrônica (e-mail) ou, ainda, comunicação postal (AR), nos casos em que o licitante vencedor não possuir assinatura digital certificada;

11.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

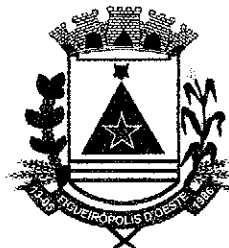
11.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitadas a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

11.5. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 11.4, a Administração, observados o valor estimado, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6. As convocações de que tratam os subitens 11.4 e 11.5 serão realizadas através de correspondência eletrônica (e-mail).

11.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e, se houver, à imediata perda da garantia de proposta.

11.8. A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.4.

11.9. No caso de rescisão do contrato ou da ata de registro de preços, a convocação dos próximos licitantes seguirá as regras dos subitens 11.4 e 11.5.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, quando solicitada;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Figueirópolis D'oeste-MT, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e, se houver, à imediata perda da garantia de proposta.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O pedido de reconsideração terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Fis. 126
17/10/2023

**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

a) Através dos endereços eletrônicos licitacoes@figueiropolisdoeste.mt.gov.br.

13.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até **3 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do estudo técnico preliminar e/ou do termo de referência.

13.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site oficial do Município de Figueirópolis D'oeste-MT e divulgadas também na forma de publicação no Diário oficial do tribunal de Contas do Estado de Mato/TCE-MT.

13.5. As impugnações e pedidos de esclarecimento não possuem efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A ata da sessão pública será divulgada e ficará disponível na pasta que contem o processo, na sala de licitações e contratos do Município.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

14.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.7. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://figueiropolisdoeste.mt.gov.br/licitacoes>.

14.8. Fica eleito o foro da comarca de Jauru/MT, com exclusão de qualquer outro, para a propositura de qualquer ação referente à presente licitação e/ou contrato dela decorrente;

Figueiropolis D'oeste-MT, 20 de fevereiro de 2024.

EDUARDO FLAUSINO VILELA
Prefeito Municipal



ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODOS OS ORGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE – MT..

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviços de engenharia para implantação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica ON-GRIDE na Sede do Paço Municipal e em todas as Secretarias Municipais de Figueirópolis D'oeste-MT, bem como, sua perspectiva de pleno funcionamento, a aprovação deste, junto à concessionária de energia, o fornecimento de todos os equipamentos, materiais e insumos, a instalação, a efetivação do acesso junto à concessionária de energia; está incluso ainda a depender do item que será definido para execução todos os serviços para colocação da usina em funcionamento tais como, execução de rede, posto de transformação e até mesmo fechamento do local com poste de concreto e tela caso a escolha seja pela fixação em solo.

O sistema consiste na Implantação de usina solar fotovoltaica com potências pico a ser definida através de projeto que deverá ser contratado para definição das necessidades do município e que poderá ser executada de acordo com as condições financeiras do município, ou seja, poderá ser contratado quaisquer dos itens em quantidade que atendam as condições financeiras da municipalidade no momento e não a totalidade do projeto que será contratado de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, conforme tabelas abaixo:

Item	Serviços Técnicos	Unid	Qde	Prec. Unit.	Valor Unit.	V. Total
------	-------------------	------	-----	-------------	-------------	----------

1.2. A quantidade de placas fotovoltaicas a ser cotada, por cada item, não pode variar em função da potência escolhida para compor a respectiva proposta. A exigência é que a potência das placas seja no mínimo de 550 Watts (quinhentos e cinquenta Watts), para uma potência mínima estimada disposta no quadro acima referido de Projetos Técnicos.

1.3. Especificações dos serviços, seguem em conformidade com as especificações deste Termo.

1.4. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

2. JUSTIFICATIVA

Redução de custos - Com a instalação de um sistema de energia solar fotovoltaico a Prefeitura



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE



01	Registro de Preço para Implantação de sistema de geração fotovoltaica conectada á rede, com fornecimento da solução completa e entregue para instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem, ativação, monitoramento e treinamento, com potencia de 1.0 MWp, com fixação em telhado ou solo a depender do projeto Transformador rebaixador, fornecimento e instalação padrão elétrico e cabine primária, conforme exigência da concessionária.	100 KWP	25,00	R\$ 754.616,62	R\$	R\$ 18.865.415,50
----	--	---------	-------	----------------	-----	-------------------

Municipal de Figueirópolis D'oeste - MT através do Paço Municipal, Secretarias Municipais, Quadra Poliesportivas e demais órgãos do sistema municipal, terá uma economia considerável nos custos de sua conta de luz. O sistema permite que se use a luz solar para gerar sua própria energia elétrica, deixando de utilizar a energia da concessionária.

Além disso, caso a Administração Municipal não consuma toda a energia gerada, o sistema passa a injetar o excedente na rede elétrica, gerando créditos energéticos futuros.

Valorização do imóvel – Mesmo considerando que os imóveis onde a Administração Municipal implantará as unidades de geração não tem características comerciais, ainda assim eles passarão a ter um valor agregado maior, além da valorização social e da imagem da Administração Municipal perante os cidadãos.

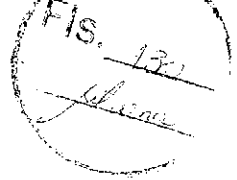
Instalação rápida e simples - Os sistemas fotovoltaicos são instalados em poucos dias, exigindo pouca ou quase nenhum investimento estrutural – exceto os suportes. Não haverá necessidade de obras civis de grande ou médio impacto, tampouco a provocação de danos ao patrimônio público. Normalmente não são feitas grandes intervenções no imóvel e não é necessário o desligamento da energia dos prédios públicos por longos períodos. Na verdade, a energia dos imóveis é desligada em apenas dois momentos da instalação, ambos na fase final.

Livrar-se das alterações da tarifa - O sistema de bandeiras tarifárias (verde, amarela e vermelha) que existe em função da queda no nível dos reservatórios das hidrelétricas e que implica na utilização de termelétricas para geração de energia leva os consumidores a pagarem mais, em determinadas épocas do ano, pela energia que consomem. Hoje, os imóveis que possuem sistema de energia solar fotovoltaica ficam livres dessas alterações já que, de acordo com o sistema de compensação em vigor no Brasil, cada quilowatt gerado equivale a um quilowatt consumido, independentemente do valor final da tarifa.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE



Facilidade de Manutenção - A manutenção dos sistemas de energia fotovoltaica é muito simples. Por não ter partes móveis ou motores, a manutenção do sistema se concentra principalmente na limpeza periódica dos módulos fotovoltaicos. Na maioria das vezes as chuvas se encarregam de limpá-los, mas mesmo assim é importante ter certeza que não existem obstruções que podem diminuir a eficiência do sistema.

Sistema extremamente resistente e durável - Os módulos fotovoltaicos e os otimizadores de potência a serem implantados deverão ter garantia de performance de 25 anos, os Inversores de 10 anos e são extremamente duráveis, passando por testes de impacto que simulam granizo e outros objetos!

Faz bem para a rede elétrica e para o planeta - A energia solar é uma fonte de energia limpa, renovável, inesgotável e está muito bem distribuída por todo o planeta. Ao instalar um sistema de energia solar fotovoltaica garante-se um suprimento eterno de energia sustentável, colaborando com a descarbonização da economia;

O Tribunal de Contas da União - Por meio do Acórdão nº 1056/2017 – TCU/Plenário, determinou que a Administração Pública Federal implementasse iniciativas voltadas às práticas sustentáveis que redundem na preservação do meio ambiente; na mesma esteira, é mister que a administração pública municipal tenha atitudes semelhantes com vista aos objetivos propostos.

O setor público - representa uma parcela significativa do consumo final de eletricidade no Brasil com tendência de aumento.

A eletricidade é um insumo - O impacto nos custos dos serviços públicos municipais, varia de acordo com a maneira como ela é utilizada e a forma como é adquirida, geralmente ela representa um volume bastante significativo nos custos fixos, o que resulta além da imobilização do recurso, na redução da capacidade de investimentos.

A Boa gestão - do seu uso resulta em economia, aprimoramento da eficiência e da qualidade na prestação dos serviços e o aumento da capacidade de investimento. Além de mitigar impactos ambientais e desenvolver ações de orientação sobre consumo eficiente de energia.

4 DOS MÓDULOS FOTOVOLTAICOS:

- 4.1. O gerador fotovoltaico deverá ser composto por módulos idênticos, ou seja, com mesmas características elétricas, mecânicas e dimensionais;
- 4.2 Somente serão aceitos módulos fotovoltaicos feitos de silício cristalino (monocristalino ou policristalino) etiquetados e certificados pelo INMETRO com potência unitária ≥ 550 Wp;
- 4.3. Todos os módulos fotovoltaicos fornecidos deverão possuir moldura metálica em alumínio anodizado com barra estabilizadora adicional e caixa de conexão contendo conectores apropriados para conexão rápida;
- 4.4. Os módulos fotovoltaicos que geram energia elétrica com base no aproveitamento da radiação solar devem ter no mínimo os seguintes requisitos:
- 4.5. Vida útil esperada: 25 ANOS;
- 4.6. Garantia de potência de, no mínimo 19,3% relativo à potência nominal: 25 ANOS;
- 4.7. Temperatura de operação: -40°C a $+85^{\circ}\text{C}$;
- 4.8. Garantia contra defeitos de material e fabricação mínima de 10 anos;
- 4.9. Garantia de utilização de marca com acreditação CE, TUV e INMETRO, eficiência "A";



- 4.10.** Ter eficiência superior a 18,00% na conversão de energia luminosa em elétrica, nas condições padrão de teste - STC – Standard Test Conditions (1000 W/m²; 25°C; AM 1.5).
- 4.11.** Para efeito de avaliação das eficiências dos módulos, serão consideradas as medidas externas das molduras;
- 4.12.** Os módulos devem ser identificados de acordo com as disposições citadas de forma legível e indelével, com, no mínimo, as seguintes informações: nome ou marca comercial do fabricante; modelo ou tipo do modelo; mês e ano de fabricação; número de série.
- 4.13.** Cada módulo deve ter uma caixa de conexão IP 67, com bornes e diodos de passagem (by-pass) já montados, e conectores a prova d'água e de engate rápido (por exemplo, MC3, MC4, etc.);
- 4.14.** A tensão contínua nominal dos arranjos deverá estar compatível com a especificada para os inversores;
- 4.15.** A corrente máxima dos módulos deve ser compatível com a especificada para os inversores;
- 4.16.** Os módulos deverão possuir perfurações apropriadas para aterramento e ser acompanhados de teste de laboratório comprovando o desempenho PID FREE;
- 4.17.** Todas as estruturas de suporte dos módulos fotovoltaicas devem ser de aço galvanizado, ou alumínio anodizado com reforço de estabilidade, durabilidade e preparadas em caso de esforços mecânicos, climáticos e corrosão, bem como as expansões/contrações térmicas, com garantia de 10 anos;
- 4.18.** Todos os fios, cabos, conectores, proteções, diodos, estrutura de fixação, e demais componentes devem ser fornecidos e perfeitamente dimensionados de acordo com a quantidade de módulos fotovoltaicas e inversores do arranjo fotovoltaico, seguindo todas as normas de instalações elétricas relevantes à futura instalação, manutenção e segurança do sistema, em especial a norma NBR 5410 referente à instalação em baixa tensão.
- 4.19.** Os cabos utilizados para aplicação solar deverão ser unipolares livres de halogênio e resistentes a radiação ultravioleta.
- 4.20.** Para interligação entre os módulos e o sistema de conversão deverão ser utilizados cabos solares de no mínimo 6 mm² com isolamento de 1000 volts;
- 4.21.** Todos os dispositivos elétricos necessários ao funcionamento e à proteção do sistema fotovoltaico deverão estar em conformidade com a legislação nacional para suas classes de operação, não serão aceitos componentes elétricos que não estejam em perfeita concordância com a legislação vigente.
- 4.22. Inversor de Frequência**
- 4.22.1.** Os inversores frequência fotovoltaico devem transformar a energia elétrica proveniente dos módulos fotovoltaicos em energia compatível com a rede de energia local de acordo com os requisitos exigidos pela ABNT NBR 16149/13, equipados com os devidos otimizadores;
- 4.22.2.** Garantia mínima de 10 anos contra defeitos de material e fabricação;
- 4.22.3.** Os inversores de frequência devem comunicar e reconhecer os conversores CC-CC (Otimizadores de Potência) conectados aos módulos fotovoltaicos;
- 4.22.4.** A quantidade de inversores e otimizadores deverão ser compatíveis com a quantidade



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Fis. 195
Juliana

de módulos fotovoltaicos de acordo com sua especificação;

4.22.5. Os inversores fotovoltaicos poderão operar com potências entre 75 % e 145% da sua faixa nominal de operação;

4.22.6. Os inversores de rede devem transformar a energia elétrica DC em AC, de acordo com a ABNT NBR 16149/13, em tensão e frequência de rede exigida pela concessionária local e com baixo teor de distorção harmônico e onda de forma senoidal.

4.23. Requisitos técnicos dos inversores:

4.23.1. Requisitos mínimos para o sistema de proteções e monitoramentos dos inversores utilizados:

4.23.2. Anti-ilhamento,

4.23.3. Proteção contra polaridade reversa em CC, otimizadores,

4.23.4. Chave seccionadora CC integrada ao inversor,

4.23.5. Monitoramento da rede elétrica C.A. (tensão, corrente, potência e frequência).

4.23.6. Max. tensão de entrada: 1000 V

4.23.7. Frequência: 60 HZ

4.23.8. Entradas MPPT: maior ou igual a 2;

4.23.9. Mínima Eficiência permitida: 97,8%

4.23.10. Deverá operar de forma totalmente automática, sem necessidade de qualquer intervenção ou operação assistida.

4.23.11. Deverá possuir monitoramento remoto de ordem público para visualização e privado para configuração;

4.23.12. O monitoramento deverá informar a produção de energia e tensão CC em cada inversor fotovoltaico da usina geradora;

4.23.13. Caso seja necessário transformador de potencial para adequação dos níveis de rede incluir na proposta;

4.23.14. Os inversores deverão atender a portaria nº 004/2011 do Inmetro;

4.23.15. Como forma de assegurar a qualidade dos inversores fotovoltaicos os mesmos deverão possuir as seguintes certificações e as mesmas deverão ser apresentadas no ato da qualificação técnica:

4.24 . Conversores de Corrente Contínua (CC-CC):

4.24.1. Os conversores de corrente contínua são responsáveis por realizarem o pré-processamento da energia antes de entrega-la ao inversor de frequência, possibilitando a mitigação das perdas técnicas da energia produzida nos módulos fotovoltaicos conectados em sua entrada;

4.24.2. Maximização da produção dos módulos conectados - MPPT (maximum power point tracking – rastreamento da máxima potência individualizado)

4.24.3. A somatória da potência dos módulos fotovoltaicos conectados ao conversor CC-CC não pode ultrapassar a estabelecida em seu datasheet;

4.24.4. A tensão de entrada dos módulos conectados deve respeitar o informado no datasheet do fabricante do conversor CC-CC;

4.24.5. Os conversores CC-CC podem ser conectados em série ou paralelo, desde que seja



respeitado a capacidade da string conectada ao inversor de frequência;

4.24.6. Os conversores CC-CC do sistema fotovoltaico devem diminuir os níveis de tensão da saída para valores seguros, quando acontecer interrupção da energia elétrica por parte da concessionária ou desligamento do inversor de frequência ao qual está conectado.

4.24.7. O equipamento precisa fornecer opção de monitorar individualmente a energia produzida pelos módulos fotovoltaicos;

4.24.8. Mitigar perdas de energia por mismatch (perdas ocasionadas pelas diferenças de potência entre os módulos de uma string);

4.24.9. Atender certificações internacionais.

4.25. Quadros de Proteção e controle de CC e CA.

4.25.1. Deverá ser utilizado painel adequado às instalações elétricas de dimensões apropriadas para abrigar os equipamentos de proteção, controle, manobra, etc.

4.25.2. A alimentação do painel de proteção AC será através de condutores isolados e eletrodutos fabricados em aço galvanizado;

4.25.3. A temperatura máxima interna nos armários, em regime de plena carga, não deve exceder os 40°C.

4.25.4. O quadro deverá ser construído seguindo as normas supracitadas e todos os requisitos normativos exigidos com relação à segurança para evitar acidentes durante manutenções ou operações deverão ser respeitados.

4.25.5. Deverão ser adotados módulo proteção de surtos – DPS em todas as entradas de energia condizentes com a energia utilizada;

4.25.6. Ter configuração modular de acordo com a necessidade da aplicação;

4.26. Proteção

4.26.1. Para os circuitos módulos fotovoltaicos - inversor - cargas deverão ser utilizados disjuntores termomagnéticos de baixa tensão, de baixo nível de perdas, para proteção contra curto-circuito, e dimensionados adequadamente.

4.26.2. Todas as estruturas metálicas e equipamentos devem estar conectados ao sistema de aterramento, de forma a garantir a equipotencialidade.

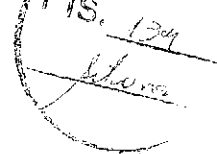
4.26.3. Os módulos fotovoltaicos devem ter dispositivos de proteção contra surtos nas caixas de conexão entre ambos os polos das conexões em paralelo das strings e entre eles e o condutor de aterramento ou quando o inversor possuir esta proteção incorporada;

4.26.4. Toda instalação deve ser realizada em conformidade com a Norma NBR 5419, inclusive adaptações eventuais necessárias.

4.27. Medidor de energia bidirecional trifásico:

4.27.1. O medidor de energia trifásico deve ser do tipo bidirecional, responsável por registrar o fluxo de potência em ambos os sentidos, níveis de tensão em cada fase e corrente por fase;

4.27.2. Consiga registrar o consumo e autoconsumo das cargas instaladas, além da geração



da usina fotovoltaica instalada no local;

4.27.3. Conexão com internet;

4.27.4. Plataforma de monitoramento à distância e em tempo real;

4.27.5. Aplicativo de monitoramento para IOS e ANDROID.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO LICITADADO:

5.1 Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão Eletônico.

5.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. DA INSTALAÇÃO E VISTORIA PARA A LICITAÇÃO (FACULTATIVO):

6.1 DA INSTALAÇÃO:

1 – Paço Municipal	Rua Santa Catarina nº 146, Centro Figueiropolis D'oeste - MT
2 – Secretaria Municipal de Educação	Rua Santa Catarina s/n, Centro Figueiropolis D'oeste - MT
3 – Secretaria Municipal de Obras	Figueiropolis D'oeste MT
4 – Secretaria Municipal de Saúde	Figueiropolis D'oeste MT
5 – Secretaria Municipal de Esportes	Figueiropolis D'oeste MT
6 – Secretaria Municipal de Assistência Social	Figueiropolis D'oeste MT
7 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Figueiropolis D'oeste MT
8 – Escola Municipal	Figueiropolis D'oeste MT
9 – Ginásio de Esportes	Figueiropolis D'oeste MT
10 – Estação de Captação de água e Tratamento	Figueiropolis D'oeste MT
11 – Departamento de Água e Esgoto	Figueiropolis D'oeste MT

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Fls. 135
Juliana

7.1. A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Serviço. A contratada, por ocasião da execução dos serviços, deverá respeitar o prazo estabelecido pela Administração.

7.2. Prazo de vigência do contrato: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses.

7.3. Prazo de execução dos serviços: O prazo de execução será de 6 (seis) meses a contar do recebimento da ordem de serviço.

7.3. As descrições dos materiais e serviços a serem executados deverão ser seguidas por este TR.

7.4. Todos os serviços e materiais necessários para a implantação do sistema, incluindo a adaptação da entrada de energia nas Unidades, para o seu funcionamento, será de responsabilidade da Contratada. Salvo casos específicos não previstos, desde que justificados e atestados pela Fiscalização.

7.5. Garantia da instalação:

7.5.1. A contratada fornecerá todos os materiais, instalará a planta fotovoltaica e deverá apresentar garantia dos serviços prestados pelo período de 2 (dois) anos, respondendo por sua solidez e segurança, conforme o Art. 1.245 do Código Civil Brasileiro. Tal período independe das garantias individuais dos equipamentos junto aos respectivos fabricantes e será contado a partir da data da assinatura do Certificado de Recebimento do sistema fotovoltaico.

7.5.2. Dentro desse período de garantia técnica, de 2 (dois) anos, a contratada deverá corrigir qualquer problema encontrado ou por solicitação da contratante, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

7.5.3. A contratada deverá apresentar os certificados de garantia das estruturas de suporte e fixação dos módulos contra defeitos de fabricação e corrosão com validade mínima de 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do Termo de Recebimento da planta fotovoltaica, bem como de todos os equipamentos elétricos e eletrônicos, juntamente com o Manual de Instruções para Manutenção.

7.5.4. A contratada deverá apresentar um "Cronograma de Garantias" contendo todos os materiais e equipamentos fornecidos, com as respectivas descrições e identificação conforme consta no Projeto Executivo, e os respectivos prazos de garantia em meses. Esse "Cronograma de Garantias" tem o principal objetivo de apresentar de forma clara a abrangência de todas as garantias.

7.6. Garantia de desempenho:

7.6.1. Conforme a NBR 16274:2014, o desempenho é avaliado por parâmetros anuais, um dos quais é denominado desempenho global anual, correspondendo ao parâmetro tratado na literatura técnica especializada por taxa de desempenho (TD) ou, em inglês, por performance ratio (PR). Assim, o desempenho global anual deverá ser calculado segundo os procedimentos apresentados na NBR 16274:2014, Seção 10 - Avaliação de desempenho e no Anexo 3: Comissionamento e Avaliação de Desempenho. A finalidade da avaliação do desempenho é verificar se a UFV está produzindo o valor de energia (kWh) em determinado período, em função da potência instalada, conforme especificado pela contratada.

7.6.2. A contratada deverá garantir o valor de geração mínima e o desempenho global anual, estimados e apresentados no Projeto Executivo. Nesse contexto, destaca-se que o projeto executivo deve apresentar uma taxa de desempenho superior a 0,75.

7.6.3. As medições e ensaios para avaliação do desempenho serão executados pela contratada com acompanhamento de representante designado pela contratante. A contratada fornecerá



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Fls. 136
Setena

todo o equipamento e medidores específicos para a realização das medições e ensaios, assim como o equipamento de proteção individual (EPI) indicado para as atividades.

7.6.4. Após a conclusão das medições e ensaios, registro dos dados, cálculos e avaliação dos resultados a contratada deverá redigir um relatório de avaliação de desempenho da planta fotovoltaica e enviar à contratante, para revisão, correção e posterior aprovação pelo representante. Caso os valores obtidos na avaliação de desempenho anual sejam inferiores aos apresentados pela contratada no Projeto Executivo, esta deverá realizar uma análise dos possíveis motivos, corrigi-los e apresentar um Relatório Técnico com todas as informações relativas a esse processo.

7.6.5. O processo de avaliação de desempenho é composto por avaliações iniciais e avaliações de desempenho anuais, conforme especificado na sequência:

7.6.6. Avaliações iniciais de desempenho: a avaliação inicial de desempenho deverá ser nos primeiros 45 (quarenta e cinco) dias após o início de operação da planta fotovoltaica, utilizando, no que for aplicável, os procedimentos apresentados na norma NBR 16274:2014, Seção 10, Avaliação de desempenho. As avaliações iniciais de desempenho serão de dois tipos, realizadas com dois períodos de medição e aquisição de dados:

7.6.7. Avaliação de curta duração, com 2 dias de medições e dados e;

7.6.8. Avaliação de longa duração, com 30 dias de medições e dados.

7.6.9. O teste de longa duração poderá ser iniciado logo após o período de 2 (dois) dias do teste de curta duração. Se este último for realizado com êxito, comprovando desempenho adequado, aprovado por representante da contratante, as medições e dados obtidos no período de 2 (dois) dias poderão ser considerados para o período de 30 dias do teste de longa duração.

7.6.10. Avaliações de desempenho anual: Estão previstas duas avaliações anuais de desempenho, a serem realizadas durante o período de garantia da instalação, sendo efetuadas, respectivamente, após um ano de operação e após dois anos de operação. Nas avaliações anuais será calculado o desempenho global anual do sistema, segundo os procedimentos apresentados na NBR 16274:2014, Seção 10 - Avaliação de desempenho;

7.6.11. Os resultados das avaliações de desempenho da UFV deverão ser apresentados em relatórios, com todos os dados de medições e ensaios realizados.

A CONTRATADA deverá atender a todas as normas vigentes e especificações técnicas exigidas pela Concessionária Local, Energisa Mato Grosso - MT e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

8. DO CUSTO ESTIMADO E DO PRAZO DA EXECUÇÃO:

8.1. O valor máximo estimado para materiais e mão de obra, ou seja, aquisição de kit completo, inclusive autorização da Concessionária de Energia Elétrica, de acordo com o preçomédio obtido é de **R\$ 15.893.465,77 [SOMA DA PLANILHA BDI R\$ 18.865.415,00 (Dezoito Milhões Oitocentos e Sessenta e Cinco Mil Quatrocentos e Quinze Reais)]**, pelo conjunto da Obra, lembrando que a administração publica municipal poderá definir por qualquer das três modalidades licitadas e não está vinculada a consumir toda a quantidade licitada por se tratar de registro de preços.

9.1 O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

9.1. Fornecimento dos equipamentos e materiais: Até 60 dias (contados a partir do recebimento da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO);

9.2. Instalação: até 30 dias (contados a partir do recebimento integral dos materiais e equipamentos);

9.3. Comissionamento: 10 dias (contados a partir da instalação completa dos materiais e equipamentos);

9.3.1. Se durante o período de instalação ocorrerem chuvas ou outras intempéries que atrapalhem a instalação, ou análise equivocada da concessionária, desde que justificada, esse período pode ser estendido, sem reajustes dos preços contratados.

9.3.2. Caso haja necessidade de prorrogação do prazo, a Licitante vencedora deverá solicitar, por escrito, com antecedência mínima de 15 dias e sem direito a qualquer reajuste sobre os valores contratados.

9.4. Antes da entrega das instalações deverão ser realizados testes de operação e funcionamento necessários e o teste de água sobre o telhado onde serão instalados equipamentos que compõem a Usina Solar Fotovoltaica.

10. DA ENTREGA E CRITÉRIOS:

10.1. O prazo máximo de entrega dos bens e da execução dos serviços é de 180 (centro e oitenta) dias, contados da data de assinatura do Contrato, para o conjunto da Obra respeitado o desembolso previsto em cada etapa de execução.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os



apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

11.5. Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

11.6. exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.7. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

11.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

11.11.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

11.11.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

11.11.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

11.11.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

11.11.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

11.11.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à contratante no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

11.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios



necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste TR e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à contratante;

12.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

12.8. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

12.10. Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente,



cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.14. Submeter previamente, por escrito, à contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.21.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.22. Manter os empregados nos horários predeterminados pela contratante;

12.23. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, ep'is, uniformes;

12.24. Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que



adentrarão no órgão para a execução do serviço;

12.25. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

12.26. Responsabilizar-se integralmente pela aprovação dos projetos do sistema fotovoltaico junto à concessionária de energia elétrica;

12.26.1 A Administração não se responsabilizará por nenhuma tratativa junto à Companhia Elétrica Regional. Todo trâmite necessário para aprovação dos projetos executivos é de inteira responsabilidade da empresa Contratada.

12.26.2. Os custos previstos para confecção do projeto executivo do sistema fotovoltaico já englobam os custos que a contratada terá com a aprovação do projeto junto à Centrais Elétricas de Mato Grosso S.A. (Energisa) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

12.26.3 Os projetos executivos de cada unidade a ser elaborado pela contratada para o completo entendimento dos caminhamentos, fixações e detalhes em geral da execução dos serviços deverá refletir os quantitativos de placas, inversores, otimizadores e demais insumos previstos no orçamento desse Termo de Referência.

12.27. Atender às solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste TR;

12.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da contratante;

12.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a contratada relatar à contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.30. Manter preposto aceito pela contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

12.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da contratante;

12.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

12.33. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes.

12.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

12.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de

funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

12.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

12.37. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

12.38. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

12.38.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas neste Termo de Referência (Especificações Técnicas e demais documentos) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. A Apresentar no mínimo 1(um) atestado fornecido preferencialmente pela pessoa jurídica atendida comprovando sua experiência na execução de serviço de implantação de energia solar fotovoltaica.

13.2 Indicação nominal dos Responsáveis Técnicos (no mínimo, um Engenheiro Eletricista e um engenheiro civil) com o devido registro ou inscrição no CREA.

14. DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



Fis. 143
Jelona

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

14.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado através de medições autorizadas pelo fiscal da obra, que no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, será creditado em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado.

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou fatura no momento em que a Secretaria Solicitante atestar a execução do objeto da Ata.

Figueiropolis D'oeste - MT, 08 de fevereiro de 2024.

Larissa Barros Marques Tavares
Secretaria Municipal de Administração



ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. ÁREA REQUISITANTE

- 1.1.** Prefeitura Municipal de Figueiropolis D'oeste-MT / Secretaria de Administração / Departamento de Gerenciamento de Infraestrutura, Zeladoria Patrimônio e Programas Suplementares.

2. INTRODUÇÃO

- 2.1.** O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.
- 2.2.** O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

3. INFORMAÇÕES BÁSICAS

3.1. Contextualização

A Prefeitura Municipal de Figueiropolis D'oeste – MT, está instalada na Rua Santa Catarina, Bairro Centro nº 146, no município de Figueiropolis D'oeste e possui 09 (unidades) de Secretarias, Quadra Poliesportiva, Cémeterio Municipal. Dentro de todos esses Órgãos Municipais, todos possui um consumo elevado de energia, principalmente as Secretarias de Educação e Saúde. Nesta expectativa diante da economia gerada nas Unidades com instalação de energia solar, a Administração Municipal, objetiva a Contratação de serviços de engenharia para implantação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica ON-GRIDE para atender o consumo destas Secretarias incluindo o Paço Municipal.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 4.1.** O uso da energia solar como estratégia para redução de gastos públicos
- 4.1.1.** A estrutura da Administração Pública Municipal, vai possibilitar a utilização de todos os equipamentos que atualmente consomem energia elétrica, possibilitando um maior conforto e economia para o poder Público. Através do efeito fotovoltaico, módulos solares convertem diretamente a energia do sol em energia elétrica de forma estática, silenciosa, não-poluente e renovável. Tais sistemas configuram usinas descentralizadas que não ocupam área extra, pois estão integradas ao envelope da edificação.
- 4.1.2.** Perdas por transmissão e distribuição, comuns ao sistema tradicional de geração centralizada, são assim minimizados.
- 4.1.3.** Tendo em vista os avanços tecnológicos trazidos pela geração fotovoltaica, a ANEEL – através da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 482, DE 17 DE ABRIL DE



Fis. 145
J. J. J. J.

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

2012 -, estabeleceu as condições gerais para o acesso demicrogeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energiaelétrica, o sistema de compensação de energia elétrica, dentre outras providências.

4.1.4. Diante deste cenário, e considerando que dentre as diversas ações que visam à eficácia e eficiência dos gastos públicos estão, por exemplo, a implantação de miniusina de energia solar, surge a necessidade da contrataçãode empresa especializada para a instalação mínima de 375,00 kWp, distribuídos em miniusinas de geração de energia fotovoltaica. Isto, além de contribuir para a preservação ambiental, implicará na redução anual acentuada nasdespesas com energia elétrica da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'oeste-MT.

4.1.5. Salienta-se, ainda, que o custo da eletricidade tem aumentado ao longo do tempo, enquanto o valor para instalar sistemas fotovoltaicos faz o caminho inverso, diminuindo anualmente. Com a nova regulação da ANEEL, que permite a injeção de energia na rede em troca de créditos em kWh na conta de luz, a geração descentralizada de energia fotovoltaica tornou-se uma opção interessante para consumidores de quase todo o Brasil. Esse tem se tornado um investimento cada vez mais atrativo, porque, após recuperar o investimento inicial, tem-se economias significativas no longo prazo.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. É condição obrigatória para atendimento da necessidade a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto, fornecimento de materiais e equipamentos, instalação, configuração e comissionamento de usina geradores fotovoltaicas ligadas à rede de distribuição em estrutura metálica afixada ao chão em imóvel municipal, localizadas na Rua Goiás ao lado do cemitério Municipal.

5.2. Cada kit micro gerador deve contar com:

5.2.1. Inversor:

Especificações gerais: trifásico com tensão entre fases de 380V, com monitoramento a nível de módulo embutido; conexão para internet: via cabo ou Wi-Fi; IP65 – instalação interna e externa; inversor com tensão fixa para strings mais longas; caixa de conexão CC integrada; Frequência de 60±5Hz; eficiência igual ou superior a 98%; intervalo de temperatura de operação de -20 A 60°C; monitoramento de rede; proteção anti-ilhamento; fator de potência configurável; limites configuráveis por país; garantia de 10 anos ou superior; conformidade às normas de Segurança IEC 62103 (EN50178), IEC-62109, AS3100 Padrões de Conexão à Rede (4) VDEAR-N-4105, G59/3, AS-4777, EN 50438, CEI 021, VDE 0126-1-1, CEI-016(4), BDEW Emissões IEC61000-6- 2, IEC61000-6-3, IEC61000-3-11, IEC61000-3-12 RoHS.

5.2.2. Módulos Solares:

Especificações gerais: faixa de potência de no mínimo 550W (ou superior) desde que atendam o total de geração pretendido; garantia de 10 anos para o produto e garantia linear de 25 anos (ou superior); certificado de fábrica ISO9001:2008, ISO14001:2004, OHSAS18001; produtos com certificação IEC61215, IEC61730, UL1703, conectado à rede da concessionária de energia elétrica com monitoramento individual por módulo solar e monitoramento remoto via web server, entregue e instalado, comissionado, com elaboração de



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

projetos e aprovação pela concessionária de energia do estado.

Características específicas: células de silício monocristalino com potência (mínima) de 550 Watts; tolerância (+-) 5 W; 144 células por módulo (6 x 24); dimensões aproximada: 2279 x 1133 x 35 ; peso: 28,6 kg; características elétricas: $p_{max} = 550 \text{ w}$; $v_{mp} \geq 41,96 \text{ v}$; $v_{oc} \geq 49,9 \text{ v}$; $i_{sc} \geq 13,9 \text{ a}$; rendimento $\geq 21,3\%$; cabos em corrente contínua (cc); cabos em corrente alternada (ca); cabos de comunicação; sistema de conversão cc-ca/inversores: inversores trifásicos; inversores bifásicos; proteção ca; proteção cc; sistema de monitoramento, canalizações e infraestrutura elétrica, vidro de alta transparência 32 mm com liga de alumínio anodizado. Aterramento.

5.2.3. Estruturas de fixação em telhados e coberturas.

As instalações devem satisfazer aos requisitos impostos pela Resolução Normativa nº 687, de 24 de novembro de 2014, da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL e estar em conformidade com os Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional, PRODIST, nomeadamente no seu Módulo 3.

Devem ser igualmente observadas as disposições da Norma Brasileira ABNT NBR 16274 - Sistemas Fotovoltaicos Conectados à Rede: Requisitos mínimos para documentação, ensaios de comissionamento, inspeção e avaliação de desempenho -, que serve de base à identificação da documentação a fornecer ao proprietário da central, bem como às disposições a respeitar para efeitos de comissionamento.

A ligação à rede de distribuição será efetuada em regime trifásico e a central será constituída por um conjunto de módulos fotovoltaicos, totalizando aproximadamente 682 módulos, podendo variar dependendo a sua potência, instalados nas coberturas de 05 (cinco) edificações, ligados a um conversor e **otimizador** de energia como se descreveu anteriormente nesta seção.

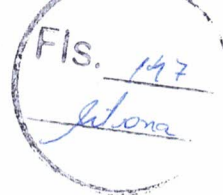
Detalhando mais os requisitos exigidos para a contratação, as cinco usinas solares fotovoltaicas com potências pico de no mínimo 105,00 kWp(2 unidades) e 55,00 kWp(3 unidades), ou superior, devem ser conectadas diretamente à rede de distribuição (on-grid) por empresa especializada capaz de fornecer:

- a) Materiais e instalação de sistema de geração de energia elétrica através do princípio fotovoltaico;
- b) Condução dos processos Administrativos e Técnicos junto a concessionária local de energia até a substituição do medidor de energia elétrica convencional pelo modelo bidirecional;
- c) Treinamento e capacitação técnica da equipe de manutenção;
- d) Suporte técnico ao empreendimento caso necessário, incluindo manutenção preventiva e corretiva;

5.3. É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto do presente estudo.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Fora realizada cotação direta com empresas especializadas no município, haja



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

vista que até o presente momento não há contratações similares realizadas pela municipalidade.

- 6.2.** Aquisição e Instalação de Geradores de Energia Solar neste processo, justificando a vantagem e economicidade, de acordo com o mercado, privilegiando a ampliação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 7.1.** Uma característica fundamental de sistemas fotovoltaicos instalados no meio urbano é a possibilidade de interligação à rede elétrica pública, dispensando os bancos de baterias necessários em sistemas do tipo autônomo e os elevados custos e manutenção decorrentes. Na solução proposta, que é a configuração mais comum, estes sistemas são instalados de tal maneira que, quando o gerador solar fornece mais energia do que a necessária para o atendimento da instalação consumidora, o excesso é injetado na rede elétrica e a instalação consumidora acumula um crédito energético (o relógio contador típico é bidirecional). Por outro lado, quando o sistema solar gera menos energia do que a demandada pela instalação consumidora, o déficit é suprido pela rede elétrica.
- 7.2.** Assim, passa a ser possível um cliente abastecido por energia elétrica de uma determinada rede produzir energia de forma descentralizada e injetar na mesma.
- 7.3.** Nos termos da Resolução ANEEL n. 482 e suas alterações, considera-se minigeração distribuída a central geradora de energia elétrica com potência instalada superior a 75 kW e menor ou igual a 3 MW e que utilize cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, ou Fontes Renováveis de energia elétrica, conectada na rede de distribuição por meio de instalações de Unidades Consumidoras.
- 7.4.** É o caso da Administração Municipal de Figueirópolis D'oeste-MT, onde pretende-se instalar sistemas com potências mínimas de acordo com projeto que deverá ser contratado mais deve ficar dentro dos limites de kWp acima.
- 7.5.** O consumo a ser faturado, referente à energia elétrica ativa, é a diferença entre a energia consumida e a injetada, por posto horário, quando for o caso, devendo a distribuidora utilizar o excedente que não tenha sido compensado no ciclo de faturamento corrente para abater o consumo medido em meses subsequentes.
- 7.6.** Os montantes de energia ativa injetada que não tenham sido compensados na própria unidade consumidora poderão ser utilizados para compensar o consumo de outras unidades da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'oeste, previamente cadastradas para este fim e atendidas pela mesma distribuidora, cujo titular seja o mesmo da unidade com sistema de compensação de energia elétrica, ou cujas unidades consumidoras forem reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito.
- 7.7.** Assim sendo, a solução identificada para atendimento da necessidade explicitada é a "Aquisição e Implantação de geradores de energia solar fotovoltaica para atender as necessidades da Administração Municipal de Figueirópolis D'oeste-MT".

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

8.1. A ser definido em projeto.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Valor (R\$): R\$ 15.893.465,77 [SOMA DA PLANILHA BDI R\$ 18.865.415,50] (Dezoito Milhões Oitocentos e Sessenta e Cinco Mil Quatrocentos e Quinze reais e Cinquenta Centavos).

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

10.1. Os itens constantes da tabela acima deverão compor um único grupo. Pois, a contratação de forma integrada proporciona maior agilidade no atendimento da demanda, evita a possibilidade de problemas de responsabilidade compartilhada por empresas distintas atuando no mesmo ambiente, e finalmente concorre para a economia de ganho de escala por concentrar as despesas administrativas em uma única contratação. Isto posto, ressalta-se que a contratação em lotes separados para este caso concreto poderá gerar grande risco de insucesso para a Administração, uma vez que o fornecimento do equipamento está intrinsecamente ligado à adequação da área a ser ocupada. Ademais, para a Administração Pública, há um ganho evidente na simplificação da fiscalização do contrato com a redução do número de contratos a serem fiscalizados.

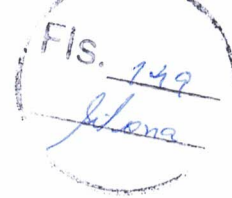
11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. Não haverá contratação nos anos seguintes, uma vez que se trata de obra com número limitado na Administração Municipal.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. A aquisição das usinas fotovoltaicas e sua instalação é um procedimento de contratação que não depende de outras contratações para poder ser implantada e entrar em funcionamento.

12.2. Depois de concluídos todos os serviços previstos no contrato, as usinas começam a produzir energia.



13. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS PRÉVIAS AO CONTRATO

- 13.1.** A instituição já possui quadro técnico (engenheiro) para acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem executados.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

- 14.1.** Os impactos negativos na construção de usinas fotovoltaicas afetam o meio ambiente apenas nos projetos de porte maior. Esse é o caso das usinas de geração centralizada, que precisam de áreas muito grandes para receberem as inúmeras placas solares da instalação, ocupando, muitas vezes, diversos hectares de terra, afetando a fauna e a flora.
- 14.2.** Em contrapartida, a geração fotovoltaica distribuída, objeto central deste estudo, é grande aliada do meio ambiente pois não se observa o tipo de impacto supracitado, e, para sua operação, não são emitidos gases de efeito estufa, nem há interferência em ecossistemas.
- 14.3.** Todavia, sistemas deste tipo duram, aproximadamente, 35 anos, e só após este período um pequeno impacto é observado, quando do descarte das placas solares. Ainda assim, soluções vêm sendo desenvolvidas para tratamento e reaproveitamento do resíduo gerado. No mais, observa-se alguns impactos de menor intensidade e de fácil solução devido aos resíduos e poeiras - que afetam a qualidade do ar - que a instalação dos geradores pode gerar.
- 14.4.** Diante deste contexto, pode-se afirmar que o impacto ambiental é quase inexistente.

15. RESULTADOS PRETENDIDOS

- 15.1.** A escolha pela Aquisição e Instalação de Geradores de Energia Solar Fotovoltaica energia solar para atender a Administração Municipal, foi baseada na análise da vantagem, sustentabilidade, aspectos técnicos e econômicos da solução, visando a(o):
- 15.1.1.** Minimização dos custos com energia por, pelo menos, 25 anos;
 - 15.1.2.** Redução do impacto ambiental no setor energético;
 - 15.1.3.** Valorização da instituição como exemplo, na utilização de recursos naturais, para a educação ambiental;
 - 15.1.4.** Utilização de grandes coberturas metálicas de ginásios, para o aproveitamento energética. do sistema a partir da instalação de geradores fotovoltaicos;
 - 15.1.5.** Disseminação do conhecimento e conscientização - principalmente entre munícipes, e alunos das escolas municipais que serão futuros tomadores de decisão quanto a soluções energéticas em empresas e indústrias - sobre a solução propiciada pela geração distribuída fotovoltaica, trazendo benefícios tanto para quem investe nesses sistemas, quanto para o sistema elétrico.



Fis. 150
filona

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 16.1.** O estudo de viabilidade técnica e econômica alusivo à instalação das usinas de geração de energia solar para atender a demanda da Administração Municipal de Figueirópolis D'Oeste - MT, será realizado com base em estudos elaborados através de contratação de projeto que deverá definir qual melhor modelo a ser implantado e economia gerada.
- 16.2.** Conforme informações aqui apresentadas, a contratação solicitada é extremamente viável e traz benefícios sociais, científicos e econômicos que superam em muito seu custo financeiro. A equipe responsável pela elaboração deste documento, declara viável e recomenda fortemente esta contratação.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 08 de fevereiro de 2024.

Roberto Moreira
Engenheiro Civil Municipal



Fls. 151
Figueiropolis

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIROPOLIS D'OESTE

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº .../2024, QUE CELEBRAM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE/MT
E (PROPONENTE VENCEDOR)

Pelo presente instrumento, de um lado, o **Município de Figueiropolis D'oeste-MT**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.367.762/0001-93, com sede na Rua Santa Catarina, nº 146, Centro, na cidade de Figueiropolis D'oeste/MT, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO FLAUSINO VILELA, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado (**PropONENTE Vencedor**), inscrito no CNPJ/MF sob nº, com sedena, nº, bairro, na cidade de, CEP, representado neste ato por seu (sócio administrador OU procurador), (nome), doravante denominado CONTRATADO, em observância às disposições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 01/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa para serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para instalação de geradores de energia solar fotovoltaica, para atender as necessidades da Administração Municipal de Figueiropolis D'oeste/MT, de acordo com as quantidades Termo referencia e especificações seguintes:

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO PROPRIETARIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE – MT ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA Nº 146, CENTRO MUNICÍPIO: FIGUEIROPOLIS D'OESTE MT							BDI NORMAL: 28,22% BDI DIFER: 15,00% DATA BASE(MÊS/ANO REF) nov/23 (valores s/ desoneração MDO)		
Etapas	Código	Local	Serviços Técnicos	Unid	Qde	Prec. Unit.	Valor Unit.	V. Total	%
01	COMP02	Local	Registro de Preço para Implantação de sistema de geração fotovoltaica conectada á rede, com fornecimento da solução completa e entregue para instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem, ativação, monitoramento e treinamento, com potencia de 1.0	100 KPW	25, 00	R\$	R\$	R\$	



Fis. 152
filona

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

			MWp, com fixação em telhado ou solo a depender do projeto Transformador rebaixador, fornecimento e instalação padrão elétrico e cabine primária, conforme exigência da concessionária.						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do Contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, a critério da Administração, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$..... ()

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes itens orçamentários: Ficha: (66) 04.122.0013.1030.000 – 4.4.90.52.0 Equipamentos e Material Permanente e demais dotações conforme orçamento vigente.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto ora licitado e apresentação da respectiva nota fiscal.

5.2. O Município de Figueirópolis D'Oeste - MT deduzirá quaisquer valores faturados indevidamente.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

5.3. Para os casos de rejeição dos produtos e/ou serviços, será prorrogado automaticamente o atestado de recebimento proporcionalmente ao prazo de reposição, o que, consequentemente, provocará a prorrogação do pagamento da respectiva nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

5.4. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

5.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE) de correção monetária.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contados a partir da data limite para apresentação das propostas.

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. O reajuste será precedido de solicitação do contratado.

6.4. A concessão do reajuste de preços dos contratos deverá ser autorizada pelo gestor da Unidade Demandante.

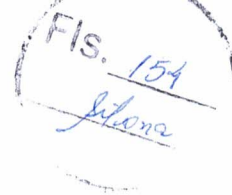
6.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.6. Quando o termo inicial do interregno de 12 (doze) meses coincidir com o primeiro dia do mês ou no caso de indisponibilidade do índice de reajuste pactuado, será aplicada a metodologia de recuo de mês e os reajustes subsequentes ocorrerão nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

6.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.10. O reajuste será realizado por termo aditivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

7.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



Fls. 155
J. Long

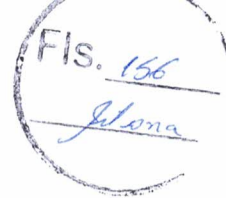
ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

- 9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 9.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 10.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo Município, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

10.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



Fls. 152
Silvana

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

10.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



Fls. 158
J. J. J.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

10.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



Fls. 159
Silvana

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Será exigido conforme consta no edital, seguro garantia da obra em conformidade com o artigo 96 inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

12.2. O Seguro garantia de que se trata essa cláusula se dará sobre o valor da Ordem de serviços e não no valor total do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.4.2. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto e demais transgressões previstas no subitem 13.1.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022, ou outra que vier a substituí-la.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

14.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

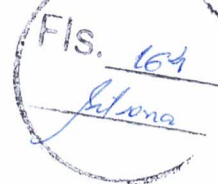
16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se disserem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jauru/MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

Figueirópolis D'oeste/MT, __ de _____ de 2024.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

MUNICÍPIO DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE - MT

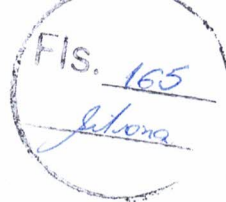
XXXXXX

CONTRATANTE

(PROPONENTE VENCEDOR)

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADO



ANEXO IV - DECLARAÇÃO

Declaração de cumprimento dos requisitos de Habilitação.

PREFEITURA DO FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT
REF. **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2024**

Sr.º Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio.

Declaramos, sob as penas da Lei conhecer e aceitar todas as condições constantes do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 01/2024**, bem como de seus anexos e que, assim sendo, atendemos plenamente a todos os requisitos necessários à participação e habilitação no mesmo.

_____, ____ de _____ de 2024.

(assinatura)
(nome do representante legal da empresa proponente)

OBS: DEVERÁ SER APRESENTADA AO PREGOEIRO FORA DOS ENVELOPES EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA (JUNTO COM CREDENCIAMENTO)



Fis. 166
Jilona

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

ANEXO V
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº01/2024

MODELO DE DECLARAÇÕES CONJUNTAS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE Figueirópolis D'Oeste-MT
REF.: Pregão Presencial nº 01/2024
TIPO: Menor Preço Por Item

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP: _____, na Cidade de _____-____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital do **Pregão Presencial nº 01/2024, DECLARA**, sob as penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei nº 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.
- Não possui em seu quadro de pessoal Servidor Público Municipal exercendo as funções de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei nº 8666/1993.)
- Inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, art. 32, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal

Nome: _____
Função na Empresa: _____
RG: _____
CPF: _____

Carimbo do CNPJ

(ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR DENTRO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO)



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2024

Pelo presente instrumento, de um lado, o **Município de Figueiropolis D'oeste-MT**, inscrito no CNPJ/MF sobnº 01.367.762/0001-93, com sede na Rua Santa Catarina, nº 146, Centro, na cidade de Figueiropolis D'oeste/MT, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO FLAUSINO VILELA, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado (**Proponente Vencedor**), inscrito no CNPJ/MF sob nº _____, com sedenã _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, representado neste ato por seu (sócio administrador OU procurador), _____ (nome), doravante denominado CONTRATADO, em observância às disposições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 01/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

18. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

18.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa para serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para instalação de geradores de energia solar fotovoltaica, para atender as necessidades da Administração Municipal de Figueiropolis D'oeste/MT, de acordo com as quantidades Termo referencia e especificações seguintes:

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO PROPRIETARIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE – MT ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA Nº 146, CENTRO MUNICIPIO: FIGUEIROPOLIS D'OESTE MT						BDI NORMAL: 28,22% BDI DIFER: 15,00% DATA BASE(MÊS/ANO REF) nov/23 (valores s/ desoneração MDO)			
Etapa	Código	Local	Serviços Técnicos	Unid	Qde	Prec. Unit.	Valor Unit.	V. Total	%
01	COMP02	Local	Registro de Preço para Implantação de sistema de geração fotovoltaica conectada á rede, com fornecimento da solução completa e entregue para instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem, ativação, monitoramento e treinamento, com potencia de 1.0 MWp, com fixação em telhado ou solo a depender do projeto	100 KPW	25, 00	R\$	R\$	R\$	



Fis. 168
Alisona

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

			Transformador rebaixador, fornecimento e instalação padrão elétrico e cabine primária, conforme exigência da concessionária.						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

18.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

18.2.1. O Termo de Referência;

18.2.2. O Edital da Licitação;

18.2.3. A Proposta do Contratado;

18.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

19. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

19.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, a critério da Administração, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

20.1. O valor total da contratação é de R\$..... ()

20.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

21. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes itens orçamentários: Ficha: (66) 04.122.0013.1030.000 – 4.4.90.52.0 Equipamentos e Material Permanente e demais dotações conforme orçamento vigente.

22. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

22.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto ora licitado e apresentação da respectiva nota fiscal.

22.2. O Município de Figueirópolis D'oeste - MT deduzirá quaisquer valores faturados indevidamente.

22.3. Para os casos de rejeição dos produtos e/ou serviços, será prorrogado automaticamente



Fis. 169
Jana

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

o atestado de recebimento proporcionalmente ao prazo de reposição, o que, consequentemente, provocará a prorrogação do pagamento da respectiva nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

22.4. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

22.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE) de correção monetária.

23. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

23.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contados a partir da data limite para apresentação das propostas.

23.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

23.3. O reajuste será precedido de solicitação do contratado.

23.4. A concessão do reajuste de preços dos contratos deverá ser autorizada pelo gestor da Unidade Demandante.

23.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.6. Quando o termo inicial do interregno de 12 (doze) meses coincidir com o primeiro dia do mês ou no caso de indisponibilidade do índice de reajuste pactuado, será aplicada a metodologia de recuo de mês e os reajustes subsequentes ocorrerão nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

23.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

23.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

23.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.10. O reajuste será realizado por termo aditivo.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Fis. 120
Jlona

24. CLÁUSULA SÉTIMA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

24.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

25. CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

25.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

26. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

26.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

26.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

26.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

26.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

26.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



Fis. 171
Alona

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

26.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

26.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

26.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

26.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

26.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

26.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

26.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

27. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

27.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

27.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

27.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo Município, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

27.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);



Fis. 172
Alana

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

- 27.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 27.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 27.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 27.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 27.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 27.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 27.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 27.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



Fis. 173
Juliana

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

27.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

27.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

27.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

27.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

27.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

27.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

27.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

27.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

27.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

27.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

27.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

28. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

28.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

28.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

28.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

28.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

28.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

28.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

28.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

28.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

28.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



Fis. 175
Silvana

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

28.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

28.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

28.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

28.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

29. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

29.1. Será exigido conforme consta no edital, seguro garantia da obra em conformidade com o artigo 96 inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

29.2. O Seguro garantia de que se trata essa cláusula se dará sobre o valor da Ordem de serviços e não no valor total do contrato.

30. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- i) der causa à inexecução parcial do contrato;
- j) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- k) der causa à inexecução total do contrato;
- l) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- m) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- n) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- o) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- p) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

30.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

30.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

30.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

30.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

30.2.4. Multa:

30.2.4.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

30.2.4.2. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto e demais transgressões previstas no subitem 13.1.

30.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

30.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

30.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

30.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



Fls. 177
Jeliana

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

30.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

30.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

30.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- f) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- g) as peculiaridades do caso concreto;
- h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- i) os danos que dela provierem para o Contratante;
- j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

30.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

30.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

30.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

30.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

30.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022, ou outra que vier a substituí-la.

31. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

31.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

31.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

31.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

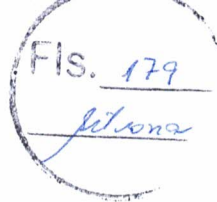
c) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

d) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

31.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

31.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

31.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE**

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

31.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

31.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

31.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

31.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

31.4.3. Indenizações e multas.

31.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

32. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

32.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

33. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

33.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

33.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se disserem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

33.3. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

34. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

34.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jauru/MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

Figueirópolis D'oeste/MT, __ de _____ de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

MUNICÍPIO DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE - MT

XXXXXX

CONTRATANTE

(PROPONENTE VENCEDOR)

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADO



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

FIS. 341
Silvina

TERMO DE REFERÊNCIA

1 INTRODUÇÃO

1.1. De acordo com a solicitação e Estudo Técnico Preliminar, em anexo, bem como já ratificado pela Contadora a Sr.^a Roselaine Belussi, da disponibilidade das dotações necessárias para o futuro custeio desta despesa, elaboro o presente termo para a abertura do Processo licitatório na modalidade **Adesão a Ata de Registro de Preço**, que em todos os casos será **regido pela Lei 14.133/2021, art. 86 § 3, inciso III**, e demais disposições aplicáveis, bem como pelas regras e condições estabelecidas no edital de convocação que terá para sua elaboração este termo de referência por meio de procedimento legal pertinente visando atender o seguinte objeto **A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE COMODORO-MT.**

2 OBJETO

2.1 O presente Pregão eletrônico tem como objeto a **A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE COMODORO-MT.**

3 IDENTIFICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1 As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Comodoro nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Órgão 01 – Câmara Municipal de Comodoro

Unidade 01 – Câmara Municipal de Comodoro

Projeto Atividade- 2.001 – Manutenção de encargos com a Câmara Municipal

Elemento da Despesa – 4.4.90.52.00.00.00.00 (1009) – equipamentos e material permanente (1)

4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
01	0,276	KWP	REGISTRO DE PREÇO PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA CONECTADA À REDE, COM FORNECIMENTO DA SOLUÇÃO COMPLETA E INTREGADA PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, INSUMOS E SERVIÇOS NECESSARIOS PARA SUA MONTAGEM, ATIVAÇÃO, MONITORIAMENTO E TREINAMENTO, COM POTENCIA DE 1.0 MWP, COM FIXAÇÃO EM TELHADO OU SOLO A DEPENDER DO PROJETO TRANSFORMADOR REBAIXADOR, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO PADRÃO ELETRICO E CABINE PRIMÁRIA, CONFORME EXIGÊNCIA DA CONCESSIONÁRIA.

4.1 A quantidade de placas fotovoltaicas a ser cotada, por cada item, não pode variar em função da potência escolhida para compor a respectiva proposta. A exigência é que a potência das placas seja no mínimo de 550 Watts (quinhentos e cinquenta Watts), para uma potência mínima estimada disposta no quadro acima referido de Projetos Técnicos.

4.2 Especificações dos serviços, seguem em conformidade com as especificações deste Termo.



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO



4.3 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

4.4 DOS MÓDULOS FOTOVOLTAICOS:

- 4.4.1 O gerador fotovoltaico deverá ser composto por módulos idênticos, ou seja, com mesmas características elétricas, mecânicas e dimensionais;
- 4.4.2 Somente serão aceitos módulos fotovoltaicos feitos de silício cristalino (monocristalino ou policristalino) etiquetados e certificados pelo INMETRO com potência unitária ≥ 550 Wp;
- 4.4.3 Todos os módulos fotovoltaicos fornecidos deverão possuir moldura metálica em alumínio anodizado com barra estabilizadora adicional e caixa de conexão contendo conectores apropriados para conexão rápida;
- 4.4.4 Os módulos fotovoltaicos que geram energia elétrica com base no aproveitamento da radiação solar devem ter no mínimo os seguintes requisitos:
- 4.4.5 Vida útil esperada: 25 ANOS;
- 4.4.6 Garantia de potência de, no mínimo 19,3% relativo à potência nominal: 25 ANOS;
- 4.4.7 Temperatura de operação: -40°C a $+85^{\circ}\text{C}$;
- 4.4.8 Garantia contra defeitos de material e fabricação mínima de 10 anos;
- 4.4.9 Garantia de utilização de marca com acreditação CE, TUV e INMETRO, eficiência "A";
- 4.4.10 Ter eficiência superior a 18,00% na conversão de energia luminosa em elétrica, nas condições padrão de teste - STC – Standard Test Conditions (1000 W/m²; 25°C; AM 1.5).
- 4.4.11 Para efeito de avaliação das eficiências dos módulos, serão consideradas as medidas externas das molduras;
- 4.4.12 Os módulos devem ser identificados de acordo com as disposições citadas de forma legível e indelével, com, no mínimo, as seguintes informações: nome ou marca comercial do fabricante; modelo ou tipo do modelo; mês e ano de fabricação; número de série.

4.5 CERTIFICAÇÃO DO INMETRO (PORTARIA INMETRO 004/2011);

- 4.5.1 Cada módulo deve ter uma caixa de conexão IP 67, com bornes e diodos de passagem (by-pass) já montados, e conectores a prova d'água e de engate rápido (por exemplo, MC3, MC4, etc.);
- 4.5.2 A tensão contínua nominal dos arranjos deverá estar compatível com a especificada para
- 4.5.3 os inversores;
- 4.5.4 A corrente máxima dos módulos deve ser compatível com a especificada para os inversores;
- 4.5.5 Os módulos deverão possuir perfurações apropriadas para aterramento e ser acompanhados de teste de laboratório comprovando o desempenho PID FREE;
- 4.5.6 Todas as estruturas de suporte dos módulos fotovoltaicas devem ser de aço galvanizado, ou alumínio anodizado com reforço de estabilidade, durabilidade e preparadas em caso de esforços mecânicos, climáticos e corrosão, bem como as expansões/contrações térmicas, com garantia de 10 anos;
- 4.5.7 Todos os fios, cabos, conectores, proteções, diodos, estrutura de fixação, e demais componentes devem ser fornecidos e perfeitamente dimensionados de acordo com a quantidade de módulos fotovoltaicas e inversores do arranjo fotovoltaico, seguindo todas as normas de instalações elétricas relevantes à futura instalação, manutenção e segurança do sistema, em especial a norma NBR 5410 referente à instalação em baixa tensão.
- 4.5.8 Os cabos utilizados para aplicação solar deverão ser unipolares livres de halogênio e resistentes a radiação ultravioleta.
- 4.5.9 Para interligação entre os módulos e o sistema de conversão deverão ser utilizados cabos solares de no mínimo 6 mm² com isolamento de 1000 volts;
- 4.5.10 Todos os dispositivos elétricos necessários ao funcionamento e à proteção do sistema fotovoltaico deverão estar em conformidade com a legislação nacional para suas classes de operação, não serão aceitos componentes elétricos que não estejam em perfeita concordância com a legislação vigente.

4.6 INVERSOR DE FREQUÊNCIA



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fis. 343

Juliana

4.6.1 Os inversores frequência fotovoltaico devem transformar a energia elétrica proveniente dos módulos fotovoltaicos em energia compatível com a rede de energia local de acordo com os requisitos exigidos pela ABNT NBR 16149/13, equipados com os devidos otimizadores;

4.6.2 Garantia mínima de 10 anos contra defeitos de material e fabricação;

4.6.3 Os inversores de frequência devem comunicar e reconhecer os conversores CC-CC (Otimizadores de Potência) conectados aos módulos fotovoltaicos;

4.6.4 A quantidade de inversores e otimizadores deverão ser compatíveis com a quantidade de módulos fotovoltaicos de acordo com sua especificação;

4.6.5 Os inversores fotovoltaicos poderão operar com potências entre 75 % e 145% da sua faixa nominal de operação;

4.6.6 Os inversores de rede devem transformar a energia elétrica DC em AC, de acordo com a ABNT NBR 16149/13, em tensão e frequência de rede exigida pela concessionária local e com baixo teor de distorção harmônico e onda de forma senoidal.

4.7 REQUISITOS TÉCNICOS DOS INVERSORES:

4.7.1 Requisitos mínimos para o sistema de proteções e monitoramentos dos inversores utilizados:

4.7.2 Anti-ilhamento,

4.7.3 Proteção contra polaridade reversa em CC, otimizadores,

4.7.4 Chave seccionadora CC integrada ao inversor,

4.7.5 Monitoramento da rede elétrica C.A. (tensão, corrente, potência e frequência).

4.7.6 Max. tensão de entrada: 1000 V

4.7.7 Frequência: 60 HZ

4.7.8 Entradas MPPT: maior ou igual a 2;

4.7.9 Mínima Eficiência permitida: 97,8%

4.7.10 Deverá operar de forma totalmente automática, sem necessidade de qualquer intervenção ou operação assistida.

4.7.11 Deverá possuir monitoramento remoto de ordem público para visualização e privado para configuração;

4.7.12 O monitoramento deverá informar a produção de energia e tensão CC em cada inversor fotovoltaico da usina geradora;

4.7.13 Caso seja necessário transformador de potencial para adequação dos níveis de rede incluir na proposta;

4.7.14 Os inversores deverão atender a portaria nº 004/2011 do Inmetro;

4.7.15 Como forma de assegurar a qualidade dos inversores fotovoltaicos os mesmos deverão possuir as seguintes certificações e as mesmas deverão ser apresentadas no ato da qualificação técnica:

4.8 CONVERSORES DE CORRENTE CONTÍNUA (CC-CC):

4.8.1 Os conversores de corrente contínua são responsáveis por realizarem o pré-processamento da energia antes de entrega-la ao inversor de frequência, possibilitando a mitigação das perdas técnicas da energia produzida nos módulos fotovoltaicos conectados em sua entrada;

4.8.2 Maximização da produção dos módulos conectados - MPPT (maximum power point tracking – rastreamento da máxima potência individualizado)

4.8.3 A somatória da potência dos módulos fotovoltaicos conectados ao conversor CC-CC não pode ultrapassar a estabelecida em seu datasheet;

4.8.4 A tensão de entrada dos módulos conectados deve respeitar o informado no datasheet do fabricante do conversor CC-CC;

4.8.5 Os conversores CC-CC podem ser conectados em série ou paralelo, desde que seja respeitado a capacidade da string conectada ao inversor de frequência;



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fls. 344
Júlia

4.8.6 Os conversores CC-CC do sistema fotovoltaico devem diminuir os níveis de tensão da saída para valores seguros, quando acontecer interrupção da energia elétrica por parte da concessionária ou desligamento do inversor de frequência ao qual está conectado.

4.8.7 O equipamento precisa fornecer opção de monitorar individualmente a energia produzida pelos módulos fotovoltaicos;

4.8.8 Mitigar perdas de energia por mismatch (perdas ocasionadas pelas diferenças de potência entre os módulos de uma string);

4.8.9 Atender certificações internacionais.

4.8.10 Quadros de Proteção e controle de CC e CA.

4.8.11 Deverá ser utilizado painel adequado às instalações elétricas de dimensões apropriadas para abrigar os equipamentos de proteção, controle, manobra, etc.

4.8.12 A alimentação do painel de proteção AC será através de condutores isolados e eletrodutos fabricados em aço galvanizado;

4.8.13 A temperatura máxima interna nos armários, em regime de plena carga, não deve exceder os 40°C.

4.8.14 O quadro deverá ser construído seguindo as normas supracitadas e todos os requisitos normativos exigidos com relação à segurança para evitar acidentes durante manutenções ou operações deverão ser respeitados.

4.8.15 Deverão ser adotados módulo proteção de surtos – DPS em todas as entradas de energia condizentes com a energia utilizada;

4.8.16 Ter configuração modular de acordo com a necessidade da aplicação;

4.9 PROTEÇÃO

4.9.1 Para os circuitos módulos fotovoltaicos = inversor = cargas deverão ser utilizados disjuntores termomagnéticos de baixa tensão, de baixo nível de perdas, para proteção contra curto-circuito, e dimensionados adequadamente.

4.9.2 Todas as estruturas metálicas e equipamentos devem estar conectados ao sistema de aterramento, de forma a garantir a equipotencialidade.

4.9.3 Os módulos fotovoltaicos devem ter dispositivos de proteção contra surtos nas caixas de conexão entre ambos os polos das conexões em paralelo das strings e entre eles e o condutor de aterramento ou quando o inversor possuir esta proteção incorporada;

4.9.4 Toda instalação deve ser realizada em conformidade com a Norma NBR 5419, inclusive adaptações eventuais necessárias.

4.10 MEDIDOR DE ENERGIA BIDIRECIONAL TRIFÁSICO:

4.10.1 O medidor de energia trifásico deve ser do tipo bidirecional, responsável por registrar o fluxo de potência em ambos os sentidos, níveis de tensão em cada fase e corrente por fase;

4.10.2 Consiga registrar o consumo e autoconsumo das cargas instaladas, além da geração da usina fotovoltaica instalada no local;

4.10.3 Conexão com internet;

4.10.4 Plataforma de monitoramento à distância e em tempo real;

4.10.5 Aplicativo de monitoramento para IOS e ANDROID.

5 JUSTIFICATIVA

5.1 A presente licitação tem como objetivo manter o pleno funcionamento das atividades administrativas desta Casa de Leis, oferecendo suporte às tarefas desenvolvidas pelos diversos setores dessa administração.

5.2 A contratação de uma empresa para serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para a instalação de geradores de energia solar fotovoltaica é justificada pela necessidade de atender às exigências legais e



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fis. 345
Silva

operacionais da Câmara Municipal de Comodoro/MT. A implementação de um sistema de energia solar se alinha com as diretrizes de sustentabilidade e eficiência energética preconizadas por legislações federais e estaduais, além de contribuir para a redução dos custos operacionais da instituição.

5.3 A escolha de uma empresa especializada garante que o projeto será executado com a qualidade técnica necessária, respeitando as normas vigentes e assegurando a segurança da instalação. O investimento em energia solar não apenas resulta em economia a longo prazo, mas também fortalece a imagem da Câmara como uma entidade comprometida com a inovação e a responsabilidade ambiental.

5.4 Além disso, a contratação segue os princípios da economicidade, eficiência e transparência, fundamentais para a administração pública, permitindo um melhor uso dos recursos públicos. A adoção da energia solar também proporciona autonomia em relação às flutuações de tarifas das concessionárias, o que é um fator estratégico para a gestão orçamentária da Câmara. Portanto, essa contratação é essencial para modernizar as operações da Câmara Municipal, garantir a conformidade com a legislação e promover um futuro mais sustentável para a comunidade.

5.5 A contratação de uma empresa especializada em fornecimento de energia solar é uma decisão estratégica que traz diversos benefícios para o órgão público. Abaixo, destacamos os principais motivos para essa contratação:

Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental: A energia solar é uma fonte limpa e renovável, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Essa contratação demonstra o compromisso do órgão com a preservação ambiental e com as metas de sustentabilidade.

Economia Financeira: A adoção da energia solar pode resultar em uma significativa redução nas contas de energia elétrica, liberando recursos que podem ser investidos em outras áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura.

Valorização do Patrimônio Público: A implementação de sistemas de energia solar em prédios públicos não apenas melhora a eficiência energética, mas também valoriza os imóveis, demonstrando um investimento inteligente e moderno.

Autonomia Energética: A geração própria de energia solar oferece maior independência em relação às concessionárias, reduzindo o impacto de aumentos nas tarifas e garantindo maior previsibilidade orçamentária.

Apoio a Iniciativas Governamentais: A contratação de uma empresa de energia solar pode se alinhar a programas e incentivos governamentais que promovem o uso de energias renováveis, facilitando o acesso a subsídios e financiamentos.

Educação e Conscientização: Projetos de energia solar podem servir como exemplos para a comunidade, promovendo a conscientização sobre a importância da sustentabilidade e incentivando práticas responsáveis entre os cidadãos.

Transparência e Boa Governança: A adoção de práticas sustentáveis reforça a imagem do órgão público como uma entidade responsável e comprometida com o bem-estar da população, aumentando a confiança da comunidade nas suas ações.



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fls. 346
J. L. L. L.

5.6 Diante desses fatores, a contratação de uma empresa especializada em fornecimento de energia solar se apresenta como uma solução vantajosa e necessária, promovendo eficiência, economia e compromisso com o futuro sustentável.

5.7 A eficiência é um dos princípios basilares da administração pública, conforme estabelecido no artigo 37 da CF/88, e é demonstrada neste modelo de gestão, que busca evitar retrabalhos e a burocratização excessiva, observando as normas pertinentes. A gestão por módulos separados geraria demandas desnecessárias, submetendo a administração desta Casa a um modelo ineficiente e desatualizado em relação ao setor privado.

5.8 Sendo assim considerando a justificativa apresentada, o procedimento de adesão à Ata de Registro de Preços do Município de Figueirópolis D'Oeste/MT, em consonância com o Pregão Presencial de nº 001/2024, Ata de Registro de Preços nº 002/2024, conforme o Termo de Referência anexo.

6 OBJETIVO GERAL DA CONTRATAÇÃO:

6.1 A solução a ser contratada visa atingir os seguintes objetivos:

6.2 **Objetivo Geral:** Implementar um sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Câmara Municipal de Comodoro/MT, visando à sustentabilidade, redução de custos e eficiência energética.

1. Diagnóstico Inicial:

- Realizar um levantamento detalhado da demanda energética atual da Câmara Municipal.
- Avaliar as condições do local para a instalação dos sistemas solares, incluindo espaço disponível e orientação solar.

2. Metas

- Concluir a elaboração e execução do projeto em até 90 dias.
- Garantir que o sistema instalado atenda a 100% da demanda energética da Câmara.
- Reduzir os custos com energia elétrica após a instalação.

3. Análise de Cenário

- **Forças:** Apoio governamental à sustentabilidade, economia a longo prazo, valorização do patrimônio público.
- **Fraquezas:** Necessidade de capacitação interna, resistência a mudanças.
- **Oportunidades:** Incentivos fiscais e subsídios, aumento da conscientização ambiental na comunidade.

4. Ações Estratégicas

- **Planejamento e Elaboração do Projeto:** Desenvolver um Termo de Referência detalhado para a contratação da empresa, incluindo especificações técnicas e prazos, em conformidade com a adesão a Ata de outro órgão.
- **Contratação:** Realizar o processo licitatório para a seleção da empresa especializada em instalação de sistemas de energia solar.



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

18. 347
2

- **Instalação e Execução:** Supervisionar a instalação dos geradores solares, garantindo que o cronograma e as especificações sejam cumpridos.

5. Recursos Necessários

- Orçamento para contratação da empresa e aquisição de materiais.
- Recursos humanos para supervisão do projeto.
- Ferramentas para monitoramento da geração de energia e redução de custos.

6. **Avaliação de Resultados:** Ao final de 12 meses, será realizada uma análise dos resultados obtidos, comparando os custos com energia elétrica antes e depois da instalação, visando ajustar futuras estratégias e garantir a continuidade do compromisso com a sustentabilidade.

Conclui-se:

6.3 **O Tribunal de Contas da União** - Por meio do Acórdão nº 1056/2017 – TCU/Plenário, determinou que a Administração Pública Federal implementasse iniciativas voltadas às práticas sustentáveis que redundem na preservação do meio ambiente; na mesma esteira, é mister que a administração pública municipal tenha atitudes semelhantes com vista aos objetivos propostos.

6.4 **O setor público** - representa uma parcela significativa do consumo final de eletricidade no Brasil com tendência de aumento.

6.5 A implementação deste plano estratégico permitirá que a Casa de Leis melhore significativamente a gestão de suas atividades legislativas e administrativas, proporcionando maior agilidade e eficiência, além de fomentar a transparência e acessibilidade, em conformidade com os princípios da administração pública.

6.6 Esse plano estratégico visa assegurar a implementação bem-sucedida do sistema de energia solar, promovendo eficiência, economia e responsabilidade ambiental na Câmara Municipal de Comodoro/MT.

7 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO LICITADO:

7.1 Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante a adesão à ARP, na modalidade Pregão Presencial.

7.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8 DA ENTREGA DO BEM E LOCAL DE ATENDIMENTO:

8.1 A entrega deverá ser efetuada em uma única remessa, com prazo de entrega não superior a **45 (quarenta e cinco) dias corridos, prazo este justificado em conformidade com o art. 24, III, da Lei orgânica Municipal e Art. 168, § 2º da Constituição Federal**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento por parte do fornecedor, o bem deverá ser entregue na Câmara Municipal de Comodoro, na Rua Bahia, nº 600 –N, bairro: São Francisco de Assis- CEP: 78310-000, dentro do horário de expediente do funcionalismo público municipal vigente na época, após o recebimento do fornecedor da autorização de fornecimento, mediante a assinatura de contrato emitido pela Câmara Municipal de Comodoro/MT.

9 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO



9.1 A execução dos serviços será iniciada imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço. A contratada, por ocasião da execução dos serviços, deverá respeitar o prazo estabelecido pela Administração.

9.2 Prazo de vigência do contrato: O prazo de vigência será de 45 (quarenta e cinco) dias, **prazo este justificado em conformidade com o art. 24, III, da Lei orgânica Municipal e Art. 168, § 2º da Constituição Federal.**

9.3 Prazo de execução dos serviços: O prazo de execução será de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento da ordem de serviço, **prazo este justificado em conformidade com o art. 24, III, da Lei orgânica Municipal e Art. 168, § 2º da Constituição Federal.**

9.4 As descrições dos materiais e serviços a serem executados deverão ser seguidas por este TR.

9.5 Todos os serviços e materiais necessários para a implantação do sistema, incluindo a adaptação da entrada de energia nas Unidades, para o seu funcionamento, será de responsabilidade da Contratada. Salvo casos específicos não previstos, desde que justificadose atestados pela Fiscalização.

9.6 Garantia da instalação:

9.6.1 A contratada fornecerá todos os materiais, instalará a planta fotovoltaica e deverá apresentar garantia dos serviços prestados pelo período de 2 (dois) anos, respondendo por sua solidez e segurança, conforme o Art. 1.245 do Código Civil Brasileiro. Tal período independe das garantias individuais dos equipamentos junto aos respectivos fabricantes e será contado a partir da data da assinatura do Certificado de Recebimento do sistema fotovoltaico.

9.6.2 Dentro desse período de garantia técnica, de 2 (dois) anos, a contratada deverá corrigir qualquer problema encontrado ou por solicitação da contratante, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

9.6.3 A contratada deverá apresentar os certificados de garantia das estruturas de suporte e fixação dos módulos contra defeitos de fabricação e corrosão com validade mínima de 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do Termo de Recebimento da planta fotovoltaica, bem como de todos os equipamentos elétricos e eletrônicos, juntamente com o Manual de Instruções para Manutenção.

9.6.4 A contratada deverá apresentar um "Cronograma de Garantias" contendo todos os materiais e equipamentos fornecidos, com as respectivas descrições e identificação conforme consta no Projeto Executivo, e os respectivos prazos de garantia em meses. Esse "Cronograma de Garantias" tem o principal objetivo de apresentar de forma clara a abrangência de todas as garantias.

Handwritten signature and initials.

9.7 Garantia de desempenho:

9.7.1 Conforme a NBR 16274:2014, o desempenho é avaliado por parâmetros anuais, um dos quais é denominado desempenho global anual, correspondendo ao parâmetro tratado na literatura técnica especializada por taxa de desempenho (TD) ou, em inglês, por performanceratio (PR). Assim, o desempenho global anual deverá ser calculado segundo os procedimentos apresentados na NBR 16274:2014, Seção 10 - Avaliação de desempenho e no Anexo 3: Comissionamento e Avaliação de Desempenho. A finalidade da avaliação do desempenho é verificar se a UFV está produzindo o valor de energia (kWh) em determinado período, em função da potência instalada, conforme especificado pela contratada.

9.7.2 A contratada deverá garantir o valor de geração mínima e o desempenho global anual, estimados e apresentados no Projeto Executivo. Nesse contexto, destaca-se que o projeto executivo deve apresentar uma taxa de desempenho superior a 0,75

9.7.3 As medições e ensaios para avaliação do desempenho serão executados pela contratada com acompanhamento de representante designado pela contratante. A contratada fornecerá todo o equipamento e medidores específicos para a realização das medições e ensaios, assim como o equipamento de proteção individual (EPI) indicado para as atividades.

9.7.4 Após a conclusão das medições e ensaios, registro dos dados, cálculos e avaliação dos resultados a contratada deverá redigir um relatório de avaliação de desempenho da planta fotovoltaica e enviar à contratante, para revisão, correção e posterior aprovação pelo representante. Caso os valores obtidos na avaliação de



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fis. 349
Alona

desempenho anual sejam inferiores aos apresentados pela contratada no Projeto Executivo, esta deverá realizar uma análise dos possíveis motivos, corrigi-los e apresentar um Relatório Técnico com todas as informações relativas a esse processo.

9.7.5 O processo de avaliação de desempenho é composto por avaliações iniciais e avaliações de desempenho anuais, conforme especificado na sequência:

9.7.6 Avaliações iniciais de desempenho: a avaliação inicial de desempenho deverá ser nos primeiros 45 (quarenta e cinco) dias após o início de operação da planta fotovoltaica, utilizando, no que for aplicável, os procedimentos apresentados na norma NBR 16274:2014, Seção 10, Avaliação de desempenho. As avaliações iniciais de desempenho serão de dois tipos, realizadas com dois períodos de medição e aquisição de dados:

9.7.7 Avaliação de curta duração, com 2 dias de medições e dados e;

9.7.8 Avaliação de longa duração, com 30 dias de medições e dados.

9.7.9 O teste de longa duração poderá ser iniciado logo após o período de 2 (dois) dias do teste de curta duração. Se este último for realizado com êxito, comprovando desempenho adequado, aprovado por representante da contratante, as medições e dados obtidos no período de 2 (dois) dias poderão ser considerados para o período de 30 dias do teste de longa duração.

9.7.10 Avaliações de desempenho anual: Estão previstas duas avaliações anuais de desempenho, a serem realizadas durante o período de garantia da instalação, sendo efetuadas, respectivamente, após um ano de operação e após dois anos de operação. Nas avaliações anuais será calculado o desempenho global anual do sistema, segundo os procedimentos apresentados na NBR 16274:2014, Seção 10 - Avaliação de desempenho;

9.7.11 Os resultados das avaliações de desempenho da UFV deverão ser apresentados em relatórios, com todos os dados de medições e ensaios realizados.

9.7.12 A CONTRATADA deverá atender a todas as normas vigentes e especificações técnicas exigidas pela Concessionária Local, Energisa Mato Grosso - MT e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

10 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Apresentar no mínimo 01(um) atestado fornecido preferencialmente pela pessoa jurídica atendida comprovando sua experiência na execução de serviço de implantação de energia solar fotovoltaica.

10.2. Indicação nominal dos Responsáveis Técnicos (no mínimo, um Engenheiro Eletricista e um engenheiro civil) com o devido registro ou inscrição no CREA.

11 DO RECEBIMENTO:

11.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e o fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fis. 350
J. L. L. L. L.

12 DO PERÍODO DE VIGÊNCIA:

12.1 O período de vigência do Contrato se dará até o mês de Dezembro do corrente ano, **prazo este justificado em conformidade com o art. 24, III, da Lei orgânica Municipal e Art. 168, § 2º da Constituição Federal**,

12.2 A do Contrato será contado a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação no Diário Oficial.

13 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

13.1 O critério de julgamento das propostas para a aquisição do veículo será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

14 COMPOSIÇÃO DO PREÇO DE REFERÊNCIA:

14.1 A pesquisa de preços consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública. Serve de base também para confronto e exame de propostas em licitação e estabelece o preço justo de referência que a Administração está disposta a contratar, devendo constar no edital o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global. Mediante a pesquisa de preços se obtém a estimativa de custos que se apresenta como de fundamental importância nos procedimentos de contratação da Administração Pública, funcionando como instrumento de balizamento aos valores oferecidos neste certame licitatório e àqueles executados nas respectivas contratações. Assim, sua principal função é garantir que o Poder Público identifique o valor médio de mercado para uma pretensão contratual.

14.2 A pesquisa de preço é importante como balizamento de uma licitação porque permite que a administração pública identifique e avalie as opções disponíveis no mercado para determinado bem ou serviço. Ao realizar uma pesquisa de preço, o órgão público pode obter informações sobre os valores praticados por diferentes fornecedores, a qualidade dos produtos ou serviços oferecidos e as condições de pagamento.

14.3 Essa análise prévia é fundamental para embasar a definição do valor máximo aceitável para a contratação, de forma a garantir que a administração pública obtenha a melhor relação custo-benefício. Além disso, a pesquisa de preço contribui para a transparência do processo licitatório, demonstrando que a escolha do fornecedor não foi arbitrária, mas sim embasada em informações concretas sobre o mercado.

14.4 Dessa forma, a pesquisa de preço atua como um instrumento de controle e eficiência na gestão dos recursos públicos, promovendo a concorrência saudável entre os potenciais fornecedores e assegurando que o interesse público seja atendido da melhor maneira possível.

14.5 Em diversos dispositivos a Lei nº 14.133/2021 alude a preço estimado da licitação. Citamos, por exemplo, o previsto no art. 18, inciso IV, segundo o qual a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compreender “o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação”.

14.6 Já no art. 22, há previsão segundo a qual o “edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo”.

14.7 E, de acordo com o art. 23:

“O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas,



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fis. 351
Jilena

observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto”.

14.8 Importante frisar que em todos esses dispositivos a lei alude ao **valor estimado da contratação ou ao orçamento estimado**, fazendo remissão ao **valor aproximado** pelo qual o contrato pretendido deverá ser celebrado, **sem que isso importe concluir que a Administração possa definir, como critério para aceitabilidade da oferta mais vantajosa esse valor estimado e, nesse caso, aceitar valor superior ao estimado**, desde que compatível.

14.9 Essa condição era admitida na Lei nº 8.666/1993, cujo art. 40, inciso X definia o dever de o edital indicar, obrigatoriamente, “o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos”. Ora, na medida em que a Lei nº 8.666/1993 admitia e não obrigava a fixação de preço máximo como critério para aceitabilidade das propostas, a Administração **poderia** fixar como tal o preço estimado. E, nesse caso, o simples fato de a proposta mais vantajosa consignar preço superior ao estimado não determinava, de plano, sua desclassificação.

O próprio Tribunal de Contas da União reconheceu essa condição, no Acórdão nº 392/2011 – Plenário:

“Voto”

32. A propósito, “orçamento” ou “valor orçado” ou “valor de referência” ou simplesmente “valor estimado” não se confunde com “preço máximo”. O valor orçado, a depender de previsão editalícia, pode eventualmente ser definido como o preço máximo a ser praticado em determinada licitação, mas não necessariamente. Num dado certame, por exemplo, o preço máximo poderia ser definido como o valor orçado acrescido de determinado percentual. São conceitos, portanto, absolutamente distintos, que não se confundem.

33. O orçamento deverá ser elaborado (fixado) em quaisquer situações, haja vista o disposto no art. 7º, § 2º, II (específico para obras e serviços de engenharia), c/c o art. 40, § 2º, II (aplicado a obras, serviços – de engenharia ou não – e compras), ambos da Lei de Licitações. Já a fixação do preço máximo está disciplinada no art. 40, X, da Lei nº 8.666/93, com a interpretação que lhe foi conferida pela Súmula TCU nº 259”.

Segundo essa diretriz de entendimento, no âmbito da Lei nº 8.666/1993, uma vez adotado o critério de aceitabilidade das propostas baseado no preço estimado, a Administração poderia contratar por valor superior, desde que compatível com os valores usualmente praticados no mercado, aferidos na pesquisa de preços realizada na fase de planejamento da contratação.

14.10 O tema é polêmico, havendo precedentes do TCU em que se entendeu não ser possível acatar preço superior ao estimado, retratando orientação de aplicar o estimado como valor máximo. Nesse sentido, Acórdão nº 3.381/2013 – Plenário:



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fis. 352
Alina

“Enunciado

O preço estimado pela Administração Contratante, em princípio, seja o tido por aceitável ou o máximo que ela se disporá a pagar na contratação pretendida, fazendo com que todos os esforços de negociação com os licitantes se desenvolvam em torno dessa importância.”

14.11 Na nova Lei de Licitações o tema está previsto no art. 59, que trata da aceitabilidade das propostas, com previsão expressa determinando o dever de desclassificar propostas que apresentem preços superiores ao valor estimado para a contratação:

“Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

(...)

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;” (Destacamos.)

14.12 Desse modo, com base no previsto no art. 59, inciso III da Lei nº 14.133/2021, concluímos que, para efeito de aceitabilidade das propostas, na Lei nº 14.133/2021 o preço estimado deve ser entendido como máximo, haja vista o dever de desclassificar propostas que consignem preços superiores ao valor do orçamento estimado para a contratação.

14.13 A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Nacional n.º 14.133, de 01 de abril de 2021) supriu uma lacuna da legislação anterior ao prever as fontes que o administrador público deve consultar a fim de formar o termo de referência da contratação.

14.14 Em que pese a jurisprudência pátria, especialmente as deliberações do Tribunal de Contas da União, já preverem as fontes citadas pelo novo marco regulatório, a previsão expressa na norma consolida o entendimento de que a pesquisa de mercado **não deve se pautar apenas na consulta a 3 (três) eventuais fornecedores.**

14.15 Segundo o art. 23 do novo Estatuto das Contratações Públicas, “o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto”.

14.16 Dito isto, a Lei Nacional n.º 14.133/2021 reza que no processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral (no caso de obras a norma prever também outras fontes) o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

- A) Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- B) Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fis. 353
Juliana

- C) **Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada**, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e **de sítios eletrônico especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso**;
- D) Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- E) Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. Como se vê a pesquisa de preços de referência não se limita à 3 orçamentos, e ao contrário, a pesquisa mais frágil é exatamente esta, pois os possíveis fornecedores acabam elevando os seus valores em face da possível licitação.
- F) Diante do exposto, declaro que o valor estimado de **R\$ 197.340,00 (cento e noventa e sete mil trezentos e quarenta reais)** está de acordo com o mercado e reflete as características solicitadas. Este valor foi verificado em licitações públicas registradas no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) em 2024, assegurando a conformidade com os preços praticados na atualidade, conforme segue em anexo relatório, em anexo, é apresentado propostas de mercado pertinentes ao objeto licitado, que demonstram que o valor contido e registrado na ARP é mais viável e econômico para a administração pública. É importante ressaltar que o valor estipulado na Ata de Registro de Preço (ARP) é significativamente mais vantajoso do que o custo de uma nova licitação. Essa escolha reforça a viabilidade da adesão à ata, em conformidade com os preceitos da Lei 14.133/2021, especialmente no que se refere ao art. 86, § 3º, inciso III.

15 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

15.1 A CONTRATADA obriga-se a:

15.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade;

15.3 Responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

15.4 Substituir, reparar ou corrigir, as suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

15.5 Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

15.8 Não serão aceitos, sob hipótese alguma, produtos adulterados ou fora dos padrões de qualidade exigidos pelas legislações vigentes;

15.9 Reembolsar pontualmente a Câmara Municipal de Comodoro, não permitindo que haja qualquer tipo de problema no fornecimento por razões dessa natureza ou de qualquer outra natureza, bem como apresentar o comprovante do respectivo pagamento à mesma sempre que solicitado pela Contratante;

15.10 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido;



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fls. 354
[assinatura]

15.11 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, implantações de sistemas, instalações de equipamentos, credenciamentos de rede, manutenções, treinamentos e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

15.12 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Contratante;

15.13 Cumprir e fazer cumprir seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto deste termo de referência, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;

15.14 Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços sem anuência da Contratante. No caso de subcontratação autorizada, a Contratada permanecerá integralmente responsável por responder pelos serviços e demais obrigações assumidas.

15.15 Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.16 Cumprir fielmente o que estipula este Termo de Referência e o Edital de Licitação;

15.17 Fornecer o material, obrigatoriamente de acordo com as especificações descritas em todos os itens no qual for detentor da melhor oferta deste Termo de Referência. Responsabilizando-se pela substituição do mesmo na hipótese de se constatar, quando do recebimento pela organização estiver em desacordo com as referidas especificações;

15.18 Transportar, substituir, reparar, corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os equipamentos em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, contados da notificação pela organização.

15.19 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência, mão de obra, transporte, seguro acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e comerciais e outras decorrentes da execução do serviço, sem qualquer relação de solidariedade ou subsidiariedade com o contratante;

15.20 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste TR e em sua proposta;

15.21 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.22 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.23 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.24 A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

15.25 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fis. 355
J. L. M. N.

previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à contratante;

15.26 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

15.27 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

15.28 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

15.29 Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

15.30 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

15.31 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

15.32 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

15.33 Submeter previamente, por escrito, à contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

15.34 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.35 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.36 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

15.37 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.38 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

15.39 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante;

15.40 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

15.41 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

15.42 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

15.43 Manter os empregados nos horários predeterminados pela contratante;

15.44 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, ep'is, uniformes;



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO



- 15.45** Apresentar à contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 15.46** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 15.47** Responsabilizar-se integralmente pela aprovação dos projetos do sistema fotovoltaico junto à concessionária de energia elétrica;
- 15.48** A Administração não se responsabilizará por nenhuma tratativa junto à Companhia Elétrica Regional. Todo trâmite necessário para aprovação dos projetos executivos é de inteira responsabilidade da empresa Contratada.
- 15.49** Os custos previstos para confecção do projeto executivo do sistema fotovoltaico já englobam os custos que a contratada terá com a aprovação do projeto junto à Centrais Elétricas de Mato Grosso S.A. (Energisa) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
- 15.50** Os projetos executivos de cada unidade a ser elaborado pela contratada para o completo entendimento dos caminhamentos, fixações e detalhes em geral da execução dos serviços deverá refletir os quantitativos de placas, inversores, otimizadores e demais insumos previstos no orçamento desse Termo de Referência.
- 15.51** Atender às solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste TR;
- 15.52** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da contratante;
- 15.53** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a contratada relatar à contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 15.54** Manter preposto aceito pela contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 15.55** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da contratante;
- 15.56** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 15.57** Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes.
- 15.58** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 15.59** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 15.60** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 15.61** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 15.62** Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas,



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fis. 352
Mona

para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plenacompreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

15.63 A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas neste Termo de Referência (Especificações Técnicas e demais documentos) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

16.1 A **CONTRATANTE** obriga-se a:

16.2 Observar que durante a vigência contratual sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante a ser contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

16.3 Assegurar o livre acesso dos empregados da licitante a ser contratada, quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais de retirada e entrega da carga a ser transportada;

16.4 Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços;

16.5 Efetuar o pagamento em conformidade com a forma ajustada;

16.6 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.7 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.8 Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

16.9 Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

16.10 Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

16.11 Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

16.12 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

16.13 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

16.14 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

16.15 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

16.16 Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

16.17 "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

16.18 Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

16.19 Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

16.20 Carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

16.21 Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

16.22 A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à contratante no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

16.23 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fis. 358

Alora

17 SUSTENTABILIDADE:

17.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental: A energia solar é uma fonte limpa e renovável, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Essa contratação demonstra o compromisso do órgão com a preservação ambiental e com as metas de sustentabilidade.

17.2 Além de ser inesgotável e está muito bem distribuída por todo o planeta. Ao instalar um sistema de energia solar fotovoltaica garante-se um suprimento eterno de energia sustentável, colaborando com a descarbonização da economia;

17.3 O Tribunal de Contas da União - Por meio do Acórdão nº 1056/2017 – TCU/Plenário, determinou que a Administração Pública Federal implementasse iniciativas voltadas às práticas sustentáveis que redundem na preservação do meio ambiente; na mesma esteira, é mister que a administração pública municipal tenha atitudes semelhantes com vista aos objetivos propostos.

17.4 O setor público - representa uma parcela significativa do consumo final de eletricidade no Brasil com tendência de aumento.

17.5 A eletricidade é um insumo - O impacto nos custos dos serviços públicos municipais, varia de acordo com a maneira como ela é utilizada e a forma como é adquirida, geralmente ela representa um volume bastante significativo nos custos fixos, o que resulta além da imobilização do recurso, na redução da capacidade de investimentos.

17.6 A Boa gestão, do seu uso resulta em economia, aprimoramento da eficiência e da qualidade na prestação dos serviços e o aumento da capacidade de investimento. Além de mitigar impactos ambientais e desenvolver ações de orientação sobre consumo eficiente de energia.

18 DO VALOR ESTIMADO:

18.1 O valor estimado para contratação é de **R\$ 197.340,00** (cento e noventa e sete mil duzentos e quarenta reais).

18.2 Os valores válidos para esta contratação, são aqueles que se referem neste Termo de Referência, considerando que os valores contidos servem apenas para nortear a forma de contratação mais vantajosa para o órgão.

19 DO PAGAMENTO:

19.1 O pagamento será efetuado no **corrente ano**, justificado em conformidade com o **art. 24, III, da Lei orgânica Municipal e Art. 168, § 2º da Constituição Federal**, mediante a entrega do bem, através da apresentação das solicitações e da respectiva nota fiscal/fatura emitida pelo contratado e posterior liquidação da mesma pelo setor de Contabilidade, aguardando o tempo para os tramites interno do processo.

19.2 A Nota Fiscal deverá ser emitida para o Câmara de Comodoro-MT, CNPJ nº 03.109.581/0001-92, informar a descrição do bem, o número da Nota de Empenho vinculada ou o número do Pregão Eletrônico, os dados bancários e estar devidamente atestada pelo servidor competente e/ou Gestor do Contrato.

19.3 As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá até 05 (cinco) dias após a data da sua apresentação válida.

19.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fls. 359
Wana

- 19.5 Em todos os pagamentos deverá ser consultada e anexada ao procedimento de pagamento as seguintes comprovações:
- 19.6 Certificado de regularidade junto ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), expedido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador";
- 19.7 Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, por meio da Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos (CND) relativo aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- 19.8 Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito em relação a tributos municipais, expedida pelo órgão público, no domicílio do fornecedor;
- 19.9 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa ou positiva com efeitos negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- 19.10 Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 19.11 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 19.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada.
- 19.13 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias para avaliar a rescisão nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão, caso a contratada não regularize sua situação.
- 19.15 O pagamento será feito mediante a ordem bancária em nome da Contratada.
- 19.16 Não será aceita emissão de Boleto Bancário.

20 ARGUMENTAÇÃO SOBRE A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

20.1 A adesão a uma Ata de Registro de Preço (ARP) apresenta-se como uma alternativa mais vantajosa em comparação ao processo de iniciar uma nova licitação por diversas razões:

1. **Agilidade e Eficiência:** Aderir a uma ata existente permite uma contratação mais rápida, uma vez que elimina as etapas demoradas de elaboração de edital, publicações e análises de propostas. Isso é especialmente relevante em situações que exigem urgência na aquisição de bens ou serviços.
2. **Economia de Recursos:** Iniciar uma nova licitação envolve custos diretos e indiretos, como tempo da equipe envolvida e demais situações. Ao optar pela adesão à ata, a administração pública pode economizar esses recursos, redirecionando-os para outras áreas prioritárias.
3. **Condições Favoráveis:** As atas de registro de preço são resultado de um processo competitivo que já garantiu condições vantajosas de preço e qualidade. Dessa forma, a adesão a uma ARP assegura que a administração pública estará se beneficiando de valores previamente negociados, que muitas vezes são mais baixos do que os praticados no mercado.
4. **Redução de Riscos:** O processo licitatório pode apresentar riscos, como a possibilidade de impugnações e recursos que podem atrasar a contratação. Ao aderir



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fls. 260
Juliana

a uma ata, esses riscos são minimizados, pois o processo já foi validado e aceito por outros órgãos.

5. **Conformidade Legal:** A adesão à ARP está em conformidade com a Lei 14.133/2021, que permite essa prática como forma de garantir eficiência e economicidade nas contratações públicas, especialmente nos casos em que a ata já contempla os itens necessários à administração.
6. **Flexibilidade:** A adesão à ata oferece flexibilidade na escolha do fornecedor, permitindo que a administração escolha a opção que melhor atende às suas necessidades, sem estar vinculada a um único contrato ou fornecedor.

20.2 Diante desses pontos, é evidente que a adesão à Ata de Registro de Preço não apenas promove uma gestão mais eficiente e econômica, mas também assegura que a administração pública atenda às suas demandas de maneira ágil e segura

21 DA LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO:

21.1 As partes declaram conhecer os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013 e o Decreto nº 8.420 de 18 de Março de 2015, e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

21.2 Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações por parte da contratada, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

21.3 Instauração do Procedimento de apuração da responsabilidade administrativa, nos termos do Decreto nº 8.420/2015, com aplicação das sanções cabíveis;

21.4 Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013;

21.5 A contratada obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

21.6 Se for identificado que a contratada tenha participação em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas, durante a contratação ou na execução do contrato, será rescindido o consequente vínculo, bem como serão impostas as devidas sanções. Para os efeitos deste item considera-se:

21.7 Prática Corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar de modo indevido ação de outra parte;

21.8 Prática Fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;

21.9 Prática Colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

21.10 Prática Coercitiva: causar ou ameaçar causar dano, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;

21.11 Prática Obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato.

22 DA FISCALIZAÇÃO

22.1 A fiscalização das especificações dos materiais e da execução dos serviços será exercida por representante legal da **CONTRATANTE**, neste ato denominado **FISCAL DE CONTRATO**, devidamente designado pela



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fis. 261
Mona

Câmara Municipal de Comodoro, conforme Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados.

23 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

23.1 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, será fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados para acompanhar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

23.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

23.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

23.4 A CONTRATADA irá prestar suporte técnico/operacional, durante toda vigência contratual, por meio dos canais de atendimento informados à CONTRATANTE, sendo eles: sistema de chamados na plataforma, whatsapp institucional da empresa e telefone.

23.5 Das Sanções:

23.6 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato/instrumento equivalente;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.7 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fis. 262
Sena

II) Multa: (1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

III) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

IV) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

23.8 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

23.9 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º). Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

23.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

23.11 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.13 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.14 Os atos previstos como infrações administrativas na lei 14.133/2021, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Comodoro/MT, 17 de Outubro de 2024.


Wender Bier de Souza
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2023/2024



Fis. 263
Alona

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	0,276	100 Kwp (uni)	REGISTRO DE PREÇO PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA CONECTADA Á REDE, COM FORNECIMENTO DA SOLUÇÃO COMPLETA E INTREGADA PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, INSUMOS E SERVIÇOS NECESSARIOS PARA SUA MONTAGEM, ATIVAÇÃO, MONITORIAMENTO E TREINAMENTO, COM POTENCIA DE 1.0 MWP, COM FIXAÇÃO EM TELHADO OU SOLO A DEPENDER DO PROJETO TRANSFORMADOR REBAIXADOR, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO PADRÃO ELETRICO E CABINE PRIMÁRIA, CONFORME EXIGÊNCIA DA CONCESSIONÁRIA	R\$ 715.000,00	R\$ 197.340,00
VALOR TOTAL					R\$ 197.340,00

Valor total por extenso: **R\$ 197.340,00** (cento e noventa e sete mil trezentos e quarenta reais).

[Handwritten signature]



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fls. 385
Wong

Outubro de 2024		SOLICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS.		
Responsável: Wender Bier de Souza				
Solicitamos a V. S ^a . Informar os recursos orçamentários para a aquisição/contratação conforme discriminação a seguir: ☐ Locação ☐ prestação de serviços ☐ serviços de engenharia ☒ Mat. de Permanente				
Item	Unid.	Descrição/especificação do objeto	Valor Unit. R\$	Valor Global R\$
01	100 kWP (interesse em 0,276)	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT.	R\$ 715.000,00	R\$ 197.340,00
Forma de pagamento: ☐ a vista ☒ a prazo ☒ conforme execução			Custo estimado:	R\$ 197.340,00
Em 16/10/2024 Diretoria Geral				
Informamos a V. S ^a . Que há disponibilidade de dotação orçamentária: Órgão 01 – Câmara Municipal de Comodoro Unidade 01– Câmara Municipal de Comodoro Projeto Atividade- 2.001 – Manutenção de encargos com a Câmara Municipal Elemento da Despesa – - 4.4.90.52.00.00.00.00 (1009) – equipamentos e material permanente (1) R\$ 197.340,00 (cento e noventa e sete mil trezentos e quarenta reais)		Ordenador de Despesas: Sr ^a . Contadora, tomei conhecimento da despesa a ser efetuada e: ☒ Autorizo ☐ aguarde ☐ Não autorizo ☐ archive-se. Em ____/____/____ Ordenador de Despesas		
Em 18/10/2024 Contador		Da Câmara Municipal de para: 1. Comissão Permanente de Licitação para providenciar licitação na modalidade de: ☐ Dispensa de Licitação; ☐ Convite; ☐ Tomada de Preços; ☐ Concorrência ☐ Leilão ☐ Inexigibilidade de Licitação Em ____/____/____ Diretoria Geral		

Fluxo de rotina: Diretoria Geral > Contabilidade > Ordenador de Despesa > Diretoria > Comissão Permanente de Licitação.



Parecer Jurídico nº 57/2024

Processo Licitatório nº 10/2024.

Adesão à ata de registro de preços nº 01/2024.

Objeto: Adesão à ata de registro de preços nº 002/2024, proveniente do Pregão presencial nº 001/2024, realizado pelo órgão Prefeitura Municipal de Figueirópolis/MT, cujo objeto refere-se à contratação de empresa para serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para instalação de geradores de energia solar fotovoltaica, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Comodoro/MT.

Lei nº 14.133/2021.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS.

1. RELATÓRIO

Trata-se da análise ao processo administrativo de Adesão à Ata de Registro de Preços em epígrafe, encaminhado à PJP por força do prescrito no Capítulo X, art. 86 §§ 2º e 3º da Lei de Licitações nº 14.133/2021, que prevê que, ao Órgão não participante do procedimento, poderá aderir à ata de registro de preços¹.

¹ Lei 14.133/21 - Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Fls. 389
Mora

Nesse contexto, salienta-se que a presente manifestação toma por base exclusivamente os elementos que constam cronologicamente dos autos até a presente data, e que à luz da legislação, incumbe a este órgão prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, **não lhe competindo adentrar a conveniência e a oportunidade dos atos praticados no âmbito do Poder Legislativo, tampouco analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.**

Foram encaminhados a esta PJJ os seguintes documentos: I) DFD – Documento de Formalização da Demanda, pág. 01-07; II) Justificativa da Adesão, pág. 08-09; III) Estudo Técnico Preliminar, pág. 10-14; IV) Justificativa, pág. 15-16; V) Justificativa de Adesão à ata de registro de preços nº 002/2024 da prefeitura municipal de Figueirópolis/MT, pág. 17-18; VI) Justificativa para o investimento, pág. 18-20; VII) Ofício ao órgão gerenciador da ata e sua autorização, pág. 21-23; VIII) Ofício à empresa detentora da ata e sua autorização, pág. 24-26; IX) Procedimento do Pregão presencial SRP nº 01/2024 da prefeitura municipal de Figueirópolis/MT, pág. 27-191; X) Documentos, certidões e Atestados de capacidade técnica da empresa detentora da Ata, pág. 192-296; XI) Ata da sessão pública, com seus atos posteriores, sua adjudicação e homologação, pág. 297-329; XII) ARP Nº 002/2024, pág. 330-340; XIII) Termo de referência, pág. 341-363; XIV) Cotações extras, pág. 364-384; XV) Dotação orçamentária, pág. 385; XVI) Autorização, pág. 386; totalizando 387 páginas, com o Encaminhamento Jurídico.

É o resumo do necessário. Passo à análise jurídica.

§ 3º A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)

I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA



2. FUNDAMENTAÇÃO.

Em consonância ao preceito previsto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, a Procuradoria Legislativa emite o seguinte parecer, relativo ao procedimento em consulta.

2.1. Da Competência para análise.

A Nova Lei de Licitações, ao tratar sobre as atribuições do órgão de Assessoramento Jurídico da Administração, estabelece que cabe a ele realizar prévio controle de legalidade, mediante análise jurídica das contribuições públicas. Dentre tais atribuições, está a análise de questões envolvendo adesão a atas de registro de preço. Nesse sentido, é o que se extrai do §4º do artigo 53 da Lei nº 14.133/21:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

(...)

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

2.2. Da Abrangência da Análise Jurídica.

O parecer jurídico tem por finalidade assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, segundo preconiza o art. 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos):

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Fis. 391
Juliana

para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;"

O controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Nesse sentido, cito por analogia o Enunciado BPC nº 7, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

"Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

Sendo assim, presume-se que as especificações técnicas do objeto, inclusive quanto ao seu detalhamento, características, quantitativos, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinados pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA



Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas com foco na segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Assim, as questões relacionadas estritamente à legalidade serão apontadas para fins de correção e aprimoramento da instrução processual.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

É sabido que uma ata de registro de preços, por definição, é um procedimento licitatório em que a administração pública registra uma ata com produtos e fornecedores previamente selecionados, para eventual e futura contratação dentro do prazo de validade do registro.²

Quando um órgão ou entidade (não participante) resolve aderir aos termos de uma Ata de Registro de Preços de outro órgão denominado gerenciador, escolhe uma maneira rápida, eficaz e econômica para aquisição de materiais, desde que preservados todos esses aspectos inerentes ao interesse público, notadamente a eficiência, retratada pela solução mais rápida à administração, associada à economicidade, retratada pela obtenção de preços mais vantajosos que uma licitação nos moldes ordinários.

Nesse contexto, a legislação permite a um órgão o aproveitamento do caminho percorrido por outro órgão, o qual realizou

²Licitações e contratos : orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : 2010. página 243



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Fls. 393
Adm.

anteriormente certame licitatório para obtenção da melhor proposta, cujos valores já foram impressos na ata de registro de preços, cumpridos os seus requisitos autorizadores.

Em relação à possibilidade de adesão à ARP, brilhantemente discorre o renomado doutrinador Marçal Justen Filho:

"(...) O SRP também comporta utilização por órgãos administrativos distintos. Havendo necessidade de contratações para fornecimento de objetos (bens ou serviços) dotados de características similares, é cabível entidades diversas implementarem um único SRP. Então, haverá uma única licitação, cujos resultados poderão ser aproveitados por órgãos diversos. Isso propicia duas ordens de vantagens. Por um lado, há a já mencionada redução da burocracia. Reduz-se o número de licitações realizadas e se amplia a eficiência da gestão administrativa. Por outro lado, há ganhos econômicos derivados da ampliação da escala de fornecimento. O custo unitário dos produtos varia em função das quantidades fornecidas – segundo uma lei econômica insuscetível de controle pela vontade do governante. Logo, o contrato administrativo que verse sobre quantidades reduzidas acarretará propostas com preço unitário muito mais elevado do que a contratação de quantidades maiores. (FILHO, Marçal Justen, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17ª ed. rev., São Paulo: RT, p. 310)(grifado)"

Isto posto, importa consignar que a adesão fora regulamentada no âmbito Cameral através da Resolução nº 06/2024, trazendo em seus parágrafos do art. 30 os requisitos para este desiderato. A propósito:

§ 1º A adesão deverá ser formalizada diretamente pelos órgãos ou pelas entidades municipais demandantes.

§ 2º A adesão e o respectivo instrumento de contratação deverão ser formalizados durante a vigência da respectiva ARP.

§ 3º O processo de adesão deverá ser formalizado e instruído pelos órgãos ou pelas entidades municipais não participantes e conterà, sem prejuízo das demais exigências legais:



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA



I - motivação circunstanciada contendo, obrigatoriamente:

a) caracterização da necessidade de contratação e justificativa da vantagem da adesão, inclusive, em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) justificativa para não licitar;

c) pareceres técnicos, se for o caso;

II - a demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os praticados pelo mercado, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e da Resolução nº 03/2024;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do detentor da ARP;

IV - parecer jurídico;

V - não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ARP, e

VI - não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

Destarte, em verificação ao cumprimento aos requisitos legais, denota-se que, s.m.e., todos encontram-se ajoujados ao expediente.

A ARP encontra-se em plena vigência; fora acostada a motivação circunstanciada, com a caracterização da necessidade de contratação e justificativa da vantagem da adesão; juntou-se a demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os praticados pelo mercado, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133,



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Fls. 395
Juliana

de 2021, e da Resolução nº 03/2024; houve prévia consulta e aceitação do órgão gerenciador e do detentor da ARP; o Parecer Jurídico encontra-se em fase de elaboração e ao se confrontar os quantitativos especificados por item no Termo de Referência da Câmara Municipal de Comodoro/MT com os quantitativos registrados na ARP nº 02/2024, a contratação adicional pelo órgão não participante (Poder Legislativo de Comodoro/MT) limita-se a montante inferior aos 50% do quantitativo registrado, em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio; não excedendo, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP.

Quanto aos requisitos, enfatizo alguns pontos a seguir.

3.1. Justificativa da adesão e demonstração da vantajosidade.

No que tange ao Estudo Técnico Preliminar, a justificativa da demanda, justificativa para adesão à ARP, elaboração do Termo de Referência, Justificativa para o investimento e estudos de demonstração da economicidade, constam às fls. 10-20.

Reitera-se, nesse ponto, que o mérito da contratação (demanda contratual) é competência da autoridade administrativa, voltado à sua necessidade e conveniência, portanto, não cumpre ao órgão de assessoria e consultoria jurídica neste aspecto adentrar, pois lhe incumbe tão somente analisar os contornos jurídicos procedimentais da adesão.

Especificamente, à fl. 17 consta justificativa de economicidade e viabilidade na adesão à ARP, atestando-se a vantajosidade econômica por meio das pesquisas anexadas aos autos.

Destaca-se, neste termo, em relação à vantajosidade



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Fls. 396
Alana

econômica, o seguinte ateste: "(...) No intuito de acelerar a aquisição em questão, foram realizadas consultas a atas de registro de preços vigentes, onde foi identificado o Pregão Presencial nº 001/2024 que originou a Ata de Registro de Preços n. 002/2024, assinada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, e a empresa GMN EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 11.264.133/0001-91 – sediada na Rua Rio Grande do Sul, Ponte e Lacerda - MT, cujas especificações atendem a necessidade da Câmara Municipal de Comodoro/MT. Sendo assim demonstra-se que a aquisição através de adesão ao registro de preços é vantajosa para o Legislativo, gerando economia para a instituição, diante disto justifica-se a Adesão ao Registro de Preços do citado órgão. Justificamos ainda que a adesão a Ata de Registro de Preços cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia."

3.2. Da pesquisa de preços.

A partir da especificação precisa do objeto e de todos os elementos que o caracterizam (quantidades, metodologia e tecnologia a serem empregados, critérios ambientais, etc.) a equipe técnica do órgão demandante deve promover a adequada pesquisa de preços estabelecida pelo ordenamento jurídico.

A cotação de preços deve ser ampla e atualizada, com vistas a refletir o preço de mercado em relação ao produto ou serviço, e deve guardar rigor metodológico de proporcional à complexidade da demanda e aos riscos envolvidos.

Vejamos o teor da Resolução de Consulta nº 20/2016, do TCE/MT, a respeito da matéria:



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

“Ementa: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. REEXAME DA TESE PREJULGADA NA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41/2010. LICITAÇÃO. AQUISIÇÕES PÚBLICAS. BALIZAMENTO DE PREÇOS. **1)** A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, mas deve considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: **preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária;** consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas. **2)** Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei.”

O art. 23 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

O §2º do mesmo dispositivo legal relaciona que: no processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada,



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Fls. 391
J. L. M.

de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Na Câmara Municipal de Comodoro/MT, a Resolução nº 03/2024 dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito do Poder Legislativo, e tocante aos seus elementos, em vista de sua natureza técnica e variação de acordo com a natureza e complexidade da contratação, recomenda-se, no que couber ao caso em concreto, a observância aos seus requisitos obrigatórios.

Nessa linha, o art. 4º da normativa local estabelece os parâmetros a serem adotados na realização da pesquisa de preços, a saber:

“Art. 4º. A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I. composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II. contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Fls. 399
Juliana

III. dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV. pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V. pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.”

É importante observar que nos termos do § 1º do art. 4º, qualquer que seja o parâmetro adotado, deverão ser apresentados, no mínimo, 03 (três) fontes de preços, com exceção à apresentação de justificativa e documentos comprobatórios da circunstância, no caso de sua impossibilidade, conforme dispõe o §2º.

Ademais, a normativa ainda prevê que na formação do preço devem ser prestigiados os seguintes parâmetros: I. *composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; e II. contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; devendo-se justificar nos autos a hipótese de impossibilidade de sua utilização (§3º do art. 4º).*

Ressalto, ainda, a necessidade de se observar os elementos



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Fls. 400
J. Sousa

formais do documento de balizamento dos preços, elencados no art. 2º da Resolução em voga, a saber:

“Art. 2º. A pesquisa de preços será materializada em documento de balizamento que conterà, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas, com indicação do preço unitário e quantidade, CNPJ do fornecedor, razão social, número da ata de registros de preços ou contrato utilizado, dentre outros elementos necessários para a qualificação da fonte obtida;

IV - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

V - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VI - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte, e

VII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do § 1º do art. 23, da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º. Deverá constar, ao final da planilha de preços/balizamento, a declaração expressa do servidor quanto a sua integral responsabilidade pelo balizamento e pesquisa de preços realizada e pela fidelidade das informações prestadas.

§ 2º. O balizamento de preços deverá conter todos os dados funcionais do servidor público responsável por sua elaboração, ser vistados em todas as suas páginas e rubricado ao final.”
(grifos)

No caso em exame, pertinente aos parâmetros a serem adotados para a formação do preço estimado, descritos no art. 4º da Resolução nº 03/2024, verifica-se que a equipe técnica acostou diversas propostas comerciais, apresentara pesquisa do sistema banco de preços, RADAR/TCE-MT (f. 44) e demais Atas de Registro de Preços de outros órgãos públicos (f. 54-85).



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA



Por se tratar de painel de preços públicos, s.m.j, o sistema RADAR/TCE-MT se insere nas fontes consideradas prioritárias pela resolução regulamentadora da pesquisa de preços na Câmara Municipal de Comodoro.

Ainda, pelo parâmetro do inciso II do art. 4º da mesma Resolução, foi juntada além da acima mencionada, a ata que se pretende aderir, atendendo, s.m.e., ao que preleciona a legislação, ficando aqui consignado apenas e tão somente o acostamento do **termo de justificativa de preços, a ser complementado ao final, com as declarações citadas nos §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 03/2024³, devendo constar, ainda, os elementos relacionados nos seus incisos, o que se recomenda reavaliar antes da assinatura do contrato, para certificar-se das suas presenças no documento de balizamento.**

4. DA CONCLUSÃO.

Ante o exposto, restrito aos aspectos jurídico-formais da matéria, abalizada nos elementos que acompanham o expediente encaminhado à Procuradoria Jurídica Legislativa, opino favoravelmente ao prosseguimento, desde que atendidas as ressalvas presentes neste Parecer, notadamente a abaixo enfatizada, que deve ser objeto de análise do órgão consulente, a saber:

Deve-se constar o termo de justificativa de preços, a ser

3§ 1º. Deverá constar, ao final da planilha de preços/balizamento, a declaração expressa do servidor quanto a sua integral responsabilidade pelo balizamento e pesquisa de preços realizada e pela fidelidade das informações prestadas.

§ 2º. O balizamento de preços deverá conter todos os dados funcionais do servidor público responsável por sua elaboração, ser vistados em todas as suas páginas e rubricado ao final.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO DE COMODORO
PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Fls. 403
Jul 2024

complementado ao final, com as declarações citadas nos §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 03/2024⁴, devendo constar, ainda, os elementos relacionados nos seus incisos, o que se recomenda reavaliar antes da assinatura do contrato, para certificar-se das suas presenças no documento de balizamento.

O presente parecer, registre-se por derradeiro, possui cunho estritamente jurídico, não tendo o condão de cancelar opiniões e atividades técnicas, sobretudo em relação ao orçamento da contratação, eleitas pela Câmara Municipal, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade acerca da aquisição/contratação em voga.

É o parecer, s.m.j. À apreciação superior.

Comodoro MT, 22 de outubro de 2024.

ARIANE STEICA
RODRIGUES
PERES:00601661184

Assinado de forma digital por
ARIANE STEICA RODRIGUES
PERES:00601661184
Dados: 2024.10.22 10:45:52 -04'00'

ARIANE STEICA RODRIGUES PERES
Procuradora Jurídica Legislativa

4§ 1º. Deverá constar, ao final da planilha de preços/balizamento, a declaração expressa do servidor quanto a sua integral responsabilidade pelo balizamento e pesquisa de preços realizada e pela fidelidade das informações prestadas.

§ 2º. O balizamento de preços deverá conter todos os dados funcionais do servidor público responsável por sua elaboração, ser vistados em todas as suas páginas e rubricado ao final.



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO



AUTORIZAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, **AUTORIZA** a abertura de processo licitatório na modalidade de ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO conforme a seguir, **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024, REALIZADO PELO ÓRGÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS/MT, CUJO OBJETO REFERE-SE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT**, em conformidade com o artigo 86, § 2º, II da lei 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis, considerando a justificativa apresentada nos autos do processo.

A contratação de uma empresa para serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para a instalação de geradores de energia solar fotovoltaica é justificada pela necessidade de atender às exigências legais e operacionais da Câmara Municipal de Comodoro/MT. A implementação de um sistema de energia solar se alinha com as diretrizes de sustentabilidade e eficiência energética preconizadas por legislações federais e estaduais, além de contribuir para a redução dos custos operacionais da instituição.

A escolha de uma empresa especializada garante que o projeto será executado com a qualidade técnica necessária, respeitando as normas vigentes e assegurando a segurança da instalação. O investimento em energia solar não apenas resulta em economia a longo prazo, mas também fortalece a imagem da Câmara como uma entidade comprometida com a inovação e a responsabilidade ambiental.

Além disso, a contratação segue os princípios da economicidade, eficiência e transparência, fundamentais para a administração pública, permitindo um melhor uso dos recursos públicos. A adoção da energia solar também proporciona autonomia em relação às flutuações de tarifas das concessionárias, o que é um fator estratégico para a gestão orçamentária da Câmara. Portanto, essa contratação é essencial para modernizar as operações da Câmara Municipal, garantir a conformidade com a legislação e promover um futuro mais sustentável para a comunidade.

Comodoro/MT, 17 de Outubro de 2024.

Wender Bier de Souza
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2023/2024

ESTADO DO MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE COMODORO

CNPJ: 03.109.581/0001-92
Rua Bahia ,600 N
C.E.P.: 78310-000 - Comodoro - MT

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 1/2024 - PR

Processo Administrativo:

Processo de Licitação:

Data do Processo:

10/2024
23/10/2024

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, WENDER BIER DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 10/2024
b) Licitação Nr.: 1/2024-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/10/2024
e) Objeto da Licitação ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024, REALIZADO PELO ÓRGÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS/MT, CUJO OBJETO REFERE-SE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
Lote: 1 - 000849 - G M N EMPREENDIMENTOS LTDA	1	0,0000	197.340,00
Total por Fornecedor:	1		197.340,00
Total:	1		197.340,00

Comodoro, 23 de Outubro de 2024.


WENDER BIER DE SOUZA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, SILVANA PEREIRA SIMONETE , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 10/2024
b) Licitação Nr.: 1/2024-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 23/10/2024
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024, REALIZADO PELO ÓRGÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS/MT, CUJO OBJETO REFERE-SE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
Lote: 1 - 000849 - G M N EMPREENDIMENTOS LTDA	1	0,0000	197.340,00
Total por Fornecedor:	1		197.340,00
Total:	1		197.340,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

WENDER BIER DE SOUZA



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Is. 018
Jho

Com relação à mencionada Adesão a Ata de Registro de Preço para a Contratação de Empresa para Serviços de Mão de Obra e Fornecimento de materiais para instalação de geradores de Energia Solar Fotovoltaica, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Comodoro/MT, venho por meio desta apresentar a justificativa para o investimento.

JUSTIFICATIVA PARA O INVESTIMENTO

O consumo de energia elétrica na Câmara de Vereadores de Comodoro tem sido crescente nos últimos anos, reflexo do desenvolvimento e modernização das instalações administrativas do prédio. Este aumento no consumo de energia elétrica é ainda mais evidente quando somado às altas da tarifa de energia elétrica que já ultrapassaram os 36% de ajuste somente nos últimos 4 anos, o que representa em 2024 um custo mensal de aproximadamente R\$ 2.682,00 (dois mil seiscentos e oitenta e dois reais), ou seja, mais de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) ao ano.

O impacto desses custos nas contas do Câmara é ainda mais agravado pelas variações sazonais das bandeiras tarifárias hídricas, componentes que tomam proporções maiores a cada ano. Diante o exposto, é certo a necessidade e urgência de medidas alternativas que viabilizem a redução dos custos com energia elétrica que tendem a ser cada vez maiores.

A energia solar fotovoltaica é uma alternativa limpa e sustentável para a geração de energia, e por meio do Marco Legal da Geração Distribuída, Lei 14.300/22, e das recentes reduções nos custos dos insumos (módulos e inversores) também se tornou uma alternativa com alta viabilidade econômica para a economicidade nas contas de energia elétrica do Município. Em 2024 a redução nos custos dos equipamentos somou mais de 15% comparado ao acumulado de 2022 e 2023.

Nesse contexto, é possível citar algumas vantagens que mostram que investir em energia fotovoltaica é uma excelente decisão da Administração Municipal:

1. Redução nos custos com energia elétrica:



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fls. 019
Jilena

A energia solar depende do sol, uma fonte gratuita e inesgotável de energia e blindada de variações inflacionárias. Com o sistema solar a Câmara de Vereadores passa a gerar sua própria energia, disponibilizando-a na rede de distribuição da Concessionária e passando a pagar somente pelos custos de seu transporte e distribuição.

2. Baixos Custos de Operação e Manutenção:

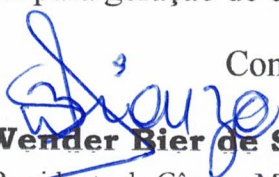
Uma vez instalado, o sistema de energia solar geralmente tem custos operacionais e de manutenção baixos, relacionados principalmente com a limpeza dos módulos fotovoltaicos, pátio e corredores de acesso, vigilância e monitoramento e inspeções técnicas preditivas o que o torna uma opção econômica a longo prazo, especialmente quando comparados a fontes de energia convencionais.

3. Energia eco amigável com baixa emissão de carbono:

A energia solar é uma fonte de energia com zero emissões de gases de efeito estufa ou poluentes atmosféricos durante sua operação. Isso ajuda a reduzir o impacto das atividades humanas no meio ambiente e contribui para a mitigação das mudanças climáticas.

4. Longa Vida Útil e Durabilidade:

Os sistemas de energia solar têm uma vida útil longa, geralmente de 25 a 30 anos ou mais, e muitos fabricantes oferecem garantias de desempenho de longo prazo. Além disso, os módulos fotovoltaicos são projetados para resistir a condições climáticas adversas, como vento, granizo e chuva, tornando-os uma opção durável e confiável para geração de energia.


Wender Bier de Souza
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2023/2024

Comodoro-MT, em 09 de Outubro de 2024.



ANÁLISE FINANCEIRA DO INVESTIMENTO

Quando comparado a qualquer outra aplicação de baixo risco, é nítida a vantagem de um sistema fotovoltaico. A análise abaixo é específica para seu investimento de **R\$ 197.340,00**

4 anos e 11 meses

PAYBACK

R\$ 375.689,80

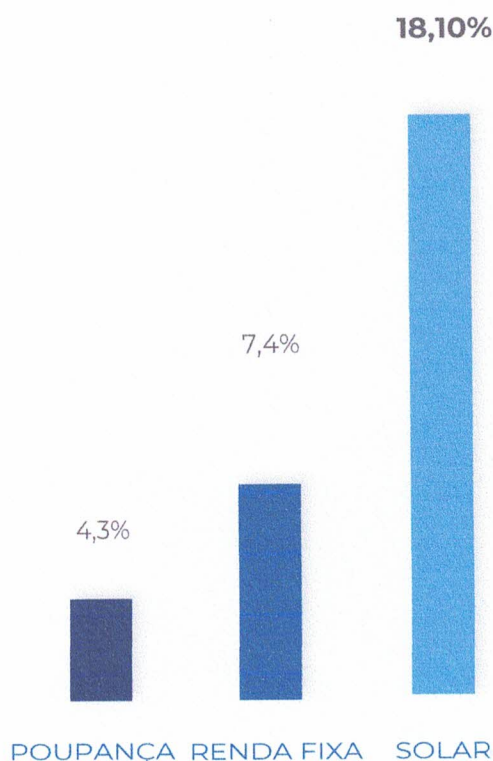
VPL

30,48%

TIR

RENDIMENTO NO
PRIMEIRO ANO

SALDO DA APLICAÇÃO
APÓS 25 ANOS



Sistema Fotovoltaico

R\$ 2.353.472,96

Renda Fixa

R\$ 1.175.769,41

Poupança

R\$ 593.092,43

A aplicação da renda fixa foi baseada em uma taxa de 110% do CDI.



Proposta Comercial



Nome: Câmara Municipal Comodoro

Consultor Comercial: Lucas Miller - 65 98120-2484

Sistema Fotovoltaico de 27,60 kWp

Geração: 3.120 kWh/mês



Data: 7 de outubro de 2024

Validade: Após 30 dias

FIS. 2/3
Juliana

Conheça a Sert Solar

A Vale Serviços está presente no mercado desde 2009, e tornou-se referência na construção civil e terceirização de serviços, e agora na construção de sistemas de Energia Solar.

Alinhada com sua vocação inovadora e de modernização, a Vale Serviços agora é Sert Group, uma empresa com raízes sólidas, presente em 4 Estados e pronta para atender os mais diversos projetos de engenharia, em todos os seguimentos, de empresas privadas à administração pública, e para isso dispomos de uma equipe altamente qualificada e equipamentos modernos.

Nosso objetivo é superar as expectativas de nossos clientes por meio de um suporte de qualidade, total transparência e respeito.

Por que escolher a Sert Group:

- Experiência desde 2009: Com anos de experiência no setor, somos uma empresa consolidada e confiável.
- Retorno Financeiro: Oferecemos soluções de energia solar projetadas para proporcionar retorno financeiro sólido a longo prazo, com excelência e durabilidade que respaldam seu investimento.
- Custos Mais Baixos: Garantimos eficiência com custos reduzidos, sem renunciar à durabilidade, excelência e garantia.
- Tecnologia de Ponta: Utilizamos as mais recentes inovações em energia solar para proporcionar eficiência máxima.
- Atendimento ao Cliente e pós-venda: Nossa equipe está sempre pronta para oferecer suporte e orientação.

Na Sert Group, a jornada para um futuro alimentado pelo sol começa hoje, aqui acreditamos que a sustentabilidade e a economia andam de mãos dadas. Estamos comprometidos em fornecer não apenas um sistema solar de alta qualidade, mas também uma parceria que impulsiona sua economia e progresso rumo a um futuro energético mais inteligente.



SUA PROPOSTA INCLUI



Dimensionamento do sistema, com proposta inicial do projeto



Desenvolvimento do projeto de engenharia



Fornecimento de equipamentos e logística de entrega



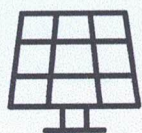
Ativação do sistema, comissionamento e testes de performance



Instalação do sistema fotovoltaico e do sistema de monitoramento



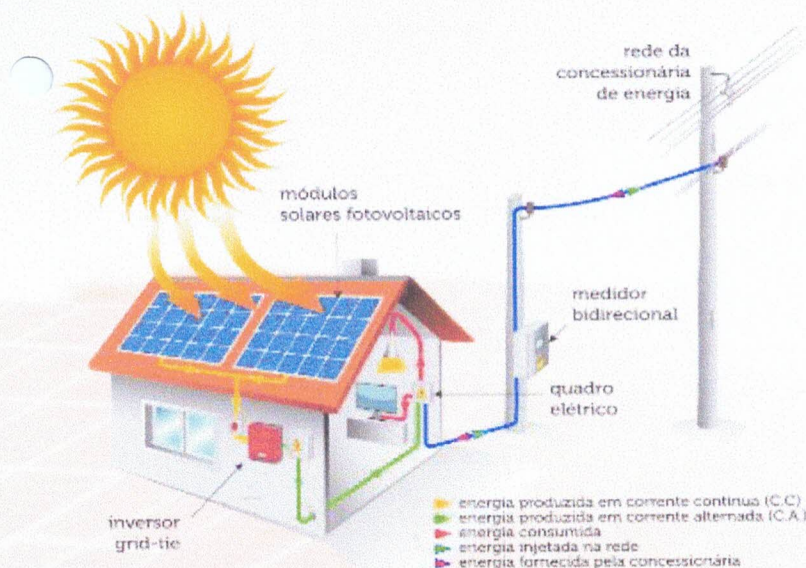
Agendamento de vistoria junta à concessionária



COMO FUNCIONA A ENERGIA

Painéis Solares: Os painéis instalados no telhado captam a energia do Sol e a transformam em energia elétrica.

Inversor: Converte a energia elétrica gerada pelos painéis em um formato idêntico ao fornecido pela distribuidora de energia.



Quadro de Distribuição: A energia é conectada ao quadro de distribuição para que possa ser utilizada em qualquer equipamento interno.

Medidor de Energia Bidirecional: O medidor de energia bidirecional mede tanto o consumo do local como a energia injetada na rede.

Rede de Distribuição: Absorve qualquer excedente de energia injetada e fornece energia à noite e nos momentos de geração baixa.

REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL

A Resolução Normativa 482/2012 da ANEEL autorizou a geração própria de energia elétrica no Brasil com a introdução do conceito de minigeração e microgeração, utilizando fontes renováveis, como a solar. Além disso, introduziu o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), que permite que a energia elétrica gerada em excesso seja injetada na rede da distribuidora gerando "créditos de energia" (em KWh) para compensar consumos posteriores, no modelo net metering.

Porém, foi com a Lei nº 14.300 de 2022 que instituiu-se o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, determinando normas para o sistema de compensação de energia elétrica (SCEE).

Antes da Lei nº 14300, a concessionária era remunerada através da cobrança direta do custo de disponibilidade, ou seja, este valor era obrigatório. Com a Lei nº 14300 e a REN 1059, o faturamento da concessionária fica definido pelo maior valor entre a TUSD FIO B e o custo de disponibilidade. Assim, a remuneração da concessionária em relação à energia injetada pode ser feita pelo **pagamento de % sobre o FIO B, seguido um aumento de 15% a cada ano até 2028** (ou até 2030 para sistemas protocolados entre 13º e 18º mês após a vigência da Lei 14.300, elas permanecerão na regra de 90% do TUSD FIO B para 2029 e 2030); ou, se for o caso de unidades de minigeração distribuída acima de 500 kW, pelo **pagamento de 100% do FIO B, mais 40% FIO A e 100% dos encargos P&D, EE e TFSEE**.

Além disso, em sistemas de média tensão com o Grupo A, a Lei nº 14300 institui a demanda de geração a qual pode vir a tornar o sistema fotovoltaico ainda mais vantajoso. Dentre os itens mencionados há outras regras instituídas pelo marco legal da minigeração e microgeração como os créditos poderem ser distribuídos por ordem ou por %, no caso de sistemas de autoconsumo remoto, geração compartilhada e empreendimentos com múltiplas unidades consumidoras.



DIFERENCIAIS DA Sert Solar

SOLUÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAMENTOS

Temos parcerias com diversos bancos como Bradesco, Sicredi, Banco do Brasil, Santander, BV Financeira, Sol Fácil, BTG, fundos nacionais e internacionais, dentre outros.

Faça uma análise da sua taxa real com a gente.

GARANTIAS INCLUSAS

SERVIÇOS

INSTALAÇÃO 1 ANO

MÓDULOS FOTOVOLTAICOS

EQUIPAMENTO 10 ANOS

INVERSORES

INVERSORES 7 ANOS

OBS:

- Após 1 ano de instalação, a garantia dos equipamentos é de responsabilidade dos fabricantes;
- As garantias podem ser superiores ao informado conforme termo de garantia do fabricante e modelo dos equipamentos.

FORNECEDORES

Para maximizar a qualidade de geração e vida útil do sistema, trabalhamos apenas com os principais líderes do segmento mundial, listados como TIER 1 na classificação Bloomberg. Alguns dos nossos fornecedores:

MÓDULOS

FOTOVOLTAICOS:

JA SOLAR Jinko CanadianSolar BYD Trinasolar LONGi

INVERSORES:

SUNGROW Growatt ABB solis GOODWE YOUR SOLAR ENGINE

COMO É GERADA SUA CONTA

Nós calculamos a sua média mensal de consumo de energia elétrica, e por meio de um software de engenharia, o número de módulos fotovoltaicos (placas de energia solar) necessárias para suprir a sua demanda.

DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA

O sistema foi dimensionado baseando-se em análise das imagens por satélite e adotando-se como premissa que a área disponível é adequada para a instalação.

27,60 kWp
POTÊNCIA PROPOSTA

3.120 kWh/mês
GERAÇÃO ESTIMADA

149 m²
ÁREA ÚTIL

PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS INCLUSOS

ITEM	MODELO	QUANTIDADE
Módulos fotovoltaicos	600 Wp	46
Inversor(es)	25000 W	1
Estrutura	Fibrocimento	1

CRONOGRAMA

- Aprovação da Proposta Comercial
- Validação do projeto pela engenharia
- **DIA D:** Assinatura do contrato e pagamento da primeira parcela ou quitação
- **D+50 dias:** Encomenda dos equipamentos, protocolo e aprovação do projeto fotovoltaico, recebimento e preparação da infraestrutura do local
- **D+80 dias:** Montagem do sistema fotovoltaico
- **D+90 dias:** Testes do sistema e homologação na distribuidora de energia

FIS. 377
16.08.19


ANÁLISE FINANCEIRA DO INVESTIMENTO

Somos seu provedor completo de energia solar. Além dos equipamentos, nossa proposta inclui todos os materiais, seguros e mão de obra da instalação. Quando comparado a qualquer outra aplicação de baixo risco, é nítida a vantagem de um sistema fotovoltaico. A análise abaixo é específica para seu investimento de **R\$ 197.340,00**

4 anos e 11 meses

PAYBACK

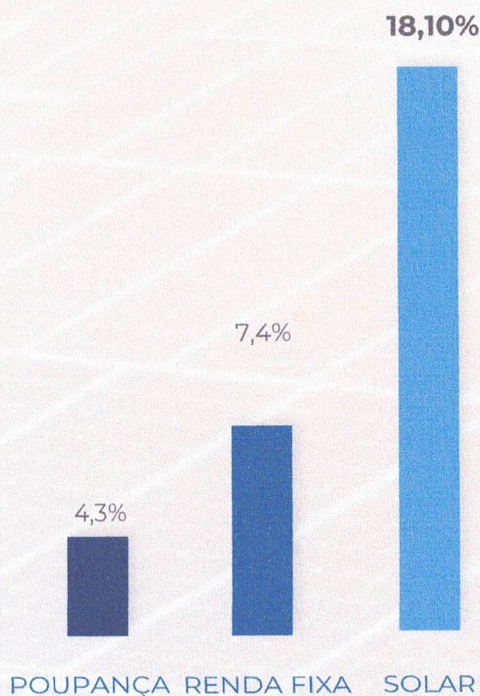
R\$ 375.689,80

VPL

30,48%

TIR

RENDIMENTO
NO PRIMEIRO
ANO



SALDO DA
APLICAÇÃO
APÓS 25 ANOS

Sistema Fotovoltaico
R\$ 2.353.472,96
Renda Fixa
R\$ 1.175.769,41
Poupança
R\$ 593.092,43

A aplicação da renda fixa foi baseada em uma taxa de 110% do CDI.



REDUÇÃO DA CONTÁDE ENERGIA

	Antes da instalação	Economia média mensal	Depois da instalação
Custo de energia(R\$)	R\$ 3.266,45	R\$ 2.977,22	R\$ 289,23



CONDIÇÕES COMERCIAIS

FORMAS DE PAGAMENTO

À vista: R\$ 197.340,00

Financiamento: Economia gerada no projeto: R\$ 2.977,22

	Entrada	Prestação
Opção 1	R\$ 0,00	12 x R\$ 18.431,95
Opção 2	R\$ 0,00	24 x R\$ 10.315,76
Opção 3	R\$ 0,00	36 x R\$ 7.742,21
Opção 4	R\$ 0,00	48 x R\$ 6.565,26

Financiamento
Solar



ACEITE DA PROPOSTA

Emissão da Proposta: 07/10/2024

Esta proposta é válida em todos seus termos por 10 dias corridos contados a partir da data de envio.

FORMA DE PAGAMENTO ESCOLHIDA

INVESTIMENTO

☒ À vista **R\$ 197.340,00**

FINANCIAMENTO*

- ☐ Opção 1: Entrada de R\$ 0,00 e 12 parcelas de R\$ 18.431,95
- ☐ Opção 2: Entrada de R\$ 0,00 e 24 parcelas de R\$ 10.315,76
- ☐ Opção 3: Entrada de R\$ 0,00 e 36 parcelas de R\$ 7.742,21
- ☐ Opção 4: Entrada de R\$ 0,00 e 48 parcelas de R\$ 6.565,26

* Crédito sujeito à análise conforme critérios da Instituição Financeira. NÃO CONFIGURA OFERTA. Condições apresentadas referem-se apenas a uma simulação, sendo os parâmetros e condições sujeitos à alteração.

Espero que você goste da proposta. Aguardamos a sua assinatura para fechar a negociação.

Comodoro, em 7 de outubro de 2024.

Câmara Municipal Comodoro

Igor Mariano

CONTATO

Responsável Comercial:

Igor Mariano

(65) 99647-0658

igor@valeservicos.net.br

NOSSO ENDEREÇO

G M N EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ 11.264.133/0001-91

RUA ANTONIO FRANCISCO MOREIRA, S/N,
RESIDENCIAL FLORAES, PONTES E LACERDA/ MT,
CEP 78250-000

Comodoro

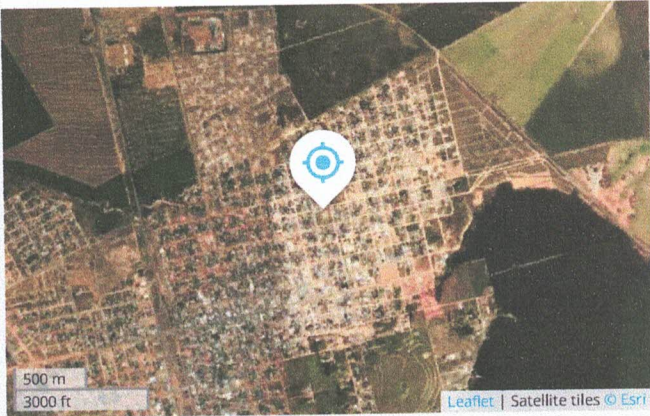
-13.652325°, -059.784075°
Rua Ceará, Comodoro, Mato Grosso, Brazil
Time zone: UTC-04, America/Cuiaba [BRT]

Report generated: 7 Oct 2024

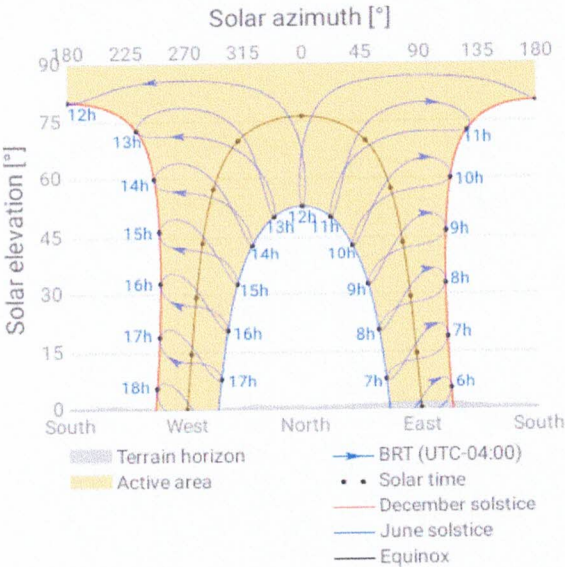
SITE INFO

Map data		Per year
Direct normal irradiation	DNI	1483.9 kWh/m²
Global horizontal irradiation	GHI	1860.1 kWh/m²
Diffuse horizontal irradiation	DIF	848.8 kWh/m²
Global tilted irradiation at optimum angle	GTI opta	1937.4 kWh/m²
Optimum tilt of PV modules	OPTA	18 / 0 °
Air temperature	TEMP	23.6 °C
Terrain elevation	ELE	N/A

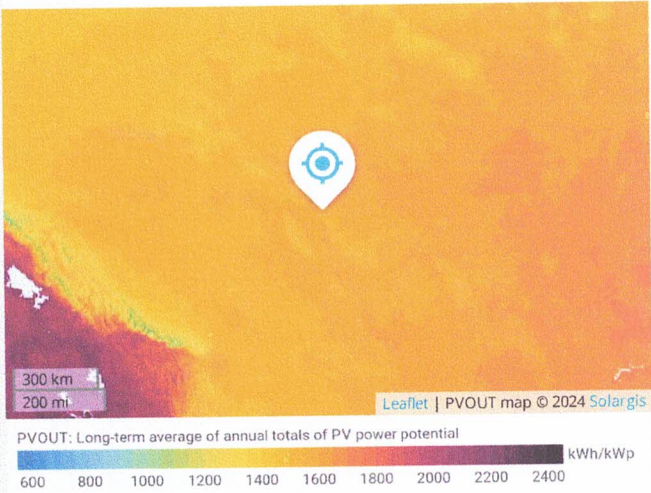
Map



Horizon and sunpath



PVOUT map



PV ELECTRICITY AND SOLAR RADIATION

PV system configuration



Pv system: **Small residential**

Azimuth of PV panels: **15°**

Tilt of PV panels: **8°**

Installed capacity: **1 kWp**

Annual averages

Total photovoltaic power output and Global tilted irradiation

1.462

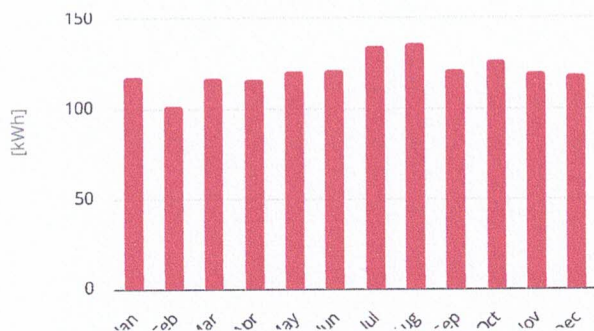
MWh per year

1911.9

kWh/m² per year

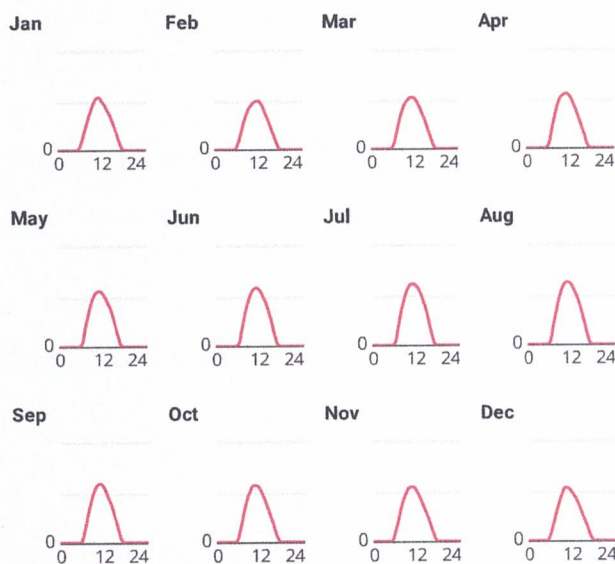
Monthly averages

Total photovoltaic power output



Average hourly profiles

Total photovoltaic power output [Wh]



UTC-04

Average hourly profiles

Total photovoltaic power output [Wh]

	Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun	Jul	Aug	Sep	Oct	Nov	Dec
0 - 1												
1 - 2												
2 - 3												
3 - 4												
4 - 5												
5 - 6												
6 - 7	50	33	31	35	28	19	17	24	44	2	7	3
7 - 8	175	156	172	198	187	172	177	187	198	250	251	209
8 - 9	307	294	329	369	354	348	361	373	363	403	390	338
9 - 10	419	403	442	491	481	484	504	518	497	518	489	452
10 - 11	510	457	496	543	546	560	591	605	578	574	545	536
11 - 12	538	494	525	556	559	586	617	630	594	571	550	528
12 - 13	499	497	513	524	529	565	601	601	555	527	503	482
13 - 14	443	452	450	449	459	496	543	532	470	444	426	425
14 - 15	366	365	368	351	376	406	451	439	376	347	340	342
15 - 16	277	271	267	245	256	283	324	312	259	239	245	248
16 - 17	177	173	163	131	120	133	162	162	127	123	136	151
17 - 18	70	69	50	21	11	12	20	24	19	22	33	52
18 - 19	4	3										
19 - 20												
20 - 21												
21 - 22												
22 - 23												
23 - 24												
Sum	3,835	3,668	3,805	3,913	3,908	4,067	4,369	4,407	4,080	4,109	4,014	3,845

PV ELECTRICITY AND SOLAR RADIATION

Annual averages

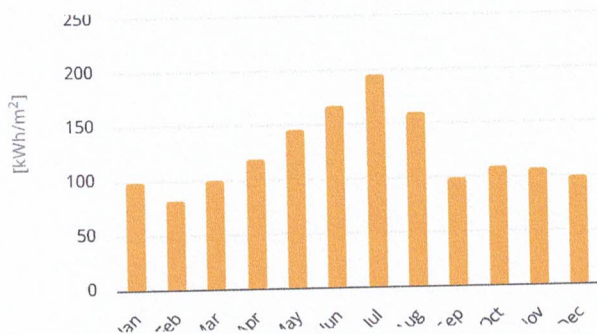
Direct normal irradiation

1493.0

kWh/m² per year

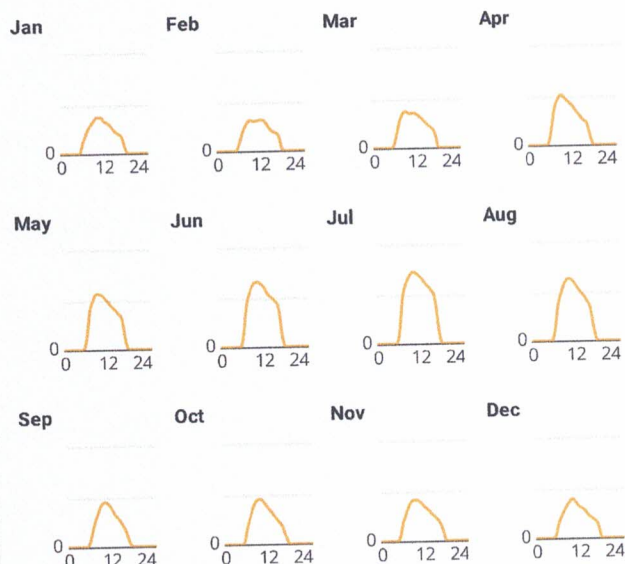
Monthly averages

Direct normal irradiation



Average hourly profiles

Direct normal irradiation [Wh/m²]



UTC-04

Average hourly profiles

Direct normal irradiation [Wh/m²]

	Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun	Jul	Aug	Sep	Oct	Nov	Dec
0 - 1												
1 - 2												
2 - 3												
3 - 4												
4 - 5										6	28	11
5 - 6									67	147	183	139
6 - 7	110	81	83	118	108	95	97	80	213	280	293	229
7 - 8	208	201	247	352	384	412	457	348	326	386	379	307
8 - 9	284	275	346	467	507	553	609	496	416	448	414	358
9 - 10	329	317	374	511	567	640	698	596	452	454	413	399
10 - 11	372	306	353	478	561	660	732	637	436	415	386	361
11 - 12	372	310	359	441	530	648	715	622	386	368	350	316
12 - 13	329	321	344	406	486	606	681	570	325	322	315	299
13 - 14	312	309	313	355	439	538	632	517	283	273	277	253
14 - 15	269	258	278	307	407	501	586	472	221	221	237	216
15 - 16	227	205	234	259	360	464	543	412	226	173	199	185
16 - 17	200	188	207	226	302	391	456	330	152	58	114	138
17 - 18	161	155	144	84	79	98	137	109	42			2
18 - 19	36	14										
19 - 20												
20 - 21												
21 - 22												
22 - 23												
23 - 24												
Sum	3,209	2,941	3,280	4,004	4,731	5,607	6,344	5,189	3,324	3,551	3,588	3,213

GLOSSARY

Acronym	Full name	Unit	Type of use
DIF	Diffuse horizontal irradiation	kWh/m ² , MJ/m ²	Average yearly, monthly or daily sum of diffuse horizontal irradiation (© 2024 Solargis)
DNI	Direct normal irradiation	kWh/m ² , MJ/m ²	Average yearly, monthly or daily sum of direct normal irradiation (© 2024 Solargis)
ELE	Terrain elevation	m, ft	Elevation of terrain surface above/below sea level, processed and integrated from SRTM-3 data and related data products (SRTM v4.1 © 2004 - 2024, CGIAR-CSI)
GHI	Global horizontal irradiation	kWh/m ² , MJ/m ²	Average annual, monthly or daily sum of global horizontal irradiation (© 2024 Solargis)
GTI	Global tilted irradiation	kWh/m ² , MJ/m ²	Average annual, monthly or daily sum of global tilted irradiation (© 2024 Solargis)
GTI_opta	Global tilted irradiation at optimum angle	kWh/m ² , MJ/m ²	Average annual, monthly or daily sum of global tilted irradiation for PV modules fix-mounted at optimum angle (© 2024 Solargis)
OPTA	Optimum tilt of PV modules	°	Optimum tilt of fix-mounted PV modules facing towards Equator set for maximizing GTI input (© 2024 Solargis)
PVOUT_total	Total photovoltaic power output	kWh, MWh, GWh	Yearly and monthly average values of photovoltaic electricity (AC) delivered by the total installed capacity of a PV system (© 2024 Solargis)
PVOUT_specific	Specific photovoltaic power output	kWh/kWp	Yearly and monthly average values of photovoltaic electricity (AC) delivered by a PV system and normalized to 1 kWp of installed capacity (© 2024 Solargis)
TEMP	Air temperature	°C, °F	Average yearly, monthly and daily air temperature at 2 m above ground. Calculated from outputs of ERA5 model (© 2024 ECMWF, post-processed by Solargis)

ABOUT

This pdf report (the "Work") is automatically generated from the Global Solar Atlas online app (<https://globalsolaratlas.info/>), prepared by Solargis under contract to The World Bank, based on a solar resource database that Solargis owns and maintains. It provides the estimated solar resource, air temperature data and potential solar power output for the selected location and input parameters of a photovoltaic (PV) power system.

Copyright © 2024 The World Bank
1818 H Street NW, Washington DC 20433, USA

The World Bank, comprising the International Bank for Reconstruction and Development (IBRD) and the International Development Association (IDA), is the commissioning agent and copyright holder for this Work, acting on behalf of The World Bank Group. The Work is licensed by The World Bank under a Creative Commons Attribution license (CC BY 4.0 IGO) with a mandatory and binding addition (please refer to the GSA website for full terms and conditions of use <https://globalsolaratlas.info/support/terms-of-use>).

The World Bank Group disclaims all warranties of any kind related to the provision of the Work.

The Work is made available solely for general information purposes. Neither the World Bank, Solargis nor any of its partners and affiliates hold the responsibility for the accuracy and/or completeness of the data and shall not be liable for any errors, or omissions. It is strongly advised that the Work be limited to use in informing policy discussions on the subject, and/or in creating services that better educate relevant persons on the viability of solar development in areas of interest. As such, neither the World Bank nor any of its partners on the Global Solar Atlas project will be liable for any damages relating to the use of the Work for financial commitments or any similar use cases. Solargis has done its utmost to make an assessment of solar climate conditions based on the best available data, software, and knowledge.

Sources: Solar database and PV software © 2024 Solargis



ORÇAMENTO 1102/2024
SISTEMA DE GERAÇÃO FOTOVOLTÁICO
CONECTADO À REDE

ENGCOMPANY CNPJ : 32.474.318.0001-09



Cuiabá/MT – 11 de Outubro de 2024.

Cuiabá, 11 de Outubro de 2024.

Cliente: CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

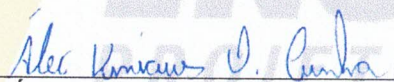
Email: licitacao@comodoro.mt.leg.br

Itens inclusos na proposta:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Implantação de sistema de geração fotovoltaica conectada á rede, com fornecimento da solução completa e integrada para instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem, ativação, monitoramento e treinamento, com potência de 1.0 MWp, com fixação solo , fornecimento e instalação padrão elétrico e cabine primária, conforme exigência da concessionária.	100 KWP	0,276	R\$ 728.220,00	R\$ 217.548,72

Validade da Proposta: 30 dias (trinta dias)

Prazo de Execução do Serviço: 30 dias.


Alex Vinicius Oliveira Cunha

(65) 99604-2635

Eng. Eletricista

ORÇAMENTO**À**
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

Nome Fantasia: AFX ENGENHARIA	
Razão Social: AFX ENGENHARIA LTDA	
CNPJ: 17.923.108/0001-59	Optante pelo SIMPLES? (SIM/NÃO) Campo Obrigatório SIM
Inst. Est: Isenta	
Endereço: AV. Mato Grosso, N° 1154	
Bairro : Centro	Cidade: São José dos Quatro Marcos
CEP: 78.285-000	E-MAIL: afx.eng@gmail.com / diretoria@afxengenharia.com.br
Telefone: *****	Celular: (65) 9 9979 - 0081
Banco: SICOOB (756)	Conta Bancária C/C: 17.816-0
Nome e nº da Agência: SICOOB , N° 4599	

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Implantação de sistema de geração fotovoltaica conectada á rede, com fornecimento da solução completa e integrada para instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem, ativação, monitoramento e treinamento, com potência de 1.0 MWp, com fixação solo , fornecimento e instalação padrão elétrico e cabine primária, conforme exigência da concessionária.	100 KWP	0,276	R\$ 725.000,00	R\$ 200.100,00

(Duzentos mil e cem reais)**OBS: VALIDADE DA PROPOSTA 60 DIAS**

São José dos Quatro Marcos – MT, 09 de outubro de 2024.

ANDRE LUIZ RAMOS**FRANCISQUETI:04650224136**

Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ

RAMOS FRANCISQUETI:04650224136

Dados: 2024.10.09 09:28:00 -04'00'

AFX ENGENHARIA LTDA

CNPJ nº. 17.923.108/0001-59

Sócio Administrador da Empresa

ANDRE LUIZ RAMOS FRANCISQUETI

CPF nº 046.502.241-36

Fis. 371
Longo

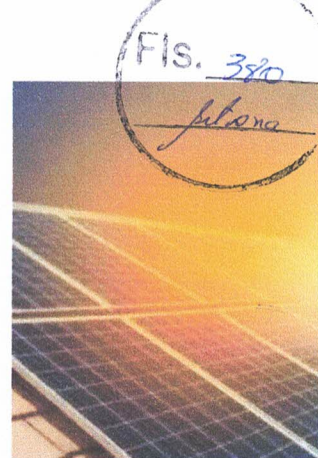
LEN ELETRIFICAÇÃO E SOLAR

A LEN Eletrificação é uma empresa que atua a mais de 35 anos no mercado, atuando sempre com credibilidade e confiança. Possui uma equipe técnica capacitada e especializada com conhecimento e atenção na segurança em instalações de Energia Elétrica e Energia Solar. Garantimos a instalação do seu Sistema Solar Fotovoltaico com excelência, qualidade e eficiência, garantindo a máxima vida útil do seu sistema.

INFORMAÇÕES DA PESSOA JURÍDICA:

NASCIMENTO MIGLIORANZZA ELETRIFICACOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 45.486.296/0001-30, com sede na Avenida Vereador Valter de Oliveira nº 1.248, Sala B, São José, na cidade de Pontes e Lacerda-MT, CEP: 78.250-000.





ENDEREÇO E DADOS DA INSTALAÇÃO:

Câmara Municipal de Comodoro/MT

C.N.P.J: 03.109.581/0001-92

Endereço: Rua Bahia, 600-N, Bairro São Francisco de Assis, CEP Nº 832.053.221-34

FONE: (65) 65 3283-1855

E-MAIL: licitacao@comodoro.mt.leg.br

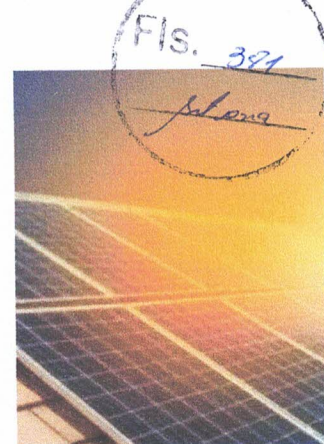
Data da proposta: 09/10/2024 **PROPOSTA VALIDA POR 30 DIAS**

GARANTIAS DO SISTEMA SOLAR FOTOVOLTAICO

- **MÓDULOS FOTOVOLTIACOS MONOCRISTALINO 575WP:** Garantia contra defeito de fabricação de 12 anos
- **INVERSOR TRIFÁSICO 380V:** Garantia contra defeito de fabricação de 10 anos.
- **INSTALAÇÃO LEN ELETRIFICAÇÃO/SOLAR:** Garantia contra defeito dos serviços de 12 meses após a instalação.

MÓDULOS FOTOVOLTAICOS 10 A 12 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E 25 ANOS DE DESEMPENHO NA GERAÇÃO DE ENERGIA COM 80% DE EFICIÊNCIA GARANTIDA PELO FABRICANTE.





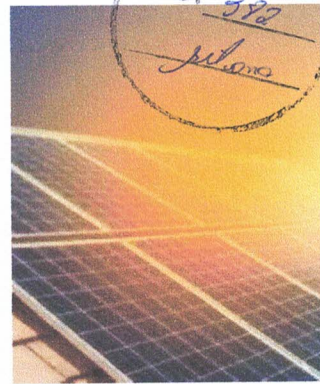
SERVIÇOS INCLUSOS NO PROJETO

- Vistoria Técnica;
- Projeto elétrico do sistema solar fotovoltaico;
- Todos os trâmites de encaminhamento do projeto junto à concessionária de energia elétrica e aprovação junto a mesma;
- Recolhimento de Anotação de Responsabilidade técnica (ART) junto ao CREA referente ao projeto e montagem do sistema solar fotovoltaico;
- Fornecimento de módulos e inversor fotovoltaico para geração de energia elétrica;
- Entrada de Energia compatível com o projeto e construção de rede elétrica CA para conexão do sistema solar fotovoltaico a rede da concessionária;
- Comissionamento do sistema, check-list e relatório de entrega.

NÃO FAZEM PARTE DOS SERVIÇOS DO PROJETO

- Se instalação em telhado: readequação ou melhorias no telhado para receber a instalação dos módulos, sendo este de inteira responsabilidade do cliente;
- Se instalação em solo: terraplanagem e obras civis.
- Tratativa, documentações, taxa impostos, etc., com a prefeitura local, ou qualquer outro órgão referente a obras civis;
- Reparos ou readequação na rede da concessionária de energia nos casos em que se faça necessárias melhorias solicitadas pela mesma para conexão de unidade geradora;
- Substituição do medidor de energia por medidor bidirecional.





Pague com a Economia Gerada na Conta de Luz

O valor do kit fotovoltaico com a instalação corresponde a 50% ou 100% do custo médio de sua conta de luz por 60 meses*.



Fonte Limpa de Energia

Em média, um sistema evita que seja despejado 1 tonelada de CO2/ano.



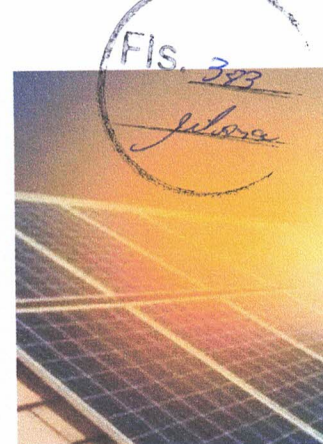
Redução do Consumo Energia

Economia média de 100% no consumo de energia elétrica.



Descomplicado

Cuidamos do atendimento, projeto, instalação e homologação do sistema de geração de energia junto à concessionária local.



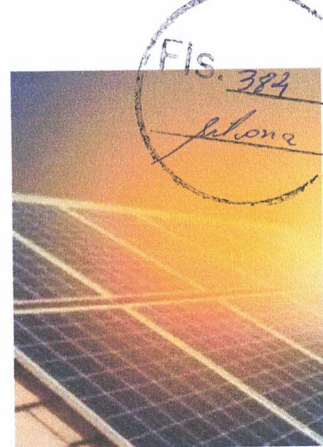
PROPOSTA DO KIT GERADOR DE ENERGIA SOLAR

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
01	Implantação de sistema de geração fotovoltaica conectada à rede, com fornecimento da solução completa e integrada para instalação de unidade de geração de energia solar fotovoltaica, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem, ativação, monitoramento e treinamento de pessoal, com potência de 27,60 kWp e estrutura de fixação em solo , incluindo o fornecimento de entrada de energia e proteções elétricas conforme exigência da concessionária e normas técnicas aplicáveis.	100 kWp	0,276	R\$ 722.500,00	R\$ 199.410,00

PRAZO PARA ENTREGA DA INSTALAÇÃO FOTOVOLTAICA

- Prazo para a chegada do Kit Fotovoltaico, segundo fornecedor, 60 a 80 dias;
- Prazo para a instalação do sistema, aproximadamente 90 dias; (em condições climáticas apropriada);
- Prazo para a distribuidora ENERGISA vistoriar, aprovar conexão e troca do relógio 30 dias.





A LEN ELETRIFICAÇÃO/SOLAR coloca-se a disposição para esclarecimentos, a fim de prestar o melhor serviço possível e garantir a satisfação de nossos clientes.

Pontes e Lacerda – Mato Grosso, 09 de outubro de 2024.

DONIZETE BARBOSA DO
NASCIMENTO:20802846
149

Assinado de forma digital por
DONIZETE BARBOSA DO
NASCIMENTO:20802846149
Dados: 2024.10.10 10:39:01
-04'00'

Donizete Barbosa do Nascimento
NASCIMENTO MIGLIORANZZA ELETRIFICACOES LTDA
CNPJ nº 45.486.296/0001-30





Proposta Comercial



Nome: Câmara Municipal Comodoro

Consultor Comercial: Lucas Miller - 65 98120-2484

Sistema Fotovoltaico de 27,60 kWp

Geração: 3.120 kWh/mês



Data: 7 de outubro de 2024

Validade: Após 30 dias

FIS. 2/3
Juliana

Conheça a Sert Solar

A Vale Serviços está presente no mercado desde 2009, e tornou-se referência na construção civil e terceirização de serviços, e agora na construção de sistemas de Energia Solar.

Alinhada com sua vocação inovadora e de modernização, a Vale Serviços agora é Sert Group, uma empresa com raízes sólidas, presente em 4 Estados e pronta para atender os mais diversos projetos de engenharia, em todos os seguimentos, de empresas privadas à administração pública, e para isso dispomos de uma equipe altamente qualificada e equipamentos modernos.

Nosso objetivo é superar as expectativas de nossos clientes por meio de um suporte de qualidade, total transparência e respeito.

Por que escolher a Sert Group:

- Experiência desde 2009: Com anos de experiência no setor, somos uma empresa consolidada e confiável.
- Retorno Financeiro: Oferecemos soluções de energia solar projetadas para proporcionar retorno financeiro sólido a longo prazo, com excelência e durabilidade que respaldam seu investimento.
- Custos Mais Baixos: Garantimos eficiência com custos reduzidos, sem renunciar à durabilidade, excelência e garantia.
- Tecnologia de Ponta: Utilizamos as mais recentes inovações em energia solar para proporcionar eficiência máxima.
- Atendimento ao Cliente e pós-venda: Nossa equipe está sempre pronta para oferecer suporte e orientação.

Na Sert Group, a jornada para um futuro alimentado pelo sol começa hoje, aqui acreditamos que a sustentabilidade e a economia andam de mãos dadas. Estamos comprometidos em fornecer não apenas um sistema solar de alta qualidade, mas também uma parceria que impulsiona sua economia e progresso rumo a um futuro energético mais inteligente.



SUA PROPOSTA INCLUI



Dimensionamento do sistema, com proposta inicial do projeto



Desenvolvimento do projeto de engenharia



Fornecimento de equipamentos e logística de entrega



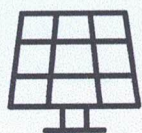
Ativação do sistema, comissionamento e testes de performance



Instalação do sistema fotovoltaico e do sistema de monitoramento



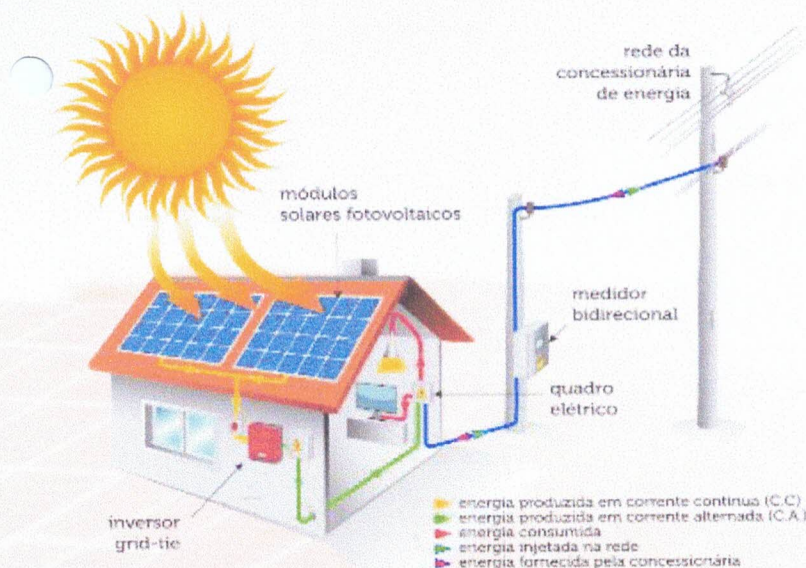
Agendamento de vistoria junta à concessionária



COMO FUNCIONA A ENERGIA

Painéis Solares: Os painéis instalados no telhado captam a energia do Sol e a transformam em energia elétrica.

Inversor: Converte a energia elétrica gerada pelos painéis em um formato idêntico ao fornecido pela distribuidora de energia.



Quadro de Distribuição: A energia é conectada ao quadro de distribuição para que possa ser utilizada em qualquer equipamento interno.

Medidor de Energia Bidirecional: O medidor de energia bidirecional mede tanto o consumo do local como a energia injetada na rede.

Rede de Distribuição: Absorve qualquer excedente de energia injetada e fornece energia à noite e nos momentos de geração baixa.

REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL

A Resolução Normativa 482/2012 da ANEEL autorizou a geração própria de energia elétrica no Brasil com a introdução do conceito de minigeração e microgeração, utilizando fontes renováveis, como a solar. Além disso, introduziu o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), que permite que a energia elétrica gerada em excesso seja injetada na rede da distribuidora gerando "créditos de energia" (em KWh) para compensar consumos posteriores, no modelo net metering.

Porém, foi com a Lei nº 14.300 de 2022 que instituiu-se o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, determinando normas para o sistema de compensação de energia elétrica (SCEE).

Antes da Lei nº 14300, a concessionária era remunerada através da cobrança direta do custo de disponibilidade, ou seja, este valor era obrigatório. Com a Lei nº 14300 e a REN 1059, o faturamento da concessionária fica definido pelo maior valor entre a TUSD FIO B e o custo de disponibilidade. Assim, a remuneração da concessionária em relação à energia injetada pode ser feita pelo **pagamento de % sobre o FIO B, seguido um aumento de 15% a cada ano até 2028** (ou até 2030 para sistemas protocolados entre 13º e 18º mês após a vigência da Lei 14.300, elas permanecerão na regra de 90% do TUSD FIO B para 2029 e 2030); ou, se for o caso de unidades de minigeração distribuída acima de 500 kW, pelo **pagamento de 100% do FIO B, mais 40% FIO A e 100% dos encargos P&D, EE e TFSEE**.

Além disso, em sistemas de média tensão com o Grupo A, a Lei nº 14300 institui a demanda de geração a qual pode vir a tornar o sistema fotovoltaico ainda mais vantajoso. Dentre os itens mencionados há outras regras instituídas pelo marco legal da minigeração e microgeração como os créditos poderem ser distribuídos por ordem ou por %, no caso de sistemas de autoconsumo remoto, geração compartilhada e empreendimentos com múltiplas unidades consumidoras.



DIFERENCIAIS DA Sert Solar

SOLUÇÕES FINANCEIRAS

FINANCIAMENTOS

Temos parcerias com diversos bancos como Bradesco, Sicredi, Banco do Brasil, Santander, BV Financeira, Sol Fácil, BTG, fundos nacionais e internacionais, dentre outros.

Faça uma análise da sua taxa real com a gente.

GARANTIAS INCLUSAS

SERVIÇOS

INSTALAÇÃO 1 ANO

MÓDULOS FOTOVOLTAICOS

EQUIPAMENTO 10 ANOS

INVERSORES

INVERSORES 7 ANOS

OBS:

- Após 1 ano de instalação, a garantia dos equipamentos é de responsabilidade dos fabricantes;
- As garantias podem ser superiores ao informado conforme termo de garantia do fabricante e modelo dos equipamentos.

FORNECEDORES

Para maximizar a qualidade de geração e vida útil do sistema, trabalhamos apenas com os principais líderes do segmento mundial, listados como TIER 1 na classificação Bloomberg. Alguns dos nossos fornecedores:

MÓDULOS

FOTOVOLTAICOS:

JA SOLAR Jinko CanadianSolar BYD Trinasolar LONGi

INVERSORES:

SUNGROW Growatt ABB solis GOODWE YOUR SOLAR ENGINE

COMO É GERADA SUA CONTA

Nós calculamos a sua média mensal de consumo de energia elétrica, e por meio de um software de engenharia, o número de módulos fotovoltaicos (placas de energia solar) necessárias para suprir a sua demanda.

DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA

O sistema foi dimensionado baseando-se em análise das imagens por satélite e adotando-se como premissa que a área disponível é adequada para a instalação.

27,60 kWp
POTÊNCIA PROPOSTA

3.120 kWh/mês
GERAÇÃO ESTIMADA

149 m²
ÁREA ÚTIL

PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS INCLUSOS

ITEM	MODELO	QUANTIDADE
Módulos fotovoltaicos	600 Wp	46
Inversor(es)	25000 W	1
Estrutura	Fibrocimento	1

CRONOGRAMA

- Aprovação da Proposta Comercial
- Validação do projeto pela engenharia
- **DIA D:** Assinatura do contrato e pagamento da primeira parcela ou quitação
- **D+50 dias:** Encomenda dos equipamentos, protocolo e aprovação do projeto fotovoltaico, recebimento e preparação da infraestrutura do local
- **D+80 dias:** Montagem do sistema fotovoltaico
- **D+90 dias:** Testes do sistema e homologação na distribuidora de energia

FIS. 377
16.08.19


ANÁLISE FINANCEIRA DO INVESTIMENTO

Somos seu provedor completo de energia solar. Além dos equipamentos, nossa proposta inclui todos os materiais, seguros e mão de obra da instalação. Quando comparado a qualquer outra aplicação de baixo risco, é nítida a vantagem de um sistema fotovoltaico. A análise abaixo é específica para seu investimento de **R\$ 197.340,00**

4 anos e 11 meses

PAYBACK

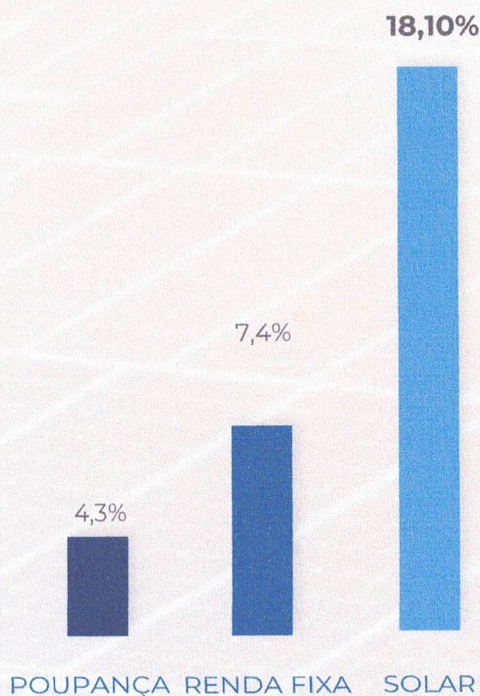
R\$ 375.689,80

VPL

30,48%

TIR

RENDIMENTO
NO PRIMEIRO
ANO



SALDO DA
APLICAÇÃO
APÓS 25 ANOS

Sistema Fotovoltaico
R\$ 2.353.472,96
Renda Fixa
R\$ 1.175.769,41
Poupança
R\$ 593.092,43

A aplicação da renda fixa foi baseada em uma taxa de 110% do CDI.



REDUÇÃO DA CONTÁDE ENERGIA

	Antes da instalação	Economia média mensal	Depois da instalação
Custo de energia(R\$)	R\$ 3.266,45	R\$ 2.977,22	R\$ 289,23



CONDIÇÕES COMERCIAIS

FORMAS DE PAGAMENTO

À vista: R\$ 197.340,00

Financiamento: Economia gerada no projeto: R\$ 2.977,22

	Entrada	Prestação
Opção 1	R\$ 0,00	12 x R\$ 18.431,95
Opção 2	R\$ 0,00	24 x R\$ 10.315,76
Opção 3	R\$ 0,00	36 x R\$ 7.742,21
Opção 4	R\$ 0,00	48 x R\$ 6.565,26

Financiamento
Solar



ACEITE DA PROPOSTA

Emissão da Proposta: 07/10/2024

Esta proposta é válida em todos seus termos por 10 dias corridos contados a partir da data de envio.

FORMA DE PAGAMENTO ESCOLHIDA

INVESTIMENTO

☐ À vista **R\$ 197.340,00**

FINANCIAMENTO*

- ☐ Opção 1: Entrada de R\$ 0,00 e 12 parcelas de R\$ 18.431,95
- ☐ Opção 2: Entrada de R\$ 0,00 e 24 parcelas de R\$ 10.315,76
- ☐ Opção 3: Entrada de R\$ 0,00 e 36 parcelas de R\$ 7.742,21
- ☐ Opção 4: Entrada de R\$ 0,00 e 48 parcelas de R\$ 6.565,26

* Crédito sujeito à análise conforme critérios da Instituição Financeira. NÃO CONFIGURA OFERTA. Condições apresentadas referem-se apenas a uma simulação, sendo os parâmetros e condições sujeitos à alteração.

Espero que você goste da proposta. Aguardamos a sua assinatura para fechar a negociação.

Comodoro, em 7 de outubro de 2024.

Câmara Municipal Comodoro

Igor Mariano

CONTATO

Responsável Comercial:

Igor Mariano

(65) 99647-0658

igor@valeservicos.net.br

NOSSO ENDEREÇO

G M N EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ 11.264.133/0001-91

RUA ANTONIO FRANCISCO MOREIRA, S/N,
RESIDENCIAL FLORAES, PONTES E LACERDA/ MT,
CEP 78250-000

Comodoro

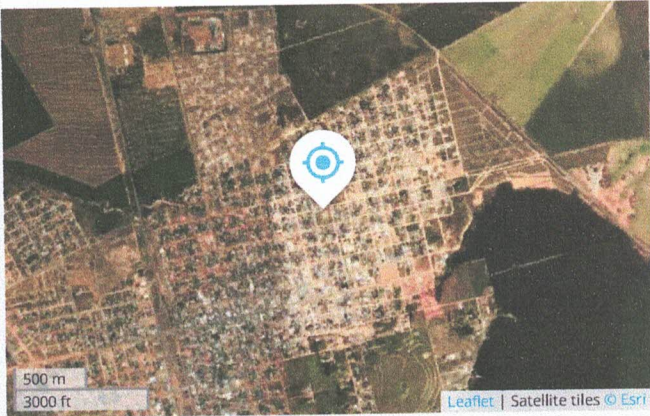
-13.652325°, -059.784075°
Rua Ceará, Comodoro, Mato Grosso, Brazil
Time zone: UTC-04, America/Cuiaba [BRT]

Report generated: 7 Oct 2024

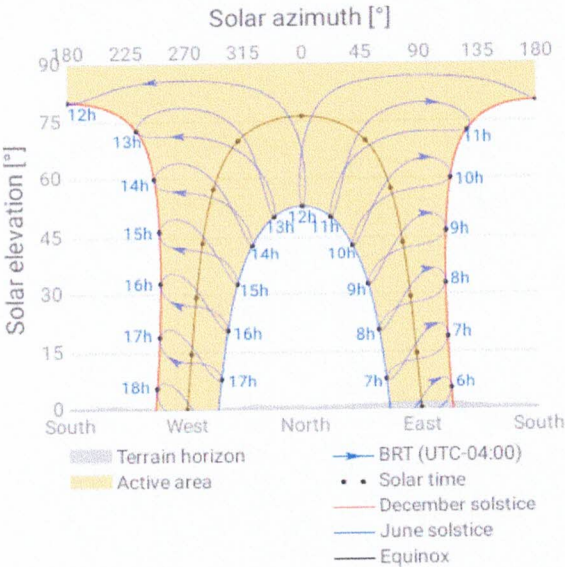
SITE INFO

Map data		Per year
Direct normal irradiation	DNI	1483.9 kWh/m²
Global horizontal irradiation	GHI	1860.1 kWh/m²
Diffuse horizontal irradiation	DIF	848.8 kWh/m²
Global tilted irradiation at optimum angle	GTI opta	1937.4 kWh/m²
Optimum tilt of PV modules	OPTA	18 / 0 °
Air temperature	TEMP	23.6 °C
Terrain elevation	ELE	N/A

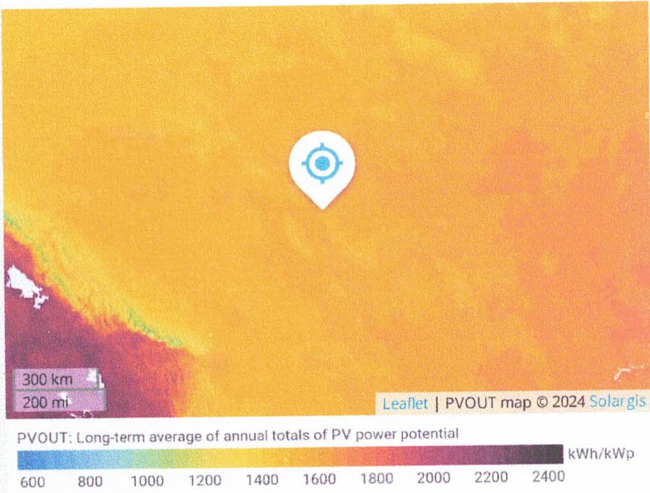
Map



Horizon and sunpath



PVOUT map



PV ELECTRICITY AND SOLAR RADIATION

PV system configuration



Pv system: **Small residential**

Azimuth of PV panels: **15°**

Tilt of PV panels: **8°**

Installed capacity: **1 kWp**

Annual averages

Total photovoltaic power output and Global tilted irradiation

1.462

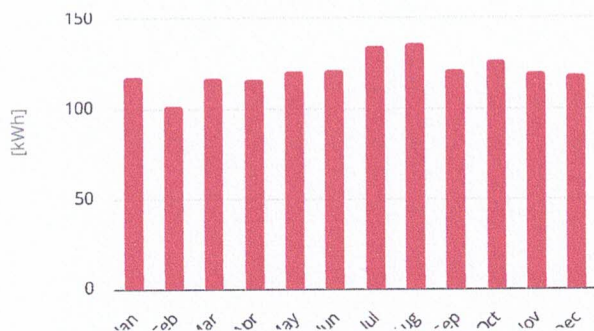
MWh per year

1911.9

kWh/m² per year

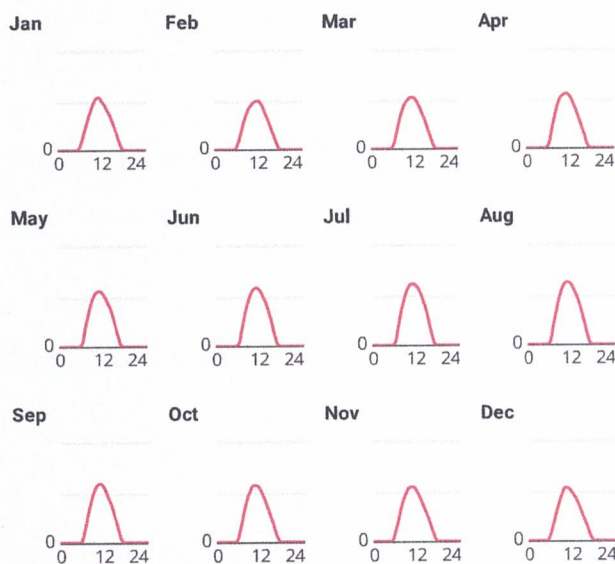
Monthly averages

Total photovoltaic power output



Average hourly profiles

Total photovoltaic power output [Wh]



UTC-04

Average hourly profiles

Total photovoltaic power output [Wh]

	Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun	Jul	Aug	Sep	Oct	Nov	Dec
0 - 1												
1 - 2												
2 - 3												
3 - 4												
4 - 5												
5 - 6										2	7	3
6 - 7	50	33	31	35	28	19	17	24	44	90	102	77
7 - 8	175	156	172	198	187	172	177	187	198	250	251	209
8 - 9	307	294	329	369	354	348	361	373	363	403	390	338
9 - 10	419	403	442	491	481	484	504	518	497	518	489	452
10 - 11	510	457	496	543	546	560	591	605	578	574	545	536
11 - 12	538	494	525	556	559	586	617	630	594	571	550	528
12 - 13	499	497	513	524	529	565	601	601	555	527	503	482
13 - 14	443	452	450	449	459	496	543	532	470	444	426	425
14 - 15	366	365	368	351	376	406	451	439	376	347	340	342
15 - 16	277	271	267	245	256	283	324	312	259	239	245	248
16 - 17	177	173	163	131	120	133	162	162	127	123	136	151
17 - 18	70	69	50	21	11	12	20	24	19	22	33	52
18 - 19	4	3										
19 - 20												
20 - 21												
21 - 22												
22 - 23												
23 - 24												
Sum	3,835	3,668	3,805	3,913	3,908	4,067	4,369	4,407	4,080	4,109	4,014	3,845

PV ELECTRICITY AND SOLAR RADIATION

Annual averages

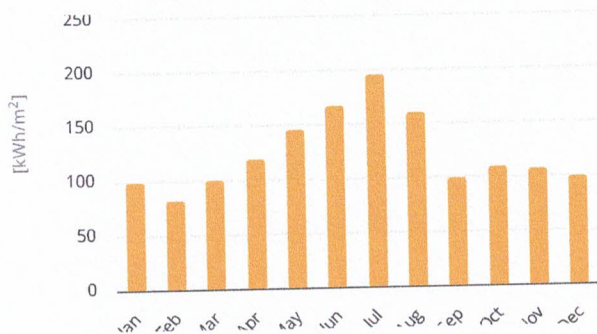
Direct normal irradiation

1493.0

kWh/m² per year

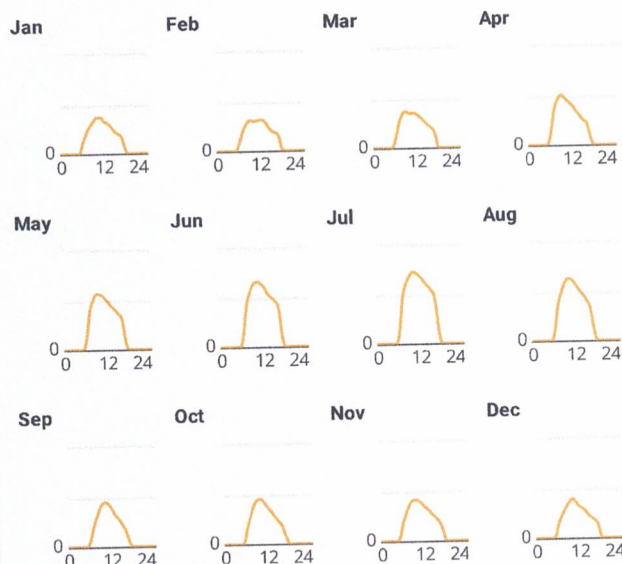
Monthly averages

Direct normal irradiation



Average hourly profiles

Direct normal irradiation [Wh/m²]



UTC-04

Average hourly profiles

Direct normal irradiation [Wh/m²]

	Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun	Jul	Aug	Sep	Oct	Nov	Dec
0 - 1												
1 - 2												
2 - 3												
3 - 4												
4 - 5										6	28	11
5 - 6									67	147	183	139
6 - 7	110	81	83	118	108	95	97	80	213	280	293	229
7 - 8	208	201	247	352	384	412	457	348	326	386	379	307
8 - 9	284	275	346	467	507	553	609	496	416	448	414	358
9 - 10	329	317	374	511	567	640	698	596	452	454	413	399
10 - 11	372	306	353	478	561	660	732	637	436	415	386	361
11 - 12	372	310	359	441	530	648	715	622	386	368	350	316
12 - 13	329	321	344	406	486	606	681	570	325	322	315	299
13 - 14	312	309	313	355	439	538	632	517	283	273	277	253
14 - 15	269	258	278	307	407	501	586	472	221	221	237	216
15 - 16	227	205	234	259	360	464	543	412	226	173	199	185
16 - 17	200	188	207	226	302	391	456	330	152	58	114	138
17 - 18	161	155	144	84	79	98	137	109	42			2
18 - 19	36	14										
19 - 20												
20 - 21												
21 - 22												
22 - 23												
23 - 24												
Sum	3,209	2,941	3,280	4,004	4,731	5,607	6,344	5,189	3,324	3,551	3,588	3,213

GLOSSARY

Acronym	Full name	Unit	Type of use
DIF	Diffuse horizontal irradiation	kWh/m ² , MJ/m ²	Average yearly, monthly or daily sum of diffuse horizontal irradiation (© 2024 Solargis)
DNI	Direct normal irradiation	kWh/m ² , MJ/m ²	Average yearly, monthly or daily sum of direct normal irradiation (© 2024 Solargis)
ELE	Terrain elevation	m, ft	Elevation of terrain surface above/below sea level, processed and integrated from SRTM-3 data and related data products (SRTM v4.1 © 2004 - 2024, CGIAR-CSI)
GHI	Global horizontal irradiation	kWh/m ² , MJ/m ²	Average annual, monthly or daily sum of global horizontal irradiation (© 2024 Solargis)
GTI	Global tilted irradiation	kWh/m ² , MJ/m ²	Average annual, monthly or daily sum of global tilted irradiation (© 2024 Solargis)
GTI_opta	Global tilted irradiation at optimum angle	kWh/m ² , MJ/m ²	Average annual, monthly or daily sum of global tilted irradiation for PV modules fix-mounted at optimum angle (© 2024 Solargis)
OPTA	Optimum tilt of PV modules	°	Optimum tilt of fix-mounted PV modules facing towards Equator set for maximizing GTI input (© 2024 Solargis)
PVOUT_total	Total photovoltaic power output	kWh, MWh, GWh	Yearly and monthly average values of photovoltaic electricity (AC) delivered by the total installed capacity of a PV system (© 2024 Solargis)
PVOUT_specific	Specific photovoltaic power output	kWh/kWp	Yearly and monthly average values of photovoltaic electricity (AC) delivered by a PV system and normalized to 1 kWp of installed capacity (© 2024 Solargis)
TEMP	Air temperature	°C, °F	Average yearly, monthly and daily air temperature at 2 m above ground. Calculated from outputs of ERA5 model (© 2024 ECMWF, post-processed by Solargis)

ABOUT

This pdf report (the "Work") is automatically generated from the Global Solar Atlas online app (<https://globalsolaratlas.info/>), prepared by Solargis under contract to The World Bank, based on a solar resource database that Solargis owns and maintains. It provides the estimated solar resource, air temperature data and potential solar power output for the selected location and input parameters of a photovoltaic (PV) power system.

Copyright © 2024 The World Bank
1818 H Street NW, Washington DC 20433, USA

The World Bank, comprising the International Bank for Reconstruction and Development (IBRD) and the International Development Association (IDA), is the commissioning agent and copyright holder for this Work, acting on behalf of The World Bank Group. The Work is licensed by The World Bank under a Creative Commons Attribution license (CC BY 4.0 IGO) with a mandatory and binding addition (please refer to the GSA website for full terms and conditions of use <https://globalsolaratlas.info/support/terms-of-use>).

The World Bank Group disclaims all warranties of any kind related to the provision of the Work.

The Work is made available solely for general information purposes. Neither the World Bank, Solargis nor any of its partners and affiliates hold the responsibility for the accuracy and/or completeness of the data and shall not be liable for any errors, or omissions. It is strongly advised that the Work be limited to use in informing policy discussions on the subject, and/or in creating services that better educate relevant persons on the viability of solar development in areas of interest. As such, neither the World Bank nor any of its partners on the Global Solar Atlas project will be liable for any damages relating to the use of the Work for financial commitments or any similar use cases. Solargis has done its utmost to make an assessment of solar climate conditions based on the best available data, software, and knowledge.

Sources: Solar database and PV software © 2024 Solargis



ORÇAMENTO 1102/2024
SISTEMA DE GERAÇÃO FOTOVOLTÁICO
CONECTADO À REDE

ENGCOMPANY CNPJ : 32.474.318.0001-09



Cuiabá/MT – 11 de Outubro de 2024.

Cuiabá, 11 de Outubro de 2024.

Cliente: CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

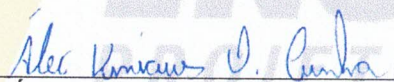
Email: licitacao@comodoro.mt.leg.br

Itens inclusos na proposta:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Implantação de sistema de geração fotovoltaica conectada á rede, com fornecimento da solução completa e integrada para instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem, ativação, monitoramento e treinamento, com potência de 1.0 MWp, com fixação solo , fornecimento e instalação padrão elétrico e cabine primária, conforme exigência da concessionária.	100 KWP	0,276	R\$ 728.220,00	R\$ 217.548,72

Validade da Proposta: 30 dias (trinta dias)

Prazo de Execução do Serviço: 30 dias.


Alex Vinicius Oliveira Cunha

(65) 99604-2635

Eng. Eletricista

ORÇAMENTO**À**
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

Nome Fantasia: AFX ENGENHARIA	
Razão Social: AFX ENGENHARIA LTDA	
CNPJ: 17.923.108/0001-59	Optante pelo SIMPLES? (SIM/NÃO) Campo Obrigatório SIM
Inst. Est: Isenta	
Endereço: AV. Mato Grosso, N° 1154	
Bairro : Centro	Cidade: São José dos Quatro Marcos
CEP: 78.285-000	E-MAIL: afx.eng@gmail.com / diretoria@afxengenharia.com.br
Telefone: *****	Celular: (65) 9 9979 - 0081
Banco: SICOOB (756)	Conta Bancária C/C: 17.816-0
Nome e nº da Agência: SICOOB , N° 4599	

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Implantação de sistema de geração fotovoltaica conectada á rede, com fornecimento da solução completa e integrada para instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem, ativação, monitoramento e treinamento, com potência de 1.0 MWp, com fixação solo , fornecimento e instalação padrão elétrico e cabine primária, conforme exigência da concessionária.	100 KWP	0,276	R\$ 725.000,00	R\$ 200.100,00

(Duzentos mil e cem reais)**OBS: VALIDADE DA PROPOSTA 60 DIAS**

São José dos Quatro Marcos – MT, 09 de outubro de 2024.

ANDRE LUIZ RAMOS**FRANCISQUETI:04650224136**

Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ

RAMOS FRANCISQUETI:04650224136

Dados: 2024.10.09 09:28:00 -04'00'

AFX ENGENHARIA LTDA

CNPJ nº. 17.923.108/0001-59

Sócio Administrador da Empresa

ANDRE LUIZ RAMOS FRANCISQUETI

CPF nº 046.502.241-36

Fis. 371
Longo

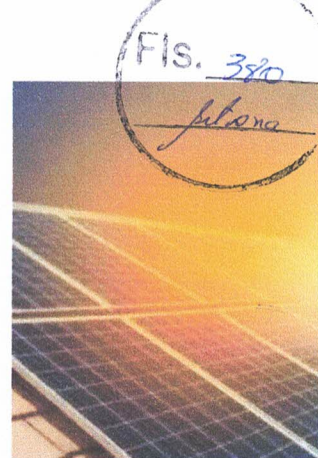
LEN ELETRIFICAÇÃO E SOLAR

A LEN Eletrificação é uma empresa que atua a mais de 35 anos no mercado, atuando sempre com credibilidade e confiança. Possui uma equipe técnica capacitada e especializada com conhecimento e atenção na segurança em instalações de Energia Elétrica e Energia Solar. Garantimos a instalação do seu Sistema Solar Fotovoltaico com excelência, qualidade e eficiência, garantindo a máxima vida útil do seu sistema.

INFORMAÇÕES DA PESSOA JURÍDICA:

NASCIMENTO MIGLIORANZZA ELETRIFICACOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 45.486.296/0001-30, com sede na Avenida Vereador Valter de Oliveira nº 1.248, Sala B, São José, na cidade de Pontes e Lacerda-MT, CEP: 78.250-000.





ENDEREÇO E DADOS DA INSTALAÇÃO:

Câmara Municipal de Comodoro/MT

C.N.P.J: 03.109.581/0001-92

Endereço: Rua Bahia, 600-N, Bairro São Francisco de Assis, CEP Nº 832.053.221-34

FONE: (65) 65 3283-1855

E-MAIL: licitacao@comodoro.mt.leg.br

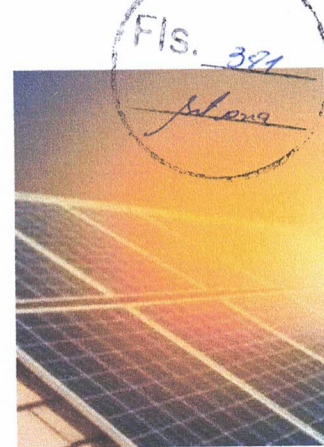
Data da proposta: 09/10/2024 **PROPOSTA VALIDA POR 30 DIAS**

GARANTIAS DO SISTEMA SOLAR FOTOVOLTAICO

- **MÓDULOS FOTOVOLTIACOS MONOCRISTALINO 575WP:** Garantia contra defeito de fabricação de 12 anos
- **INVERSOR TRIFÁSICO 380V:** Garantia contra defeito de fabricação de 10 anos.
- **INSTALAÇÃO LEN ELETRIFICAÇÃO/SOLAR:** Garantia contra defeito dos serviços de 12 meses após a instalação.

MÓDULOS FOTOVOLTAICOS 10 A 12 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E 25 ANOS DE DESEMPENHO NA GERAÇÃO DE ENERGIA COM 80% DE EFICIÊNCIA GARANTIDA PELO FABRICANTE.





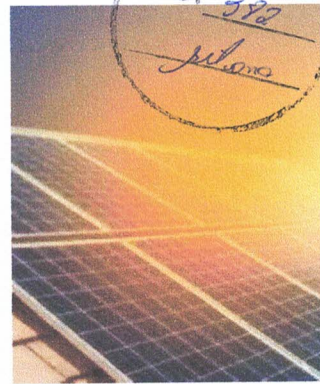
SERVIÇOS INCLUSOS NO PROJETO

- Vistoria Técnica;
- Projeto elétrico do sistema solar fotovoltaico;
- Todos os trâmites de encaminhamento do projeto junto à concessionária de energia elétrica e aprovação junto a mesma;
- Recolhimento de Anotação de Responsabilidade técnica (ART) junto ao CREA referente ao projeto e montagem do sistema solar fotovoltaico;
- Fornecimento de módulos e inversor fotovoltaico para geração de energia elétrica;
- Entrada de Energia compatível com o projeto e construção de rede elétrica CA para conexão do sistema solar fotovoltaico a rede da concessionária;
- Comissionamento do sistema, check-list e relatório de entrega.

NÃO FAZEM PARTE DOS SERVIÇOS DO PROJETO

- Se instalação em telhado: readequação ou melhorias no telhado para receber a instalação dos módulos, sendo este de inteira responsabilidade do cliente;
- Se instalação em solo: terraplanagem e obras civis.
- Tratativa, documentações, taxa impostos, etc., com a prefeitura local, ou qualquer outro órgão referente a obras civis;
- Reparos ou readequação na rede da concessionária de energia nos casos em que se faça necessárias melhorias solicitadas pela mesma para conexão de unidade geradora;
- Substituição do medidor de energia por medidor bidirecional.





Pague com a Economia Gerada na Conta de Luz

O valor do kit fotovoltaico com a instalação corresponde a 50% ou 100% do custo médio de sua conta de luz por 60 meses*.



Fonte Limpa de Energia

Em média, um sistema evita que seja despejado 1 tonelada de CO2/ano.



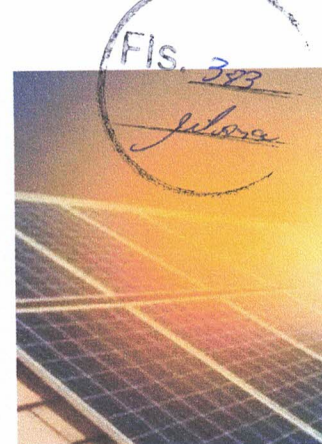
Redução do Consumo Energia

Economia média de 100% no consumo de energia elétrica.



Descomplicado

Cuidamos do atendimento, projeto, instalação e homologação do sistema de geração de energia junto à concessionária local.



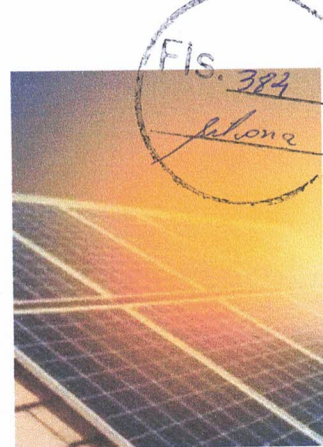
PROPOSTA DO KIT GERADOR DE ENERGIA SOLAR

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
01	Implantação de sistema de geração fotovoltaica conectada à rede, com fornecimento da solução completa e integrada para instalação de unidade de geração de energia solar fotovoltaica, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem, ativação, monitoramento e treinamento de pessoal, com potência de 27,60 kWp e estrutura de fixação em solo , incluindo o fornecimento de entrada de energia e proteções elétricas conforme exigência da concessionária e normas técnicas aplicáveis.	100 kWp	0,276	R\$ 722.500,00	R\$ 199.410,00

PRAZO PARA ENTREGA DA INSTALAÇÃO FOTOVOLTAICA

- Prazo para a chegada do Kit Fotovoltaico, segundo fornecedor, 60 a 80 dias;
- Prazo para a instalação do sistema, aproximadamente 90 dias; (em condições climáticas apropriada);
- Prazo para a distribuidora ENERGISA vistoriar, aprovar conexão e troca do relógio 30 dias.





A LEN ELETRIFICAÇÃO/SOLAR coloca-se a disposição para esclarecimentos, a fim de prestar o melhor serviço possível e garantir a satisfação de nossos clientes.

Pontes e Lacerda – Mato Grosso, 09 de outubro de 2024.

DONIZETE BARBOSA DO
NASCIMENTO:20802846
149

Assinado de forma digital por
DONIZETE BARBOSA DO
NASCIMENTO:20802846149
Dados: 2024.10.10 10:39:01
-04'00'

Donizete Barbosa do Nascimento
NASCIMENTO MIGLIORANZZA ELETRIFICACOES LTDA
CNPJ nº 45.486.296/0001-30





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO



Aviso de Adesão e Homologação referente a Ata de Registro de Preço Nº 002/2024, proveniente do Pregão Presencial Nº 001/2024 realizado na Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'oeste-MT.

A Câmara Municipal de Comodoro – MT torna público, para conhecimento dos interessados a “ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT, TENDO COMO OBJETO “REGISTRO DE PREÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA CONECTADA A REDE COM FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO COMPLETA E INTEGRADA PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, INSUMOS E SERVIÇOS NECESSARIOS PARA A SUA MONTAGEM, ATIVAÇÃO, MONITORAMENTO, COM POTÊNCIA DE 1.0 MWP, COM FIXAÇÃO EM TELHADO OU SOLO, FORNECIMENTO E INSTAÇÃO PADRÃO ELÉTRICO E CABINE PRIMÁRIA CONFORME EXIGÊNCIA DA CONCESSIONÁRIA”, referente ao item determinados no termo de referência do processo de adesão, bem como na referida ata, tendo como detentora da referida Ata a empresa: **G.M.N. EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.264.133/0001-91.

Valor Homologado: **R\$ 197.340,00** (cento e noventa e sete mil trezentos e quarenta reais).

Comodoro – MT, 23 de Outubro de 2024.


Silvana Pereira Simonete
Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 055/2024

PORTARIA Nº 055/2024 DE 22/10/2024

WENDER BIER DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2023/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e;

Considerando que no dia 28 de outubro se consagra o Dia do Servidor Público;

Considerando, portanto, as celebrações enaltecidas pelas repartições públicas; e

Considerando, por fim, o Decreto nº 06, de 23 de janeiro de 2024, do município de Comodoro, notadamente o seu art. 1º, inciso XI;

RESOLVE

Art. 1º Determinar ponto facultativo nas atividades da Câmara Municipal de Comodoro no dia 28 de outubro de 2024.

Art. 2º Transferir a sessão ordinária do dia 28 de outubro de 2024 para o dia 29 de outubro de 2024 (terça-feira), às 19 horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro.

WENDER BIER DE SOUZA - Presidente Biênio 2023/2024

Registre-se e Publique-se.

Gleyscler Belussi Ribeiro - 1ª Secretária

DECRETO Nº 32/2024 DE: 23.10.2024

DECRETO Nº 32/2024

DE: 23.10.2024

"Dispõe e fixa o novo endereço da Prefeitura Municipal de Comodoro/MT."

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando as competências emanadas do art. 5º, "b" e art. 58, VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a transferência da sede da Prefeitura Municipal de Comodoro e demais secretarias ocorrida em 08/08/2023, consoante disciplinado no Decreto n. 36/2023;

Considerando a necessidade da declaração oficial do novo endereço do Paço Municipal, para fins cadastrais e congêneres, diante de órgãos estaduais, federais, agências reguladoras, prestadoras de serviços públicos, etc;

Considerando, por final, o interesse público e a necessidade administrativa,

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado o novo endereço da sede da Prefeitura Municipal de Comodoro/MT e demais secretarias, a saber: Rua das Acácias, 1.337 N, Jardim Mato Grosso, CEP 78.310-000, Comodoro/MT.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08/08/2023, data da efetiva transferência do Paço Municipal, anunciada no Decreto n. 36/2023 de 07/08/2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 23 dias do mês de outubro de 2024.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE COMODORO - EXTRATO DE PUBLICACAO DE AVISO DE ADESÃO E HOMOLOGAÇÃO REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2024 PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024

Aviso de Adesão e Homologação referente a Ata de Registro de Preço Nº 002/2024, proveniente do Pregão Presencial Nº 001/2024 realizado na Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'oeste-MT.

A Câmara Municipal de Comodoro – MT torna público, para conhecimento dos interessados a "ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT, TENDO COMO OBJETO "REGISTRO DE PREÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA CONECTADA A REDE COM FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO COMPLETA E INTEGRADA PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, INSUMOS E SERVIÇOS NECESSARIOS PARA A SUA MONTAGEM, ATIVAÇÃO, MONITORAMENTO, COM POTÊNCIA DE 1.0 MWP, COM FIXAÇÃO EM TELHADO OU SOLO, FORNECIMENTO E INSTAÇÃO PADRÃO ELÉTRICO E CABINE PRIMÁRIA CONFORME EXIGÊNCIA DA CONCESSIONÁRIA", referente ao item determinados no termo de referência do processo de adesão, bem como na referida ata, tendo como detentora da referida Ata a empresa: **G.M.N. EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.264.133/0001-91.

Valor Homologado: **R\$ 197.340,00** (cento e noventa e sete mil trezentos e quarenta reais).

Comodoro – MT, 23 de Outubro de 2024.

Silvana Pereira Simonete

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA Nº. 291/2024 ADM DE 22 DE OUTUBRO DE 2024.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, JUNTAMENTE COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: O disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e na Lei nº 14.133/2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO: A necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal abaixo como **FISCAL DE CONTRATO**, abaixo discriminado.

UNIDADE	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	JEVERSON PEREIRA BORGES CPF: 046.037.811-21 MATRICULA: 13499	ADALBERTO DE ARAUJO BASTOS PAGIOLLI CPF: 036.358.471-43 MATRICULA: 12481	-



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO



Aviso de Adesão e Homologação referente a Ata de Registro de Preço Nº 002/2024, proveniente do Pregão Presencial Nº 001/2024 realizado na Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'oeste-MT.

A Câmara Municipal de Comodoro – MT torna público, para conhecimento dos interessados a “ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT, TENDO COMO OBJETO “REGISTRO DE PREÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA CONECTADA A REDE COM FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO COMPLETA E INTEGRADA PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, INSUMOS E SERVIÇOS NECESSARIOS PARA A SUA MONTAGEM, ATIVAÇÃO, MONITORAMENTO, COM POTÊNCIA DE 1.0 MWP, COM FIXAÇÃO EM TELHADO OU SOLO, FORNECIMENTO E INSTAÇÃO PADRÃO ELÉTRICO E CABINE PRIMÁRIA CONFORME EXIGÊNCIA DA CONCESSIONÁRIA”, referente ao item determinados no termo de referência do processo de adesão, bem como na referida ata, tendo como detentora da referida Ata a empresa: **G.M.N. EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.264.133/0001-91.

Valor Homologado: **R\$ 197.340,00** (cento e noventa e sete mil trezentos e quarenta reais).

Comodoro – MT, 23 de Outubro de 2024.


Silvana Pereira Simonete
Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 055/2024

PORTARIA Nº 055/2024 DE 22/10/2024

WENDER BIER DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2023/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e;

Considerando que no dia 28 de outubro se consagra o Dia do Servidor Público;

Considerando, portanto, as celebrações enaltecidas pelas repartições públicas; e

Considerando, por fim, o Decreto nº 06, de 23 de janeiro de 2024, do município de Comodoro, notadamente o seu art. 1º, inciso XI;

RESOLVE

Art. 1º Determinar ponto facultativo nas atividades da Câmara Municipal de Comodoro no dia 28 de outubro de 2024.

Art. 2º Transferir a sessão ordinária do dia 28 de outubro de 2024 para o dia 29 de outubro de 2024 (terça-feira), às 19 horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro.

WENDER BIER DE SOUZA - Presidente Biênio 2023/2024

Registre-se e Publique-se.

Gleyscler Belussi Ribeiro - 1ª Secretária

DECRETO Nº 32/2024 DE: 23.10.2024

DECRETO Nº 32/2024

DE: 23.10.2024

"Dispõe e fixa o novo endereço da Prefeitura Municipal de Comodoro/MT."

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando as competências emanadas do art. 5º, "b" e art. 58, VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a transferência da sede da Prefeitura Municipal de Comodoro e demais secretarias ocorrida em 08/08/2023, consoante disciplinado no Decreto n. 36/2023;

Considerando a necessidade da declaração oficial do novo endereço do Paço Municipal, para fins cadastrais e congêneres, diante de órgãos estaduais, federais, agências reguladoras, prestadoras de serviços públicos, etc;

Considerando, por final, o interesse público e a necessidade administrativa,

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado o novo endereço da sede da Prefeitura Municipal de Comodoro/MT e demais secretarias, a saber: Rua das Acácias, 1.337 N, Jardim Mato Grosso, CEP 78.310-000, Comodoro/MT.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08/08/2023, data da efetiva transferência do Paço Municipal, anunciada no Decreto n. 36/2023 de 07/08/2023.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 23 dias do mês de outubro de 2024.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE COMODORO - EXTRATO DE PUBLICACAO DE AVISO DE ADESÃO E HOMOLOGAÇÃO REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2024 PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024

Aviso de Adesão e Homologação referente a Ata de Registro de Preço Nº 002/2024, proveniente do Pregão Presencial Nº 001/2024 realizado na Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'oeste-MT.

A Câmara Municipal de Comodoro – MT torna público, para conhecimento dos interessados a "ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT, TENDO COMO OBJETO "REGISTRO DE PREÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA CONECTADA A REDE COM FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO COMPLETA E INTEGRADA PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, INSUMOS E SERVIÇOS NECESSARIOS PARA A SUA MONTAGEM, ATIVAÇÃO, MONITORAMENTO, COM POTÊNCIA DE 1.0 MWP, COM FIXAÇÃO EM TELHADO OU SOLO, FORNECIMENTO E INSTAÇÃO PADRÃO ELÉTRICO E CABINE PRIMÁRIA CONFORME EXIGÊNCIA DA CONCESSIONÁRIA", referente ao item determinados no termo de referência do processo de adesão, bem como na referida ata, tendo como detentora da referida Ata a empresa: **G.M.N. EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.264.133/0001-91.

Valor Homologado: **R\$ 197.340,00** (cento e noventa e sete mil trezentos e quarenta reais).

Comodoro – MT, 23 de Outubro de 2024.

Silvana Pereira Simonete

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA Nº. 291/2024 ADM DE 22 DE OUTUBRO DE 2024.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, JUNTAMENTE COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: O disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e na Lei nº 14.133/2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO: A necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

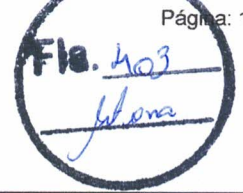
RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal abaixo como **FISCAL DE CONTRATO**, abaixo discriminado.

UNIDADE	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	JEVERSON PEREIRA BORGES CPF: 046.037.811-21 MATRICULA: 13499	ADALBERTO DE ARAUJO BASTOS PAGIOLLI CPF: 036.358.471-43 MATRICULA: 12481	-

CAMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Relação dos Itens Não Adjudicados por Processo / Licitação



Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Preço Total
------	----------	-----------------------	---------	-------------	-------------

Processo / Ano: 10/2024 Licitação: 1/2024 - PR Registro de Preço: Sim
Fornecedor.....: 849 - G M N EMPREENDIMENTOS LTDA

1	59-02-0009	SISTEMA DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA CONECTADA Á REDE, COM FORNEC	UN	0,276	197.340,00
TOTALS ----->				0,276	197.340,00
TOTAL GERAL ----->				0,28	197.340,00

A large, stylized handwritten letter 'L' in blue ink.

A handwritten signature in blue ink that appears to read 'Silvana'.

A handwritten signature in blue ink that appears to read 'Rafael'.

ESTADO DO MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Quadro Comparativo de Preços (Itens por Lotes)

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 10/2024
Licitação.....: 1/2024 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024, REALIZADO PELO ÓRGÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS/MT, CUJO OBJETO REFERE-SE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT.

Item	Material	Nome do Material	Un.Med.	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
1	59-02-0009	SISTEMA DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA CONECTADA Á REDE, COM FORNEC	UN		0,276	0,0000	715.000,0000	197.340,00	Venceu	1
Total do Fornecedor para o Lote nr. 1 ----->								197.340,00		

LOTE nr.: 1

Fornecedor: 849 - G M N EMPREENDIMIENTOS LTDA

Comodoro, Em 23.11.2024

SILVANA PEREIRA SIMONETE - Silvana P. Simonete - Presidente da Comissão
FERNANDO OLIVEIRA LEMOS DA ROSA - Fernando Lemos - PRESIDENTE EQUIPE DE APOIO
ROSA ADRIANA DOURADO FREITAS - Rosa Adriana Dourado Freitas - MEMBRO
SIDNEI DE PAULA - Sidney de Paula - MEMBRO

F18. 404
Juliana

ESTADO DO MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 10/2024

Licitação.....: 1/2024 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024, REALIZADO PELO ÓRGÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS/MT, CUJO OBJETO REFERE-SE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT.

Processo Administrativo:

Total dos Itens Vencedores: 197.340,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 59020009	- SISTEMA DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA CONECTADA Á REDE, COM FORNEC - Unidade: UN	0,276	0,0000	715.000,0000	197.340,00	Venceu	1 *****
849	G M N EMPREENDIMENTOS LTDA							

Comodoro, Em 23.10.24

SILVANA PEREIRA SIMONETE - Presidente da Comissão

FERNANDO OLIVEIRA LEMOS DA ROSA - PRESIDENTE EQUIPE DE APOIO

ROSA ADRIANA DOURADO FREITAS - MEMBRO

SIDNEI DE PAULA - MEMBRO

Fig. 205
Julian



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fls. 015
Jilma

Referência: Adesão a Ata de Registro de Preço: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT.**

Com relação à mencionada Adesão a Ata de Registro de Preço para a Contratação de Empresa para Serviços de Mão de Obra e Fornecimento de materiais para instalação de geradores de Energia Solar Fotovoltaica, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Comodoro/MT, venho por meio desta apresentar a justificativa para o procedimento.

JUSTIFICATIVA

A presente licitação tem como objetivo manter o pleno funcionamento das atividades administrativas desta Casa de Leis, oferecendo suporte às tarefas desenvolvidas pelos diversos setores dessa administração.

A contratação de uma empresa para serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para a instalação de geradores de energia solar fotovoltaica é justificada pela necessidade de atender às exigências legais e operacionais da Câmara Municipal de Comodoro/MT. A implementação de um sistema de energia solar se alinha com as diretrizes de sustentabilidade e eficiência energética preconizadas por legislações federais e estaduais, além de contribuir para a redução dos custos operacionais da instituição.

A escolha de uma empresa especializada garante que o projeto será executado com a qualidade técnica necessária, respeitando as normas vigentes e assegurando a segurança da instalação. O investimento em energia solar não apenas resulta em economia a longo prazo, mas também fortalece a imagem da Câmara como uma entidade comprometida com a inovação e a responsabilidade ambiental.

Além disso, a contratação segue os princípios da economicidade, eficiência e transparência, fundamentais para a administração pública, permitindo um melhor uso dos recursos públicos. A adoção da energia solar também proporciona autonomia em relação às flutuações de tarifas das concessionárias, o que é um fator estratégico para a gestão orçamentária da Câmara. Portanto, essa contratação é essencial para modernizar as operações da Câmara Municipal, garantir a conformidade com a legislação e promover um futuro mais sustentável para a comunidade.

A contratação de uma empresa especializada em fornecimento de energia solar é uma decisão estratégica que traz diversos benefícios para o órgão público. Abaixo, destacamos os principais motivos para essa contratação:

Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental: A energia solar é uma fonte limpa e renovável, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Essa contratação demonstra o compromisso do órgão com a preservação ambiental e com as metas de sustentabilidade.



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO



Economia Financeira: A adoção da energia solar pode resultar em uma significativa redução nas contas de energia elétrica, liberando recursos que podem ser investidos em outras áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura.

Valorização do Patrimônio Público: A implementação de sistemas de energia solar em prédios públicos não apenas melhora a eficiência energética, mas também valoriza os imóveis, demonstrando um investimento inteligente e moderno.

Autonomia Energética: A geração própria de energia solar oferece maior independência em relação às concessionárias, reduzindo o impacto de aumentos nas tarifas e garantindo maior previsibilidade orçamentária.

Apoio a Iniciativas Governamentais: A contratação de uma empresa de energia solar pode se alinhar a programas e incentivos governamentais que promovem o uso de energias renováveis, facilitando o acesso a subsídios e financiamentos.

Educação e Conscientização: Projetos de energia solar podem servir como exemplos para a comunidade, promovendo a conscientização sobre a importância da sustentabilidade e incentivando práticas responsáveis entre os cidadãos.

Transparência e Boa Governança: A adoção de práticas sustentáveis reforça a imagem do órgão público como uma entidade responsável e comprometida com o bem-estar da população, aumentando a confiança da comunidade nas suas ações.

Diante desses fatores, a contratação de uma empresa especializada em fornecimento de energia solar se apresenta como uma solução vantajosa e necessária, promovendo eficiência, economia e compromisso com o futuro sustentável.

A eficiência é um dos princípios basilares da administração pública, conforme estabelecido no artigo 37 da CF/88, e é demonstrada neste modelo de gestão, que busca evitar retrabalhos e a burocratização excessiva, observando as normas pertinentes. A gestão por módulos separados geraria demandas desnecessárias, submetendo a administração desta Casa a um modelo ineficiente e desatualizado em relação ao setor privado.

Sendo assim autorizo considerando a justificativa apresentada, o procedimento de adesão à Ata de Registro de Preços do Município de Figueirópolis D'Oeste/MT, em consonância com o Pregão Presencial de nº 001/2024, Ata de Registro de Preços nº 002/2024, conforme o Termo de Referência anexo.

Comodoro-MT, em 09 de Outubro de 2024.


Wender Bier de Souza
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2023/2024



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO



CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO	DFD – Documento de Formalização da Demanda
---------------------------------	--

Unidade requisitante

Câmara Municipal de Comodoro	Data: 09/10/2024
Responsável pela demanda: Wender Bier de Souza	Telefone: 65 3283 1855
Fonte de recurso (dotação orçamentária): Órgão 01 – Câmara Municipal de Comodoro Unidade 01 – Câmara Municipal de Comodoro Projeto Atividade- 2.001 – Manutenção de encargos com a Câmara Municipal Elemento da Despesa – - 4.4.90.52.00.00.00.00 (1009) – equipamentos e material permanente (1)	

Objeto da contratação

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024, REALIZADO PELO ÓRGÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS/MT, CUJO OBJETO REFERE-SE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT.

Tipo do Item – Objeto

☐ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADO;	☐ OBRAS E SERVIÇO DE ENGENHARIA
☐ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO	☐ MATERIAL DE CONSUMO
☒ MATERIAL PERMANENTE/EQUIPAMENTO	

Motivação/justificativa

A presente licitação tem como objetivo manter o pleno funcionamento das atividades administrativas desta Casa de Leis, oferecendo suporte às tarefas desenvolvidas pelos diversos setores dessa administração.

A contratação de uma empresa para serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para a instalação de geradores de energia solar fotovoltaica é justificada pela necessidade de atender às exigências legais e operacionais da Câmara Municipal de Comodoro/MT. A implementação de um sistema de energia solar se alinha com as diretrizes de sustentabilidade e eficiência energética preconizadas por legislações federais e estaduais, além de contribuir para a redução dos custos operacionais da instituição.

A escolha de uma empresa especializada garante que o projeto será executado com a qualidade técnica necessária, respeitando as normas vigentes e assegurando a segurança da instalação. O investimento em energia solar não apenas resulta em economia a longo prazo, mas também fortalece a imagem da Câmara como uma entidade comprometida com a inovação e a responsabilidade ambiental.

Além disso, a contratação segue os princípios da economicidade, eficiência e



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO



transparência, fundamentais para a administração pública, permitindo um melhor uso dos recursos públicos. A adoção da energia solar também proporciona autonomia em relação às flutuações de tarifas das concessionárias, o que é um fator estratégico para a gestão orçamentária da Câmara. Portanto, essa contratação é essencial para modernizar as operações da Câmara Municipal, garantir a conformidade com a legislação e promover um futuro mais sustentável para a comunidade.

A contratação de uma empresa especializada em fornecimento de energia solar é uma decisão estratégica que traz diversos benefícios para o órgão público. Abaixo, destacamos os principais motivos para essa contratação:

Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental: A energia solar é uma fonte limpa e renovável, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Essa contratação demonstra o compromisso do órgão com a preservação ambiental e com as metas de sustentabilidade.

Economia Financeira: A adoção da energia solar pode resultar em uma significativa redução nas contas de energia elétrica, liberando recursos que podem ser investidos em outras áreas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura.

Valorização do Patrimônio Público: A implementação de sistemas de energia solar em prédios públicos não apenas melhora a eficiência energética, mas também valoriza os imóveis, demonstrando um investimento inteligente e moderno.

Autonomia Energética: A geração própria de energia solar oferece maior independência em relação às concessionárias, reduzindo o impacto de aumentos nas tarifas e garantindo maior previsibilidade orçamentária.

Apoio a Iniciativas Governamentais: A contratação de uma empresa de energia solar pode se alinhar a programas e incentivos governamentais que promovem o uso de energias renováveis, facilitando o acesso a subsídios e financiamentos.

Educação e Conscientização: Projetos de energia solar podem servir como exemplos para a comunidade, promovendo a conscientização sobre a importância da sustentabilidade e incentivando práticas responsáveis entre os cidadãos.

Transparência e Boa Governança: A adoção de práticas sustentáveis reforça a imagem do órgão público como uma entidade responsável e comprometida com o bem-estar da população, aumentando a confiança da comunidade nas suas ações.

Diante desses fatores, a contratação de uma empresa especializada em fornecimento de energia solar se apresenta como uma solução vantajosa e necessária, promovendo eficiência, economia e compromisso com o futuro sustentável.

A eficiência é um dos princípios basilares da administração pública, conforme estabelecido no artigo 37 da CF/88, e é demonstrada neste modelo de gestão, que busca evitar retrabalhos e a burocratização excessiva, observando as normas pertinentes. A gestão por



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO



módulos separados geraria demandas desnecessárias, submetendo a administração desta Casa a um modelo ineficiente e desatualizado em relação ao setor privado.

Do (s) serviço (s) a ser (em) realizado (s)

A contratada fornecerá todos os materiais, instalará a planta fotovoltaica e deverá apresentar garantia dos serviços prestados pelo período de 2 (dois) anos, respondendo por sua solidez e segurança, conforme o Art. 1.245 do Código Civil Brasileiro. Tal período independe das garantias individuais dos equipamentos junto aos respectivos fabricantes e será contado a partir da data da assinatura do Certificado de Recebimento do sistema fotovoltaico.

Dentro desse período de garantia técnica, de 2 (dois) anos, a contratada deverá corrigir qualquer problema encontrado ou por solicitação da contratante, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

A contratada deverá apresentar os certificados de garantia das estruturas de suporte e fixação dos módulos contra defeitos de fabricação e corrosão com validade mínima de 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura do Termo de Recebimento da planta fotovoltaica, bem como de todos os equipamentos elétricos e eletrônicos, juntamente com o Manual de Instruções para Manutenção.

A contratada deverá apresentar um "Cronograma de Garantias" contendo todos os materiais e equipamentos fornecidos, com as respectivas descrições e identificação conforme consta no Projeto Executivo, e os respectivos prazos de garantia em meses. Esse "Cronograma de Garantias" tem o principal objetivo de apresentar de forma clara a abrangência de todas as garantias.

Garantia de desempenho:

Conforme a NBR 16274:2014, o desempenho é avaliado por parâmetros anuais, um dos quais é denominado desempenho global anual, correspondendo ao parâmetro tratado na literatura técnica especializada por taxa de desempenho (TD) ou, em inglês, por performance ratio (PR). Assim, o desempenho global anual deverá ser calculado segundo os procedimentos apresentados na NBR 16274:2014, Seção 10 - Avaliação de desempenho e no Anexo 3: Comissionamento e Avaliação de Desempenho. A finalidade da avaliação do desempenho é verificar se a UFV está produzindo o valor de energia (kWh) em determinado período, em função da potência instalada, conforme especificado pela contratada.

A contratada deverá garantir o valor de geração mínima e o desempenho global anual, estimados e apresentados no Projeto Executivo. Nesse contexto, destaca-se que o projeto executivo deve apresentar uma taxa de desempenho superior a 0,75.

As medições e ensaios para avaliação do desempenho serão executados pela contratada com acompanhamento de representante designado pela contratante. A contratada fornecerá todo o equipamento e medidores específicos para a realização das medições e ensaios, assim como o equipamento de proteção individual (EPI) indicado para as atividades.

Após a conclusão das medições e ensaios, registro dos dados, cálculos e avaliação dos resultados a contratada deverá redigir um relatório de avaliação de desempenho da planta fotovoltaica e enviar à contratante, para revisão, correção e posterior aprovação pelo representante. Caso os valores obtidos na avaliação de desempenho anual sejam inferiores aos apresentados pela contratada no Projeto Executivo, esta deverá realizar uma análise dos possíveis motivos, corrigi-los e apresentar um Relatório Técnico com todas as informações



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO



relativas a esse processo.

O processo de avaliação de desempenho é composto por avaliações iniciais e avaliações de desempenho anuais, conforme especificado na sequência:

Avaliações iniciais de desempenho: a avaliação inicial de desempenho deverá ser nos primeiros 45 (quarenta e cinco) dias após o início de operação da planta fotovoltaica, utilizando, no que for aplicável, os procedimentos apresentados na norma NBR 16274:2014, Seção 10, Avaliação de desempenho. As avaliações iniciais de desempenho serão de dois tipos, realizadas com dois períodos de medição e aquisição de dados:

Avaliação de curta duração, com 2 dias de medições e dados e;

Avaliação de longa duração, com 30 dias de medições e dados.

O teste de longa duração poderá ser iniciado logo após o período de 2 (dois) dias do teste de curta duração. Se este último for realizado com êxito, comprovando desempenho adequado, aprovado por representante da contratante, as medições e dados obtidos no período de 2 (dois) dias poderão ser considerados para o período de 30 dias do teste de longa duração.

Avaliações de desempenho anual: Estão previstas duas avaliações anuais de desempenho, a serem realizadas durante o período de garantia da instalação, sendo efetuadas, respectivamente, após um ano de operação e após dois anos de operação. Nas avaliações anuais será calculado o desempenho global anual do sistema, segundo os procedimentos apresentados na NBR 16274:2014, Seção 10 - Avaliação de desempenho;

Os resultados das avaliações de desempenho da UFV deverão ser apresentados em relatórios, com todos os dados de medições e ensaios realizados.

A CONTRATADA deverá atender a todas as normas vigentes e especificações técnicas exigidas pela Concessionária Local, Energisa Mato Grosso - MT e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Meta(s) do planejamento estratégico a ser (em) alcançada(s)

Objetivo Geral: Implementar um sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Câmara Municipal de Comodoro/MT, visando à sustentabilidade, redução de custos e eficiência energética.

1. Diagnóstico Inicial:

- Realizar um levantamento detalhado da demanda energética atual da Câmara Municipal.
- Avaliar as condições do local para a instalação dos sistemas solares, incluindo espaço disponível e orientação solar.

2. Metas

- Concluir a elaboração e execução do projeto em até 90 dias.
- Garantir que o sistema instalado atenda a 100% da demanda energética da Câmara.
- Reduzir os custos com energia elétrica após a instalação.

3. Análise de Cenário



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fls. 005
Silva

- **Forças:** Apoio governamental à sustentabilidade, economia a longo prazo, valorização do patrimônio público.
- **Fraquezas:** Necessidade de capacitação interna, resistência a mudanças.
- **Oportunidades:** Incentivos fiscais e subsídios, aumento da conscientização ambiental na comunidade.

4. Ações Estratégicas

- **Planejamento e Elaboração do Projeto:** Desenvolver um Termo de Referência detalhado para a contratação da empresa, incluindo especificações técnicas e prazos, em conformidade com a adesão a Ata de outro órgão.
- **Contratação:** Realizar o processo licitatório para a seleção da empresa especializada em instalação de sistemas de energia solar.
- **Instalação e Execução:** Supervisionar a instalação dos geradores solares, garantindo que o cronograma e as especificações sejam cumpridos.

6. Recursos Necessários

- Orçamento para contratação da empresa e aquisição de materiais.
- Recursos humanos para supervisão do projeto.
- Ferramentas para monitoramento da geração de energia e redução de custos.

7. Avaliação de Resultados: Ao final de 12 meses, será realizada uma análise dos resultados obtidos, comparando os custos com energia elétrica antes e depois da instalação, visando ajustar futuras estratégias e garantir a continuidade do compromisso com a sustentabilidade.

Conclusão:

O Tribunal de Contas da União - Por meio do Acórdão nº 1056/2017 – TCU/Plenário, determinou que a Administração Pública Federal implementasse iniciativas voltadas às práticas sustentáveis que redundem na preservação do meio ambiente; na mesma esteira, é mister que a administração pública municipal tenha atitudes semelhantes com vista aos objetivos propostos.

O setor público - representa uma parcela significativa do consumo final de eletricidade no Brasil com tendência de aumento.

A implementação deste plano estratégico permitirá que a Casa de Leis melhore significativamente a gestão de suas atividades legislativas e administrativas, proporcionando maior agilidade e eficiência, além de fomentar a transparência e acessibilidade, em conformidade com os princípios da administração pública.

Esse plano estratégico visa assegurar a implementação bem-sucedida do sistema de energia solar, promovendo eficiência, economia e responsabilidade ambiental na Câmara Municipal de Comodoro/MT.

Prazo de entrega/execução



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fls. 006
J. J. J.

A execução será efetuada em uma única remessa não fracionada, com prazo de entrega não superior a **45 (quarenta e cinco) dias corridos, prazo este justificado em conformidade com o art. 24, III, da Lei Orgânica Municipal e Art. 168, § 2º da Constituição Federal**, mediante requisição feita pela Câmara Municipal de Comodoro/MT, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento e assinatura do contrato. O local de execução do objeto deverá ocorrer na Câmara Municipal de Comodoro, na Rua Bahia, nº 600 –N, bairro: São Francisco de Assis- CEP: 78310-000, dentro do horário de expediente do funcionalismo público municipal vigente na época.

As descrições dos materiais e serviços a serem executados deverão ser seguidas conforme termo de referência deste Processo Licitatório.

Todos os serviços e materiais necessários para a implantação do sistema, incluindo a adaptação da entrada de energia nas Unidades, para o seu funcionamento, será de responsabilidade da Contratada, salvo casos específicos não previstos, desde que justificados e atestados pela Fiscalização.

Do pagamento

O pagamento será efetuado no **corrente ano**, justificado em conformidade com o **art. 24, III, da Lei orgânica Municipal e Art. 168, § 2º da Constituição Federal**, mediante a entrega do bem e/ou prestação dos serviços, através da apresentação das solicitações e da respectiva nota fiscal/fatura emitida pelo contratado e posterior liquidação da mesma pelo setor de Contabilidade, aguardando o tempo para os trâmites interno do processo.

A Nota Fiscal deverá ser emitida para a Câmara Municipal de Comodoro-MT, CNPJ nº 03.109.581/0001-92, informar a descrição do bem, o número da Nota de Empenho vinculada ou o número do Contrato, os dados bancários e estar devidamente atestada pelo servidor competente e/ou Gestor do Contrato.

As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá até 05 (cinco) dias após a data da sua apresentação válida.

Em todos os pagamentos deverá ser consultada e anexada ao procedimento de pagamento seguintes comprovações:

Certificado de regularidade junto ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado "Situação de Regularidade Empregador";

Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, por meio da Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos (CND) relativo aos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;

Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito em relação a tributos municipais, expedida pelo órgão público domicílio do fornecedor;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa ou positiva com efeitos negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Ministério Superior do Trabalho.

Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação escrita, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente a documentação necessária para a regularização.



Fls. 007
silva

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá consultar para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias para rescisão nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão, caso a contratada não regularize sua situação.

O pagamento será feito mediante a ordem bancária em nome da Contratada.

Não será aceita emissão de Boleto Bancário.

Descrição e quantidade do material

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
01	0,276	100 Kw (uni)	REGISTRO DE PREÇO PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO FOTOVOLTAICA CONECTADA À REDE, COM FORNECIMENTO DA SOLUÇÃO COMPLETA E INTEGRADA PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, INSUMOS E SERVIÇOS NECESSARIOS PARA SUA MONTAGEM, ATIVAÇÃO, MONITORIAMENTO E TREINAMENTO COM POTENCIA DE 1.0 MWP, COM FIXAÇÃO EM TELHADO OU SOLO A DEPENDER DO PROJETO TRANSFORMADOR REBAIXADOR, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO PADRÃO ELETRICO E CABINE PRIMÁRIA, CONFORME EXIGÊNCIA DA CONCESSIONÁRIA.

Indicação de equipe de Planejamento da Contratação

Agente de Contratação – Silvana Pereira Simonete

Membro 01 - Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Membro 02 - Rosa Adriana Dourado Freitas

Membro 03 – Sidnei de Paula

Wender Bier de Souza
Wender Bier de Souza
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2023/2024

Comodoro-MT

[Assinatura]
Diretoria Geral

Financeiro da disponibilidade de recursos

Comodoro – MT

[Assinatura]
Contadora



ESTADO DE MATO GROSSO PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Fls. 008
flora

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Ao

Departamento de Licitação

Data: 09/10/2024

Assunto: Solicitação de Adesão à Ata de Registro de Preço para Contratação de Empresa para Serviços de Mão de Obra e Fornecimento de Materiais para Instalação de Geradores de Energia Solar Fotovoltaica.

Prezados,

Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e visando atender às necessidades operacionais da Câmara Municipal de Comodoro, venho por meio deste solicitar a adesão à **Ata de Registro de Preço (ARP)** para a contratação de uma empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para a instalação de geradores de energia solar fotovoltaica.

1. Justificativa da Adesão

A adesão à ARP permitirá à Câmara Municipal obter serviços e materiais de forma mais ágil e econômica. A instalação de geradores de energia solar é fundamental para promover a sustentabilidade e reduzir custos com energia elétrica, contribuindo para um ambiente mais eficiente e econômico.

2. Detalhes da Solicitação

Produto: Serviços de Mão de Obra e Fornecimento de Materiais para Instalação de Geradores de Energia Solar Fotovoltaica.

Condições:

- Materiais de qualidade e certificados
- Equipe técnica qualificada e experiente
- Garantia dos serviços prestados

3. Justificativa para a Adesão à ARP

A adesão à Ata de Registro de Preço é uma prática recomendada, pois assegura que a Câmara Municipal possa aproveitar condições previamente negociadas e validadas, atendendo às suas necessidades de forma eficiente e transparente.

A urgência na contratação se deve à necessidade de instalação dos geradores, reforçando a importância de um processo rápido e eficaz.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO



4. Proposta e Orçamento

Após pesquisa de mercado, identificamos fornecedores que oferecem serviços e materiais para a instalação de sistemas de energia solar com condições e preços competitivos. A proposta está alinhada com as necessidades da Câmara Municipal e respeita os limites orçamentários estabelecidos.

5. Procedimentos

Solicito ao Departamento de Licitação a formalização da adesão à Ata de Registro de Preço para a contratação da empresa especializada nos serviços mencionados, conforme determina a Lei Federal nº 14.133/2021. A aprovação deste pedido permitirá a rápida execução do projeto, assegurando a continuidade das atividades da Câmara Municipal.

6. Conclusão

Diante do exposto, solicito ao Departamento de Licitações a deflagração do processo licitatório referente a Adesão à Ata de Registro de Preço, seguindo os parâmetros legais e regulamentares pertinentes, para a contratação dos serviços e materiais necessários para a instalação dos geradores de energia solar, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Atenciosamente,


Wender Bier de Souza
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2023/2024



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001-2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 002/2024

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 010/2024

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 001/2024 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua assinatura

Pelo presente instrumento, de um lado, o **Município de Figueirópolis D'oeste-MT**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.367.762/0001-93, com sede na Rua Santa Catarina, nº 146, Centro, na cidade de Figueirópolis D'oeste/MT, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO FLAUSINO VILELA, portador da Carteira de Identidade nº 195141 SSP/MT e CPF: 726.733.626-49, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **GMN EMPREENDIMENTOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.264.133/0001-91, com sede na Rua Rio Grande do Sul, nº 834 B-1 - centro, na cidade de Pontes e Lacerda - MT, CEP: 78.250-000, Tel.(65)9928-4002, e-mail: igor@valeservicos.net.br, representado neste ato pelo Sr. Igor Siqueira Mariano, portador da Carteira de Identidade nº 21814619 SSP/MT, e do CPF nº 029.492.471-05, doravante denominado CONTRATADO, em observância às disposições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 01/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa para serviços de mão de obra e fornecimento de materiais para instalação de geradores de energia solar fotovoltaica, para atender as necessidades da Administração Municipal de Figueirópolis D'oeste/MT, de acordo com as quantidades Termo referencia e especificações seguintes:

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO PROPRIETARIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE – MT ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA Nº 146, CENTRO MUNICIPIO: FIGUEIROPOLIS D'OESTE MT							BDI NORMAL: 28,22% BDI DIFER: 15,00% DATA BASE(MÊS/ANO REF) nov/23 (valores s/ desoneração MDO)		
Etap	Código	Local	Serviços Técnicos	Unid	Qde	Prec. Unit.	Valor Unit.	V. Total	%
01	COMPO 2	Local	Registro de Preço para Implantação de sistema de geração fotovoltaica conectada à rede, com fornecimento da solução completa e entregue para	100 KP W	25,00	R\$	R\$ 715.000,00	R\$ 17.875.000,00	

Rua santa Catarina, 146 – CEP 78290-000 – Figueirópolis D'Oeste – MT

Esse documento foi assinado por IGOR SIQUEIRA MARIANO. Para validar o documento e suas assinaturas, acesse:
Telefone: +55 (65) 3235-1595 Fax +55 (65) 3235-1586 | licitacoes@figueiropolisdoeste.mt.gov.br
<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/2GSZ2-W6UD6-HHPZ6-F28MB>





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

			instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem, ativação, monitoriamento e treinamento, com potencia de 1.0 MWp, com fixação em telhado ou solo a depender do projeto Transformador rebaixador, fornecimento e instalação padrão elétrico e cabine primária, conforme exigência da concessionária.						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do Contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, a critério da Administração, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de **R\$ 17.875.000,00 (Dezessete milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais)**. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral

Rua santa Catarina, 146 – CEP 78290-000 – Figueirópolis D'Oeste – MT

Esse documento foi assinado por GONÇALVES MARIANO. Para validar o documento e suas assinaturas acesse:
<https://assindefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/2GSZ2-W6UD6-HHPZ6-F28MB>





03
8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE
do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes itens orçamentários:
Ficha: (66) 04.122.0013.1030.000 – 4.4.90.52.0 Equipamentos e Material Permanente e demais dotações conforme orçamento vigente.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto oralicitado e apresentação da respectiva nota fiscal.

5.2 Município de Figueirópolis D'oeste - MT deduzirá quaisquer valores faturados indevidamente.

5.3 Para os casos de rejeição dos produtos e/ou serviços, será prorrogado automaticamente o atestado de recebimento proporcionalmente ao prazo de reposição, o que, consequentemente, provocará a prorrogação do pagamento da respectiva nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

5.4 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

5.5 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE) de correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados a partir da data limite para apresentação das propostas.

6.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 O reajuste será precedido de solicitação do contratado.

6.4 A concessão do reajuste de preços dos contratos deverá ser autorizada pelo gestor da Unidade Demandante.

6.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.6 Quando o termo inicial do interregno de 12 (doze) meses coincidir com o primeiro dia do mês ou no caso de indisponibilidade do índice de reajuste pactuado, será aplicada a metodologia de recuo de mês e os reajustes subsequentes ocorrerão nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

6.7 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.8 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.9 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.10 O reajuste será realizado por termo aditivo.

10

Rua santa Catarina, 146 – CEP 78290-000 – Figueirópolis D'Oeste – MT

Esse documento foi assinado por **SONIA OLIVEIRA MARIANO**. Para validar este documento e suas assinaturas acesse:
<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/2GSZ2-W6UD6-HHPZ6-F28MB>





04

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

CLÁUSULA SÉTIMA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

7.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo como contrato e seus anexos;

9.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

9.10 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo Município, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);



03
2

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

- 10.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.8 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 10.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 10.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.12 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 10.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.15 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.18 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa



06

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.19 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.20 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.21 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.22 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

1

Rua santa Catarina, 146 – CEP 78290-000 – Figueirópolis D'Oeste – MT

Esse documento foi assinado por GONÇALVES MARIANO. Para validar o documento e suas assinaturas acesse:
Telefone: 55 (65) 3235-1595 Fax: 55 (65) 3235-1586 E-mail: licitacoes@figueirospolisdooeste.mt.gov.br
<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/2GSZ2-W6UD6-HHPZ6-F28MB>





07

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

11.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1 Será exigido conforme consta no edital, seguro garantia da obra em conformidade com o artigo 96 inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

12.2 O Seguro garantia de que se trata essa cláusula se dará sobre o valor da Ordem de serviços e não no valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2.4 Multa:

13.2.4.1 moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.4.2 compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto e demais transgressões previstas no subitem 13.1.

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

08

Rua santa Catarina, 146 – CEP 78290-000 – Figueirópolis D'Oeste – MT

Esse documento foi assinado por GONÇALVES MARIANE. Para verificar o documento e suas assinaturas, acesse:
Telefone: 455 (65) 3235-1595 Fax 455 (65) 3235-1586 e-mail: contabilidade@figueirópolisdooeste.mt.gov.br
<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/2GSZ2-W6UD6-HHPZ6-F28MB>





08

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente coma multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamentoeventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure ocontraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no capute parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas eorientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todosos casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou



09/8

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, totalou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022, ou outra que vier a substituí-la.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 Indenizações e multas.

14.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se disserem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila,

Rua Santa Catarina, 146 – CEP 78290-000 – Figueirópolis D'Oeste – MT

Esse documento foi assinado digitalmente por GOR SIOLEIRA MARIANO. Para validar o documento e suas assinaturas acesse:
<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/2GSZ2-W6UD6-HHPZ6-F28MB>





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Jauru/MT para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Figueirópolis D'oeste/MT, 04 de abril de 2024.

MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

C.N.P.J nº 01.367762/000193

Eduardo Flausino Vilela

CPF/MF nº 726.733.626-49

CONSIGNANTE

Assinado digitalmente por:
IGOR SIQUEIRA MARIANO
CPF: 029.492.471-05
Data: 04/04/2024 12:00:16 -04:00

GMN EMPREENDIMENTOS LTDA-ME

CNPJ: 11.264.133/0001-91

Igor Siqueira Mariano

CPF nº 029.492.471-05

CONSIGNATÁRIA

Rua Santa Catarina, 146 – CEP 78290-000 – Figueirópolis D'Oeste – MT

Esse documento foi assinado por IGOR SIQUEIRA MARIANO. Para validar o documento e suas assinaturas acesse:
Telefone: 455 (65) 3235-1595 Fax: 455 (65) 3235-1586 e-mail: licitacoes@figueiropolisdooeste.mt.gov.br
<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/2GSZ2-W6UD6-HHPZ6-F28MB>

